

volume 21 • número 2

cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

MULHERES, ARQUITETURA E CIDADE EM TEMPOS DE CRISE PARTE II



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

Volume 21 • Número 2

ISSN 1809-4120

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau>

EQUIPE EDITORIAL

Maria Isabel Villac, Editora

Ana Gabriela Godinho Lima, Editora Temática

Maria Augusta Justi Pisani, Editora Temática

Rafael Schmidt, Editor Executivo

Mariana Alves da Silva Nascimento, Assistente Editorial

Redson Pagnan, Assistente Editorial

Ricardo Del Valle, Assistente Editorial

PARECERISTAS ADHOC

Aline Coelho, Universidade de São Paulo

Amália Santos, Escola da Cidade

Ana Albano Amora, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Andrea de Oliveira Tourinho, Universidade São Judas Tadeu

Andréa H. Pfutzenreuter, Universidade Federal de Santa Catarina

Any Brito Leal Ivo, Universidade Federal da Bahia

Carlos Leite, Universidade Presbiteriana Mackenzie

Cíntia Elisa de Castro Marino, Universidade Nove de Julho

Cláudia Piantá Costa Cabral, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Cláudio Silveira Amaral, Universidade São Judas Tadeu

Cristina Rossi, Universidade Presbiteriana Mackenzie

Débora Sanches, Universidade Presbiteriana Mackenzie

Dinalva Roldan, Universidade Paulista

Dirceu Piccinato Junior, Faculdade Meridional

Dolores Pereira Ribeiro Coutinho, Universidade Católica Dom Bosco

Edite Galote Carranza, Universidade São Judas Tadeu

Eliana Rosa de Queiroz Barbosa, Universidade Federal da Bahia

Eliane Alves, Universidade Federal do ABC

Eneida de Almeida, Universidade São Judas Tadeu

Fábio José Martins de Lima, Universidade Federal Juiz de Fora

Geise Pasquotto, Universidade Estadual Paulista

Grace Tibério Cardoso, Faculdade Meridional

João Soares Pena, Ministério Público do Estado da Bahia

José Júlio Ferreira Lima, Universidade Federal do Paraná

Junia Mortimer, Universidade Federal da Bahia



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

Kelly Yamashita, Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos
Lígia Carolina Silva Moura, Universidade Estadual de Campinas
Lizete Rubano, Universidade Presbiteriana Mackenzie
Luciana Brasil, Universidade Presbiteriana Mackenzie
Luciana Sabóia Fonseca Cruz, Universidade de Brasília
Luiz Guilherme Castro, Universidade Presbiteriana Mackenzie
Manuella Andrade, Universidade Federal de Alagoas
Marcelo Sbarra, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mário Caldeira, Universidade Paulista
Morgana Cavalcante, Universidade Federal de Alagoas
Paula Raquel da Rocha Jorge, Universidade Presbiteriana Mackenzie
Raquel Weiss, Universidade Federal de Santa Maria
Renata Moreira Marquez, Universidade Federal de Minas Gerais
Ricardo Luis Silva, Centro Universitário SENAC
Rossana Brandão Tavares, Universidade Federal Fluminense
Ruth Verde Zein, Universidade Presbiteriana Mackenzie
Simone Helena T. Vizioli, Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos
Taiana Car Vidoto, Universidade Estadual de Campinas
Tania Cristina Bordon Miotto Silva, Universidade Anhembi Morumbi
Terezinha Gonzaga, Centro Universitário de Votuporanga
Viviane Rúbio, Universidade Presbiteriana Mackenzie
Yara Neves, Universidade Federal da Bahia

PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS

Carlos Villarruel

REVISÃO

Alessandra Biral

LOGOTIPO

Bebé Castanheira

PROJETO GRÁFICO

Marcia Gregory

DIAGRAMAÇÃO FINAL

Redson Pagnan

Ricardo Del Valle



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

SUMÁRIO. Volume 21• Número 2

EDITORIAL

06 MULHERES, ARQUITETURA E CIDADE EM TEMPOS DE CRISE

ANA GABRIELA GODINHO LIMA

MARIA ISABEL VILLAC

MARIA AUGUSTA JUSTI PISANI

ARTIGOS DE CONVIDADAS

09 A REGULARIZAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS

VERA MARIA LEME ALVARENGA

FRANCISCA LEIKO SAITO

ARTIGOS

33 MULHER *IN LOCO*: O EXPERIMENTO DO CORPO FEMININO

AMANDA DA COSTA PEREIRA ALVES

ENEIDA DE ALMEIDA

48 MULHERES (IN)VISÍVEIS: A VULNERABILIDADE URBANA, AS ORGANIZAÇÕES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM PROL DAS PROSTITUAS EM MEIO À PANDEMIA DA COVID-19

RICARDO MINGARELI DEL VALLE

69 O VERBO FEMININO: PATRIMÔNIO E MEMÓRIA NOS ESCRITOS DE DORA ALCÂNTARA

DANIELLA MARTINS COSTA

DANIELA QUIREZA MORGADO

81 UMA ARQUITETURA TODA SUA?

SILVIA SCORALICH DE CARVALHO

96 ARQUITETAS EM NOME DO PAI, DO FILHO E DO MARIDO

ANDRÉA HALÁSZ GÁTI



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

107 OS SABERES LOCALIZADOS DA PRÁTICA DAS ARQUITETAS NO NORDESTE BRASILEIRO

GUILAH NASLAVSKY

MARIA LUIZA ROCHA MARIZ VALENÇA

RAFAELA SILVA LINS

OUTRAS PESQUISAS

128 A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PARA A LIBERDADE NA OBRA DE MAYUMI SOUZA LIMA: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA ESTADUAL JOÃO KOPKE

TEREZA BEATRIZ RIBEIRO HERLING

143 INDICADORES URBANOS DE CIDADES INTELIGENTES: AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO NO ESPAÇO URBANO-ARQUITETÔNICO

THAÍSA LEAL DA SILVA

LETÍCIA MULLER

PROJETOS

160 PROJETO CENTRO EDUCACIONAL UNIFICADO: TERRITÓRIO CEU – PARQUE DO CARMO

CESAR SHUNDI IWAMIZU

EDUARDO PEREIRA GURIAN

HELENA APARECIDA AYOUB SILVA



Editorial

Mulheres, arquitetura e cidade em tempos de crise

O segundo número de 2021 da revista *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo* apresenta artigos que abordam o projeto de arquitetura a partir da perspectiva da atuação das arquitetas. Esta edição complementa o primeiro número lançado no primeiro semestre, no qual se discutiram, do ponto de vista da escala urbana, as consequências impostas às mulheres durante o período da crise sanitária mundial decorrente da pandemia da nova Covid-19.

Abrimos esta edição com o artigo "A regularização de conjuntos habitacionais", da arquiteta Vera Maria Leme Alvarenga e da engenheira civil Francisca Leiko Saito, cuja experiência em trabalhos de aprovação e regularização fundiária de conjuntos habitacionais, pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), perfaz uma *expertise* inestimável e se alia ao imperativo de afirmarmos e seguirmos construindo fortes políticas públicas voltadas para a habitação social.

Seguimos constatando uma interessante coincidência: a ocorrência de vários "pares temáticos", como apresentaremos a seguir.

Começamos mencionando os dois artigos que discutem a relação do corpo de mulher em relação à cidade. Em "Mulher *in loco*: o experimento do corpo feminino", Amanda da Costa Pereira Alves e Eneida de Almeida discutem os resultados de uma pesquisa que explorou as relações entre identidade feminina e representação simbólica nas diferentes formas de apropriação dos lugares da cidade.

Já em "Mulheres (in)visíveis: a vulnerabilidade urbana, as organizações e as políticas públicas em prol das prostitutas em meio à pandemia da Covid-19", Ricardo Mingareli Del Valle faz considerações sobre a condição de cidadania das prostitutas na cidade em tempos de pandemia. Para tanto, analisa as moções e as medidas protocoladas e sugeridas no Ministério do Trabalho, no Ministério da Justiça e no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), para o combate da Covid-19 nos espaços prostitionais urbanos.



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

Um outro par de artigos debruça-se sobre a temática do patrimônio.

Daniella Martins Costa e Daniela Quireza Morgado, autoras de "O verbo feminino: patrimônio e memória nos escritos de Dora Alcântara", inspiraram-se na campanha veiculada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), lançada em março de 2020. A instituição utilizou em suas mídias sociais a *hashtag* #elasfazempatrimonio, homenageando assim o pioneirismo de mulheres na preservação do patrimônio cultural brasileiro. Para tanto, as autoras focalizam a trajetória da arquiteta carioca Dora Alcântara, referência reconhecida hoje nos estudos sobre os azulejos históricos portugueses.

Por sua vez, Silvia Scoralich de Carvalho, evocando o célebre ensaio de Virginia Woolf, *Um teto todo seu*, intitula seu artigo de "Uma arquitetura toda sua?", no qual analisa o caso da sede da antiga fazenda colonial Magepe-Mirim em Magé, no município da região metropolitana do Rio de Janeiro, cuja proprietária foi Dona Joana de Barros. Mesmo tendo sido identificada a relevância da tipologia representada por esse edifício na caracterização de habitações rurais no Rio de Janeiro, realizada por Joaquim Cardozo, considerou-se que o edifício não reunia informações documentais que justificassem seu restauro, ponto de partida para a análise, sob a perspectiva feminista, empreendida pela autora.

Outros dois artigos voltam sua atenção para arquitetas do Nordeste brasileiro.

Andréa Halász Gáti Porto examina a trajetória da arquiteta recifense Myriam Pessôa de Melo em "Arquitetas em nome do pai, do filho e do marido" verificando como as relações com as figuras masculinas da vida de Melo direcionaram e moldaram a carreira dela.

Já Guilah Naslavsky, Maria Luiza Rocha Mariz Valença e Rafaela Silva Lins, em "Os saberes localizados da prática das arquitetas no Nordeste brasileiro", analisam a experiência do escritório Arquitetura 4, um dos primeiros a se constituir apenas de mulheres, em Recife, a partir dos anos 1970.

O tema das escolas configura o último "par temático" desta edição, destacado na seção "Outras Pesquisas". Em "A construção da escola para a liberdade na obra de Mayumi Souza Lima: a experiência da Escola Estadual João Kopke", Tereza Beatriz Ribeiro Herling realiza uma reflexão sobre a trajetória da arquiteta Mayumi Watanabe de Souza Lima, que dedicou sua carreira a pensar em as alternativas para o projeto da arquitetura escolar para além das estruturas hierárquicas tradicionais.



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

Na seção “Projetos”, publicamos o texto “Projeto Centro Educacional Unificado: Território CEU – Parque do Carmo”, em São Paulo, projeto de SIAA + Helena Ayoub Silva & Arquitetos Associados de 2014. A obra, concluída em 2020, apresenta uma arquitetura que se agrega ao território e se abre à apropriação ao fazer uma

interlocução que medeia a relação entre público e privado, através de acessos e eixos de passagem pelo terreno da escola, que conectam laterais opostas do lote.

Por fim, a seção “Outras Pesquisas” conta também com a discussão proposta por Thaísa Leal da Silva e Letícia Muller em “Indicadores urbanos de cidades inteligentes: agentes de transformação no espaço urbano-arquitetônico”. As autoras analisam indicadores urbanos de meio ambiente adotando como referência o Ranking Connected Smart Cities no contexto da cidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

Concluímos assim a segunda edição de 2021, ano em que a revista *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo* focalizou a temática das mulheres na arquitetura e no urbanismo.

Esperamos que você aprecie a leitura.

Ana Gabriela Godinho Lima, Maria Isabel Villac e Maria Augusta Justi Pisani

A regularização de conjuntos habitacionais


The regularization of housing estates

La regularización de conjuntos habitacionales

Vera Maria Leme Alvarenga, graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Mackenzie (UPM). Atuou na Superintendência de Habitação Popular (Habi) da Prefeitura de São Paulo de 1989 a 1995 e na aprovação e regularização de conjuntos habitacionais de 1995 a maio de 2021 na Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU).

E-mail: veralemealvarenga@gmail.com  Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5217-0835>

Francisca Leiko Saito, graduada em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia São Paulo (Fesp) e especialista em Direito Imobiliário pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Atua na Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), na aprovação e regularização de conjuntos habitacionais.

E-mail: leikosaito@gmail.com  Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3616-1415>

Para citar este artigo: ALVARENGA, V. M. L.; SAITO, F. L. A regularização de conjuntos habitacionais. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 09-32, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n2p09-32

Submissão: 2021-08-13

Aceite: 2021-09-20

Resumo

O artigo pretende trazer à tona o assunto da regularização fundiária no que diz respeito aos conjuntos habitacionais implantados pelo poder público. Com a homologação de marcos regulatórios, por meio inicialmente da Lei Federal n. 11.977/2009 e posteriormente pela Lei Federal n. 13.465/2017, houve a possibilidade de se avançar significativamente nas regularizações da produção habitacional pública. Há, porém, um longo caminho a se percorrer para que as inovações sejam efetivamente aplicadas, de modo a permitir a sua inclusão na cidade formal e oferecer

segurança jurídica e urbana aos seus moradores. Com um roteiro-resumo das ações necessárias para a regularização, pretende-se mostrar os vários aspectos que devem ser abordados durante o processo, a sua complexidade e o seu caráter multidisciplinar.

Palavras-chave: Regularização fundiária; Conjuntos habitacionais; Habitação de interesse social; Reurb; Projeto de regularização.

Abstract

The article intends to bring up the subject of land regularization, but regarding housing estates implemented by the government. With the approval of regulatory frameworks, through Federal Law n. 11,977/2009 and later Federal Law n. 13,465/2017, there was the possibility of significantly advancing the regularization of public housing production. There is, however, a long way to go for innovations to be effectively implemented, so as to allow their inclusion in the formal city, giving legal and urban security to its residents. With a script summary of the actions necessary for regularization, it is intended to show the various aspects that should be addressed during the process, its complexity, and its multidisciplinary character.

Keywords: Land regularization; Housing estates; Housing of social interest; Reurb; Regularization project.

Resumen

El artículo pretende plantear el tema de la regularización de tierras, pero con respecto a las urbanizaciones implementadas por el gobierno. Con la aprobación de los marcos regulatorios, a través de la Ley Federal n. 11.977/2009, y posteriormente la Ley Federal n. 13.465/2017, existía la posibilidad de avanzar significativamente en la regularización de la producción de vivienda pública. Sin embargo, queda un largo camino por recorrer para que las innovaciones se implementen de manera efectiva, a fin de permitir su inclusión en la ciudad formal, dando seguridad legal y urbana a sus residentes. Con un guión resumen de las acciones necesarias para la regularización, se pretende mostrar los diversos aspectos que deben abordarse durante el proceso, su complejidad y su carácter multidisciplinar.

Palabras clave: Regularización de tierras; Urbanizaciones; Vivienda de interés social; Reurb; Proyecto de regularización.

INTRODUÇÃO

A necessidade de provisão de moradias populares surge no país, no âmbito da constituição de um mercado livre de trabalho, após a abolição da escravatura e do crescimento populacional das cidades.

Segundo Nabil Bonduki (2014, p. 13):

[...] a Abolição da Escravatura e a constituição de um mercado de trabalho livre, que praticamente coincidem com a República, marcam o momento em que alguma ação pública, embora ainda muito tímida, pode ser notada, dando início ao primeiro período da política habitacional, que vai até a década de 1930, quando o Estado passa a intervir, de fato, na questão social. Essa fase, que, *grosso modo*, coincide com a República Velha, caracterizou-se pelo reconhecimento de que a habitação dos trabalhadores era um problema público. Prevalcia, entretanto, a concepção liberal de que o Estado não deveria intervir diretamente na produção e nas regras de locação da moradia, que eram consideradas questões de mercado.

Nessa época surgem as primeiras vilas operárias, fruto da produção privada, que se caracterizavam como núcleos coletivos, precursoras dos conjuntos habitacionais produzidos posteriormente pelo poder público.

A primeira ação do governo federal ocorre, ainda nesse período, com a implantação, em 1912, do bairro operário Marechal Hermes no Rio de Janeiro, que pode ser considerado o primeiro conjunto habitacional construído pelo poder público.

Somente a partir de 1930, o Estado passa a assumir a responsabilidade no atendimento à demanda de habitação para os trabalhadores. A era Vargas marca o reconhecimento de que a provisão de habitação é uma questão social, ainda que tratada de maneira fragmentada. Esse período é marcado pela produção habitacional dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP) vinculados ao Ministério do Trabalho, que atendiam os trabalhadores registrados.

Em 1964, com a instituição do Sistema Financeiro da Habitação para aquisição da casa própria e a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) pela Lei n. 4.380, consolidou-se um aporte permanente de recursos para fins de financiamentos habitacionais, o que acarretou uma produção habitacional massiva.

De acordo com Paola de Castro Ribeiro Macedo (2020, p. 134):

A ideia dos “Conjuntos Habitacionais” está ligada às políticas públicas para a construção e alienação de casas populares para população de baixa renda a fim de diminuir o déficit habitacional urbano, especialmente com os princípios insertos na Lei 4.380/64. A Lei previu a aplicação prioritária de recursos federais para a construção de conjuntos habitacionais

destinados à eliminação de favelas, mocambos e outras aglomerações em condições subnormais de habitação (art. 4º, I).

Nesse contexto, é criada como autarquia, em 1949, a Caixa Estadual de Casas para o Povo (Cecap), que posteriormente se constitui na Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), principal responsável pela implantação de conjuntos habitacionais em todo o território do estado de São Paulo. E na década de 1960, foram criadas as Companhias Municipais de Habitação Popular (Cohabs) em diversos municípios.

Conjuntos habitacionais

Os conjuntos habitacionais, que no seu início tinham características de bairros residenciais contando com equipamentos sociais para atendimento de sua população, foram, no decorrer do tempo, se caracterizando como núcleos habitacionais geralmente apartados dos centros urbanos e de sua infraestrutura. O preço da terra e a alta demanda habitacional dos centros urbanos, cada vez mais populosos, são alguns dos fatores que levaram a essa precarização não só em termos urbanísticos, como também em termos arquitetônicos. Cada vez mais, a padronização dos projetos foi sendo utilizada, de modo a “baratear” suas construções.

Em geral, foram e são promovidos pelo poder público, por meio das Companhias Habitacionais e Secretarias de Habitação de estados e municípios. Quando privados, na maior parte das vezes são utilizados recursos do Sistema Financeiro da Habitação.

A sua definição legal pode ser entendida segundo as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2021), capítulo XX, subseção II, item 167.1:

Entende-se como conjunto habitacional o empreendimento em que o parcelamento do imóvel urbano, com ou sem abertura de ruas, é feito para a alienação de unidades habitacionais edificadas pelo próprio empreendedor; 167.1.1. Os conjuntos habitacionais poderão ser constituídos de parcelamento do solo com unidades edificadas isoladas, parcelamento do solo com edificações em condomínio, condomínios horizontais ou verticais ou ambas as modalidades de parcelamento e condomínio.

Ou seja, o empreendedor executa o parcelamento do solo e constrói as edificações para alienação.

As Normas de Serviço permitem que, no mesmo ato de registro, registre-se o parcelamento do solo e averbem-se as unidades habitacionais, bem como isenta a aplicação do art. 18 da Lei nº 6.766/79, desobrigando a apresentação de diversos documentos e, mais importante, isentando da exigência do registro do parcelamento do solo em até 180 dias após a sua aprovação. Diferenciando assim os procedimentos relativos ao registro público dos Conjuntos Habitacionais em relação aos procedimentos de registro dos loteamentos urbanos:

167. Não se aplica o disposto no art. 18, da Lei nº 6.766/79, para a averbação dos conjuntos habitacionais erigidos pelas pessoas jurídicas referidas nos incisos VII e VIII, do art. 8º, da Lei nº 4.380/64, salvo se o exigir o interesse público ou a segurança jurídica (SÃO PAULO, 2021).

Os conjuntos habitacionais e a regularização

São muitas as irregularidades praticadas na implantação de conjuntos habitacionais promovidos pelo poder público, responsáveis pela execução de programas habitacionais, como:

- A ausência das devidas aprovações e licenciamentos dos órgãos municipais e estaduais e do respectivo registro público no Cartório de Registro de Imóveis.
- O não atendimento às exigências dos índices e das normas previstos nas legislações vigentes, tanto no aspecto urbanístico quanto no ambiental.
- A existência de pendências fundiárias relativas aos terrenos em que foram implantados, impedindo o seu registro ao final.
- A falta de infraestrutura, principalmente de saneamento básico, equipamentos sociais etc.

Um dos fatores motivadores das irregularidades é a morosidade nos processos de aprovação e licenciamento dos órgãos públicos. Em geral, os municípios e órgãos estaduais não possuem equipes suficientes para atender à demanda de análises em tempo hábil.

A urgência da entrega dos conjuntos, tanto por razões políticas dos dirigentes públicos quanto pela premente necessidade do atendimento habitacional, acabou gerando inúmeros empreendimentos irregulares, o que resultou no não atendimento dos trâmites legais e/ou na não solução de questões fundiárias e de infraestrutura.

Ao reproduzir o padrão de informalidade dos assentamentos da população de baixa renda, o poder público contribuiu para o modelo de desenvolvimento urbano excludente, ou seja, implantou conjuntos habitacionais irregulares e apartados dos tecidos urbanos consolidados, criando, assim, grandes centros habitacionais sem a infraestrutura urbana necessária e o devido registro público.

A localização periférica nas cidades, distantes dos centros urbanos, acarreta o aparecimento de comércios irregulares, diversos tipos de ocupações nas áreas livres, pequenos negócios, igrejas e associações de moradores que fazem, muitas vezes, o papel do poder público. Os moradores, ao longo do tempo, vão se apropriando dos espaços livres, sem destinação definida, de modo a suprir a ausência de equipamentos urbanos.

A necessidade da retirada de ocupações, seja de comércios, ou de unidades habitacionais em áreas de risco e muitas vezes, a necessidade de obras de infraestrutura, de contenção de riscos e/ou de restauração dos edifícios e das áreas comuns, visando ao atendimento às normas de segurança como a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), fazem com que a participação da população tenha um papel central.

Nesse contexto, o trabalho conjunto com os técnicos da área social, envolvendo e esclarecendo os beneficiários finais do processo de regularização, é fundamental para seu êxito.

Fica evidente que o evento da regularização não é apenas jurídico-documental, mas um processo que depende de várias ações e de diversos agentes para que seja exitoso ao final. Por conta disso, processos desse tipo costumam ser lentos, porque demandam planejamento e engajamento por parte de todos os envolvidos, principalmente dos agentes públicos.

A falta de registros públicos dos imóveis, não efetivados à época da construção do conjunto, é outra grave irregularidade que gera diversos prejuízos aos moradores.

Nos conjuntos implantados pelas companhias habitacionais municipais e estaduais, como as Cohabs e a CDHU no estado de São Paulo, os moradores têm contrato firmado de compra e venda.

Ao final do financiamento, com sua quitação, sem o registro do conjunto no Cartório de Registro de Imóveis, o mutuário não consegue transferir o imóvel para seu nome. Na verdade, o imóvel não existe legalmente.

A consequência é uma enorme insegurança jurídica com muitos prejuízos que podem ser exemplificados, como a impossibilidade da transmissão da propriedade nos casos de inventários, quando há o falecimento do titular, a impossibilidade do uso do bem como ativo financeiro para acesso de crédito no mercado, a falta de reconhecimento e instauração jurídica dos condomínios e suas Convenções, o que dificulta a organização dos moradores, etc.

Essas irregularidades têm gerado inúmeras autuações e ações do Poder Judiciário contra as empresas públicas empreendedoras, gerando Termos de Ajustamento de Conduta e multas elevadíssimas.

Sobre a legislação

A necessidade da regularização fundiária vem sendo discutida ao longo dos anos, principalmente após a sua inserção no Estatuto da Cidade em 2001 (Lei Federal n. 10.257/2001) como instrumento jurídico a ser utilizado nas políticas públicas formalizadas pelo poder público, visando garantir o direito à moradia e a função social da propriedade.

Segundo Nelson Saule Junior (2004, p. 348): "A regularização fundiária foi incluída como um dos instrumentos jurídicos e políticos da política urbana no Estatuto da

Cidade. A regularização fundiária deve ser entendida como uma medida necessária para enfrentar o problema dos assentamentos informais”.

Foi apenas em 2009, com a publicação da Lei n. 11.977, que instituiu o Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, que se apresentou pela primeira vez um marco regulatório sobre a regularização fundiária para todo o território nacional, o que significou um grande avanço.

Destacamos aqui o artigo 46 da Lei n. 11.977/2009, que traz o importante conceito de regularização fundiária plena, como o conjunto das ações jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais como estruturadoras das intervenções a serem implementadas:

A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (BRASIL, 2009).

Destacamos também a reafirmação, trazida pela lei, da responsabilidade e competência dos municípios no ordenamento do seu território, dando-lhe autonomia para a regularização tanto urbanística como ambiental.

Até a publicação da Lei n. 11.977/2009, as regularizações dos conjuntos habitacionais foram regidas pela Lei Federal n. 6.766/79 de Parcelamento do Solo e pela legislação de licenciamento ambiental vigente, basicamente o Código Florestal – Lei n. 12.651/2012, cujos critérios incidiam tanto na aprovação de novos projetos como na regularização de empreendimentos já implantados, gerando grandes dificuldades. Em 1999 com a publicação da Lei n. 9.785, foram introduzidas algumas alterações com a modificação do artigo 18 e o acréscimo do artigo 40 (BRASIL, 1979) que viabilizaram algumas regularizações.

Em 2017 houve a promulgação da Lei n. 13.465, sobre regularização rural e urbana, revogando a Lei n. 11.977/2009.

A nova Lei, vigente atualmente, trouxe ainda mais facilidades para a regularização. Seu conceito geral é facilitar a titulação dos imóveis, trazendo uma série de inovações, como a dispensa da infraestrutura, considerada essencial pela própria lei (redes de água, de captação de esgoto e energia elétrica), que poderá ser implantada em momento posterior, como veremos mais adiante, contrariando o conceito de regularização plena da lei anterior.

A seguir elaboramos um roteiro-resumo para a regularização de conjuntos habitacionais, focando os principais pontos do processo para a compreensão dos procedimentos vigentes e dos vários aspectos técnicos e jurídicos que devem ser abordados.

ROTEIRO – REGULARIZAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS

01. Análise preliminar e vistoria

A primeira etapa dos trabalhos é o reconhecimento do conjunto habitacional a ser regularizado, por meio de vistoria no local e pesquisa documental.

Em geral, com o decorrer do tempo desde a entrega aos moradores, o uso e a ocupação dos lotes originais e das áreas comuns sofreram alterações em relação ao projeto inicial. Mesmo a situação jurídica da gleba pode ter sofrido alteração.

A vistoria, além de apontar ocupações irregulares e usos diferenciados, deve também identificar visualmente se há incidência de córregos, nascentes, linhas de transmissão, maciços arbóreos, rodovias, oleodutos e outras interferências físicas.

Fotos aéreas são importantes como apoio na vistoria caso não existam outros documentos técnicos anteriores, como levantamento cadastral, projetos etc.

Quanto à pesquisa documental, deverá ser feito um levantamento de todos os títulos atualizados no Registro de Imóveis para identificar a matrícula/transcrição referente ao conjunto habitacional, assim como pesquisa na prefeitura para verificar a existência de plantas aprovadas e inscrições municipais, a situação em relação ao perímetro urbano e ao zoneamento, e restrições urbanísticas e ambientais.



Figura 1: Foto aérea com a demarcação de intervenção da CDHU, no município de Sumaré, na região metropolitana de Campinas, em São Paulo. Fonte: Base de dados da CDHU e Google Maps, 2020.



Figura 2: Foto aérea com a demarcação de intervenção da CDHU, no município de Sumaré, na região metropolitana de Campinas, em São Paulo. Trata-se de regularização de área ocupada com 498 lotes (lado esquerdo) e de conjunto habitacional construído para a realocação de famílias da ocupação original com 389 unidades (lado direito), atendimento total de 887 famílias. Fonte: Base de dados da CDHU e Google Maps, 2020.

02. Levantamento Planialtimétrico Cadastral - Lepac

A falta de regularização fundiária coloca o conjunto habitacional numa espécie de "território sem dono". Apesar de fornecerem alguns serviços públicos, como recolhimento do lixo e iluminação do sistema viário, o que gera a cobrança de impostos, os municípios, na maioria das vezes, não se apropriam das áreas destinadas ao uso público (áreas institucionais, sistemas de lazer, áreas verdes e sistema viário), pois não possuem a posse efetiva delas. Isso acaba ocasionando a sua ocupação de maneira desordenada, tanto pela população moradora quanto pela própria municipalidade.

Há ainda os casos de ocupações em área de preservação permanente ao longo de córregos e rios ou em encostas com alta declividade que, além de problemas ambientais, podem proporcionar risco à vida das famílias.

As alterações e a descaracterização do projeto original levam à obrigatoriedade de se iniciar o processo de regularização com o Levantamento Planialtimétrico Cadastral (Lepac), que servirá como base para a elaboração do projeto de regularização onde serão redefinidos os usos e padrões de ocupação do solo, adequando-os à realidade atual.

O Lepac é a fotografia do Conjunto no momento da sua realização. É fundamental para a elaboração do Projeto de Regularização, portanto para a qualidade dos trabalhos a serem realizados. Deve conter dados completos e precisos.

Além das informações sobre a situação e o desenho atual do sistema viário, dos lotes, das construções existentes, da ocorrência de córregos, áreas de proteção permanente, nascentes, linhas de alta tensão e outras interferências, informações importantes para a definição da estratégia da regularização, o Lepac traz os subsídios necessários para a definição das divisas do conjunto, servindo como base para a elaboração da planta de perímetro. Muitas vezes a divisa física não coincide com a descrita na matrícula do imóvel, exigindo a sua retificação.

A Lei n. 13.465/2017 coloca o Lepac como documento técnico a ser apresentado ao Cartório de Registro, em conjunto com o projeto de regularização, e especifica que ele deverá ser remetido, posteriormente, ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais, que forma a base territorial do país.

Deve ser realizado por um profissional habilitado dentro das normas da NBR 13.133/94 classe IPAC e IIN, legislação municipal e adotando o sistema de coordenadas em UTM - SIRGAS 2000, conforme exigido pela Lei nº 13.465/2017. Além disso deverá atender o art. 28 e 29 do decreto nº 9.310/2018, onde estão detalhadas todas as informações que deve conter.



Figura 3: Levantamento Planialtimétrico Cadastral de conjunto habitacional da CDHU com 140 unidades habitacionais unifamiliares no município de Dracena, em São Paulo. Fonte: Base de dados da CDHU.

03. Diagnóstico e definição de estratégia

O diagnóstico é o resultado das análises feitas com base nos aspectos jurídicos, urbanísticos e ambientais, que devem resultar na construção da estratégia a ser utilizada na regularização do conjunto.

04. Estudo fundiário e planta de perímetro

O artigo 35 da Lei n. 13.465/2017, inciso II, indica a planta de perímetro como parte integrante do projeto de regularização fundiária. Ela é elaborada com base em estudo fundiário detalhado, com análise técnica e jurídica baseada nas informações obtidas inicialmente e com a restituição das matrículas sobre o Lepak, de modo a identificar os confrontantes e as eventuais áreas de usucapião.

A busca dos confrontantes e titulares de domínio, que devem constar na planta, pode ser um processo demorado em caso de seu número ser elevado e/ou da necessidade de pesquisa de loteamentos vizinhos e verificações em cartório.

Essa planta é importante para subsidiar as notificações dos confrontantes, responsabilidade atribuída aos municípios, conforme a Lei Federal.

Sobre o Lepak, devem-se restituir os títulos encontrados, elaborando-se uma planta de sobreposição da situação fática com a registrária, com todos os confrontantes localizados e projetos aprovados, se houver (inclusive dos confrontantes), e assim será possível definir o perímetro da área a ser regularizada com a elaboração da planta de perímetro.

05. Análise jurídica

Quanto à situação jurídica da gleba, são inúmeras as pendências fundiárias que podem ocorrer e que deverão ser verificadas e solucionadas para se alcançar o registro dos imóveis.

Muitas vezes, são necessárias a averbação de via de acesso para garantir o acesso jurídico à gleba, a baixa de hipoteca existente do imóvel, a enfiteuse em terrenos foreiros etc. Há ainda casos cuja titularidade ainda não foi solucionada, como terrenos pertencentes à União situados em área da Marinha ou terrenos advindos de terras devolutas. Em casos de conjuntos implantados em parcerias entre estado e município, a doação não efetivada das áreas municipais também poderá atrasar a regularização.

Quanto aos terrenos sobre os quais incidem ações judiciais, a Lei n. 13.465/2017 traz uma inovação que permite o registro sem a transferência do ônus à matrícula a ser inaugurada, corroborada no item 297 das Normas de Serviço.

Nesse processo, é necessário ainda, a análise de eventuais compromissos assinados perante o Ministério Público, como por exemplo: Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e ações judiciais existentes de desapropriação, reintegração de posse e retificação judicial.

As informações da situação jurídica da gleba deverão compor o *estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental* previsto no inciso III do artigo 35 da Lei n. 13.465/2017 e do artigo 30 do Decreto n. 9.310/2018.

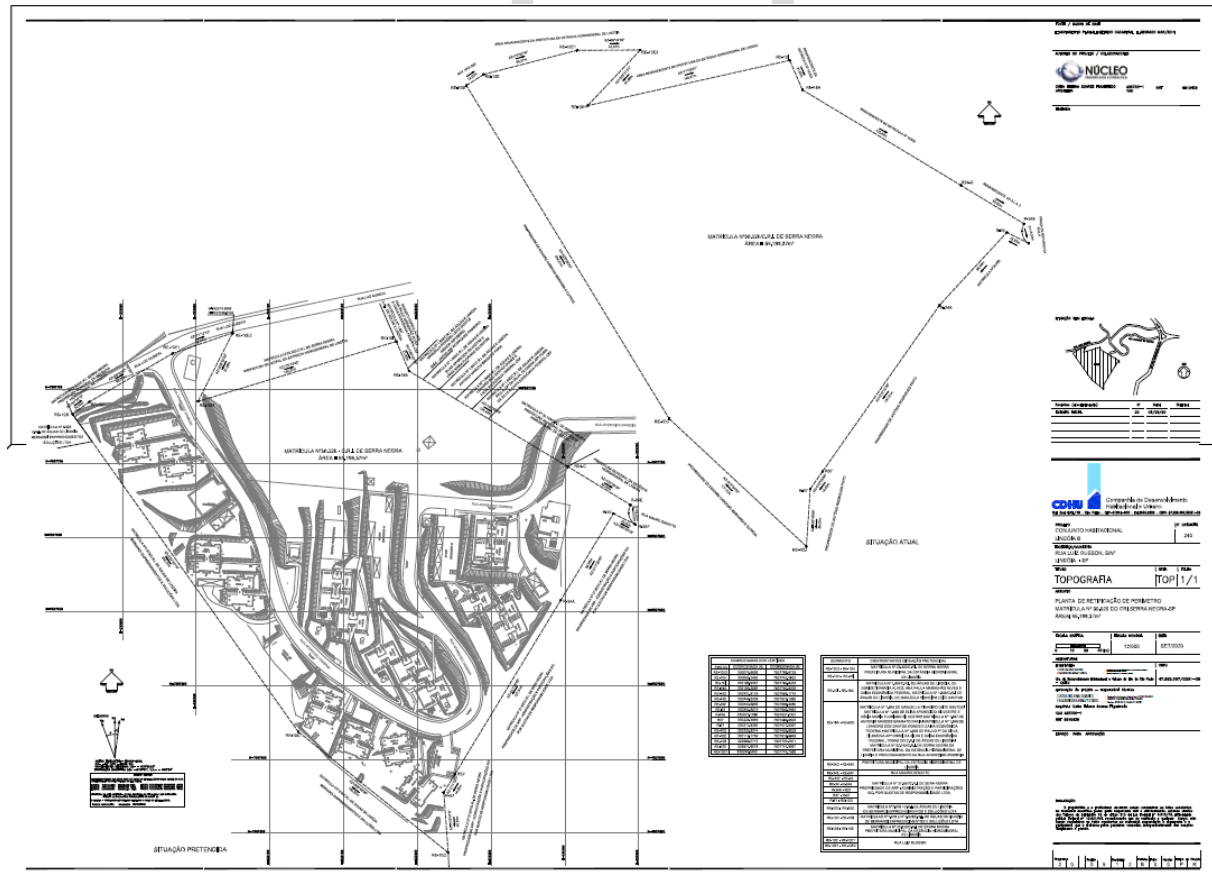


Figura 4: Planta de perímetro com a definição das divisas e confrontantes da gleba do conjunto habitacional da CDHU com 240 unidades habitacionais multifamiliares no município de Lindóia, em São Paulo. Fonte: Base de dados da CDHU.

06. Análise urbanística

Como parte do estudo anteriormente citado e para a definição da estratégia da regularização, deverá ser realizada a análise urbanística com a avaliação da situação fática do terreno e das construções, trazidas pelo Lepac, em relação à legislação dos municípios, dos estados e do governo federal, apontando as desconformidades.

Se o conjunto for entregue sem as devidas aprovações e sem o registro no Cartório de Registro de Imóveis, com o passar do tempo haverá mais dificuldades para sua regularização. As legislações municipais e os planos diretores, vigentes à

época, podem sofrer modificações, e principalmente haverá alterações na configuração do projeto original, já que os próprios moradores, ao se apropriarem dos espaços públicos e das áreas comuns, passam a dar usos diversos aos previstos originalmente.

A lei reafirma a responsabilidade e competência dos municípios no ordenamento do seu território, dando-lhes autonomia para a regularização tanto urbanística como ambiental. Desde que condizente com as características locais, ela traz, entre outras, a possibilidade de serem adotados pelos municípios índices urbanísticos específicos para cada caso, mesmo que diferentes daqueles utilizados normalmente pelas legislações vigentes municipais.¹

Observa-se que muitos municípios possuem legislação sobre regularização mais restritiva que a Lei Federal e que, via de regra, deverá ser atendida, como exigência de anuência de conselho gestor, apresentação de laudo de habitabilidade e AVCB, número mínimo de vagas de estacionamento para os casos de condomínios verticais, áreas permeáveis etc.

Há também necessidade de análise da situação da infraestrutura instalada, sendo que é considerada infraestrutura essencial, sem a qual não é possível a regularização, as previstas no §1º do art. 36 da Lei nº 13.465/2017 e art. 31 do Decreto nº 9.310/2018:

- I – *sistema de abastecimento de água potável, coletivo ou individual;*
- II – *sistema de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, coletivo ou individual;*
- III – *rede de energia elétrica domiciliar;*
- IV – *soluções de drenagem, quando necessário; e*
- V – *outros equipamentos a serem definidos pelos Municípios em função das necessidades locais e características regionais.*

Caso a infraestrutura essencial não esteja implantada, deverão ser definidas as responsabilidades/atribuições para a execução das obras necessárias nas concessionárias dos serviços, na municipalidade e até mesmo com o empreendedor ou moradores a fim de se estabelecer um cronograma de implantação para viabilizar a regularização. Deve-se observar que a lei atribui ao poder público competente, diretamente por meio da administração pública indireta, a implementação da infraestrutura essencial nos casos de Regularização Fundiária Urbana (Reurb-S), ou seja, nos casos de habitação de interesse social.

A lei prevê a possibilidade de assinatura de Termo de Compromisso pelo agente responsável pelas obras que, acompanhado do cronograma, permite o registro no Cartório, ou seja, pela Lei Federal é possível titular o imóvel sem a infraestrutura totalmente instalada.

¹ “Art. 11 § 1º Para fins da Reurb, os Municípios poderão dispensar as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados, assim como a outros parâmetros urbanísticos e edifícios” (BRASIL, 2017).

07. Avaliação ambiental

A aprovação ambiental sempre foi um grande dilema nas regularizações, já que o conceito de licenciamento, utilizado na legislação ambiental para aprovar e “licenciar” a construção de novos empreendimentos, foi muitas vezes impeditivo na regularização de Conjuntos já implantados.

A Lei nº 13.465/2017 veio esclarecer e regulamentar várias dessas questões, como por exemplo:

- A transferência da competência ao município da regularização em relação ao aspecto ambiental, desde que tenha órgão ambiental capacitado esclarecido no art. 12 § 1º da Lei;
- A possibilidade da aprovação ambiental ser feita pelo Estado (no Estado de São Paulo pela Cetesb), caso o município não possua capacitação técnica; conforme art. 12 § 4º da Lei;
- A possibilidade de regularização das ocupações em Áreas de Proteção Permanente – APP, com a introdução dos artigos 64 e 65 no Código Florestal – Lei nº 12.651/2012. Nesses casos deve ser apresentado Estudo Técnico Ambiental, detalhado no Art. 11 da Lei nº 13.465/2017 e regulamentado no art. 4 do Decreto nº 9.310/2018, que detalha entre outros itens, os benefícios ambientais trazidos pela regularização.

A análise ambiental é fundamental para a construção da estratégia da regularização. Assim vários aspectos devem ser verificados:

- Se a área se encontra em localização com alguma restrição ambiental como Unidades de Conservação de Uso Sustentável Lei exige também para esses casos a elaboração de Estudo Técnico Ambiental e a anuência do Órgão Gestor da Área de Proteção.²
- Se há incidência de risco como ocupações nas faixas de segurança de linhas de transmissão, rodovias e oleodutos que poderão demandar a desocupação.
- Situações de risco geotécnico, geológico, inundação, contaminação e estrutural das edificações que impedem a sua regularização ou que necessitem de projetos de mitigação dos riscos.
- Avaliação da ocorrência de canalização/transposição de recursos hídricos e sua regularidade.

² “Art. 11§ 3º No caso de a Reurb abranger área de unidade de conservação de uso sustentável que, nos termos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, admita regularização, será exigida também a anuência do órgão gestor da unidade, desde que estudo técnico comprove que essas intervenções de regularização fundiária implicam a melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior” (BRASIL, 2017).

A conclusão da análise ambiental deve conter a avaliação da necessidade de elaboração de estudo técnico ambiental, laudos ambientais, laudo geotécnico, de projetos de mitigação, de compensação ambiental, de projetos de geotecnia etc.

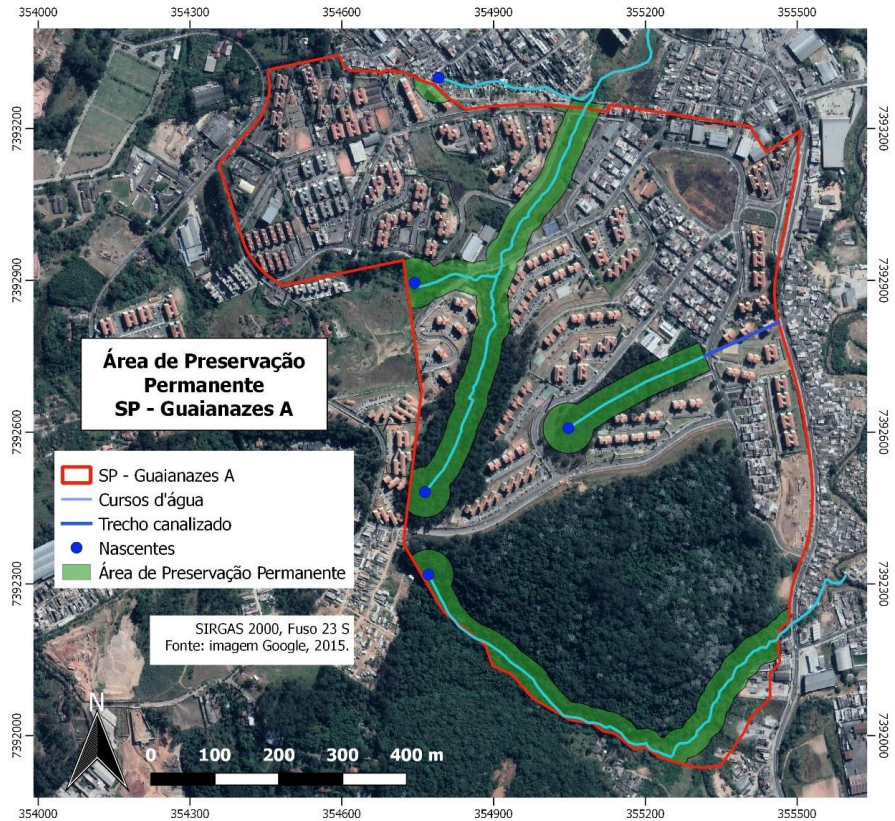


Figura 5: Avaliação ambiental dos cursos d'água e das áreas de preservação permanente (APP) e incidentes em conjunto habitacional no bairro de Guaianazes com 4.738 unidades habitacionais, no município de São Paulo. Fonte: Base de dados da CDHU e Google Maps, 2020.

08. Estratégia da regularização

Como não existe uma regra geral predefinida, já que cada caso apresenta suas peculiaridades, é com base nas informações e análises efetuadas no diagnóstico que se estabelece uma estratégia para a regularização do conjunto habitacional, que poderá ser realizada integral ou parcialmente conforme prevê o artigo 36, § 2º, da Lei n. 13.465/2017.³

É necessário prever quais serão as etapas e ações necessárias, como a remoção de famílias em área de risco; a necessidade de projetos complementares e execução de obras, conforme as indicações da legislação vigente e/ou da situação encontrada no local; as ações jurídicas para sanar pendências existentes e encaminhar a regularização fundiária da gleba; as anuências de

³ "Art. 36 § 2º A Reurb pode ser implementada por etapas, abrangendo o núcleo urbano informal de forma total ou parcial" (BRASIL, 2017).

órgãos estaduais e concessionárias de serviços, se necessárias; a previsão de reuniões com a população para pactuação das ações necessárias; e tantas outras providências específicas.

Além disso, e não menos importante, a estratégia de regularização deve refletir as tratativas feitas com o município, agente principal em todo o processo.

09. Elaboração do projeto de regularização

De maneira ampla, a lei define o projeto de regularização como um conjunto de peças técnicas que deverão compor o processo de regularização.

Além do projeto urbanístico propriamente dito, fazem parte do projeto de regularização: o Lepak, a planta de perímetro, o memorial descritivo, o estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental, os projetos complementares para soluções ambientais e de risco, quando for o caso, os respectivos estudos técnicos ambiental e de risco, o cronograma das obras que serão necessárias e o Termo de Compromisso de sua execução, conforme o artigo 35 da Lei n. 13.465/2017.

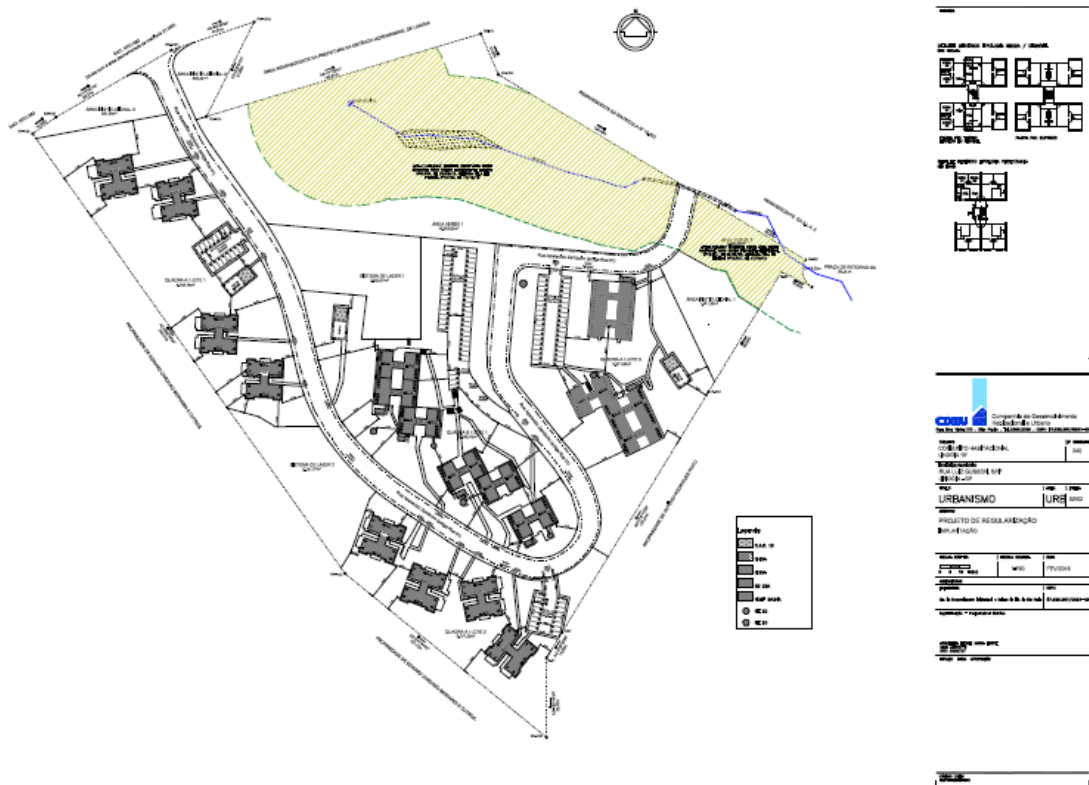


Figura 6: Planta de implantação do projeto urbanístico de conjunto habitacional da CDHU no município de Lindoia, em São Paulo, com 240 unidades habitacionais multifamiliares, distribuídas em tipologias verticais de prédios com quatro pavimentos e casas sobrepostas de dois pavimentos. Fonte: Base de dados da CDHU.

O projeto urbanístico, composto pelo projeto de parcelamento do solo e implantação das unidades habitacionais, deve demonstrar todas as dimensões e áreas dos lotes e das vias, e informações necessárias para subsidiar o posterior registro no Cartório de Registro de Imóveis (CRI), detalhadas no artigo 31 do Decreto n. 9.310/2018.

Deve ser o resultado das soluções pactuadas com a prefeitura e a população moradora, principalmente nos conjuntos verticais, onde o uso das áreas comuns para estacionamentos e a divisão dos condomínios são questões frequentemente levantadas e muito controversas.

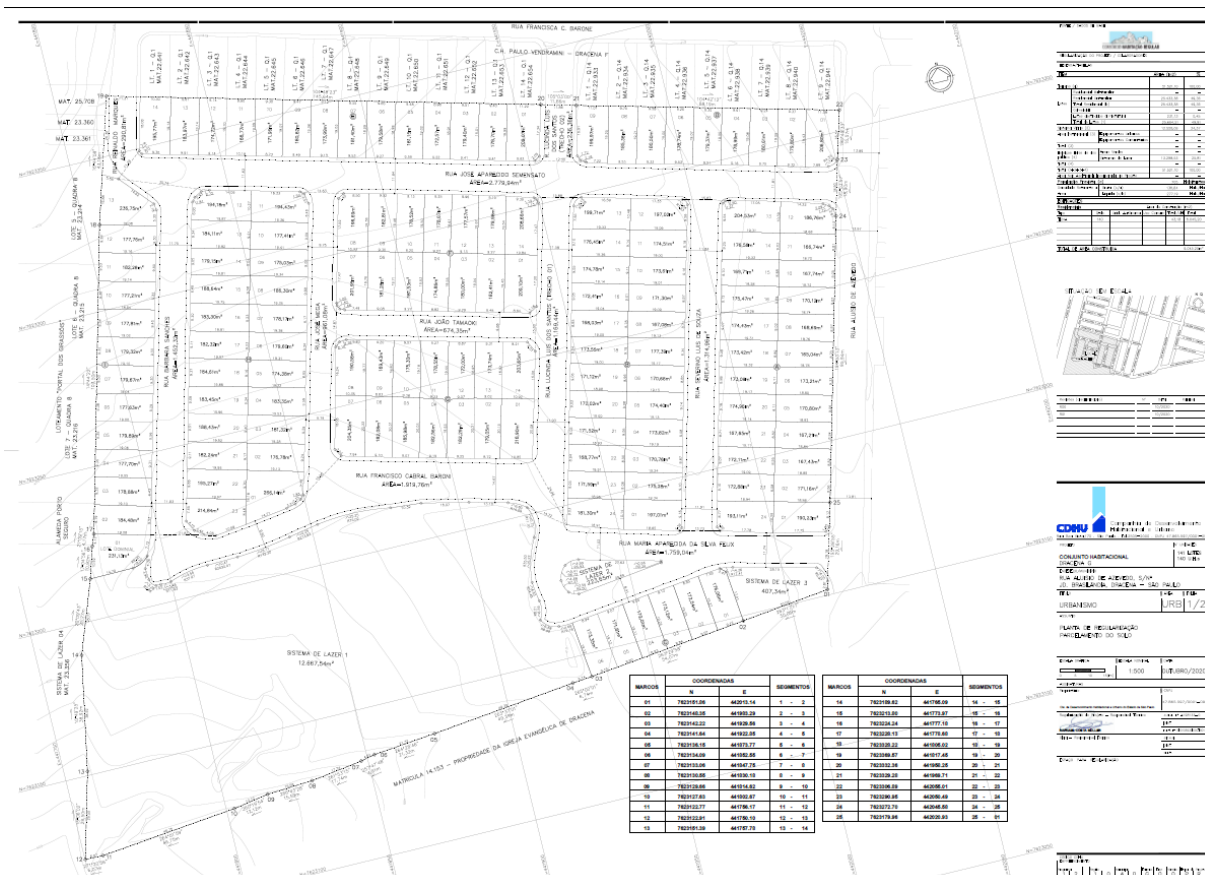


Figura 7: Planta de parcelamento do solo de conjunto habitacional da CDHU no município de Dracena, em São Paulo, com 140 unidades habitacionais unifamiliares. Fonte: Base de dados da CDHU.

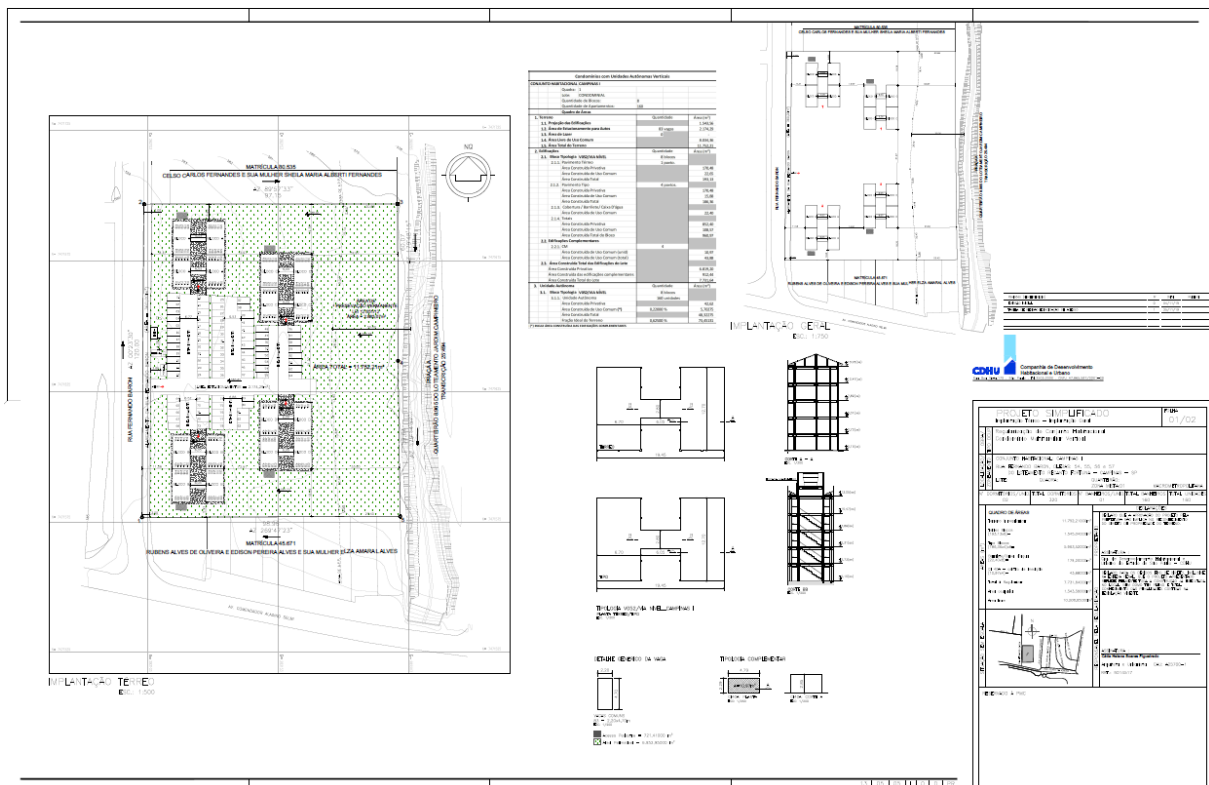


Figura 8: Projeto urbanístico de conjunto habitacional da CDHU no município de Campinas, em São Paulo, com 160 unidades habitacionais multifamiliares. Fonte: Base de dados da CDHU.

10. Listagem dos ocupantes

Outra inovação da Lei n. 13.465/2017 foi trazida no artigo 59:

§ 2º As unidades resultantes da regularização de conjuntos habitacionais serão atribuídas aos ocupantes reconhecidos, salvo quando o ente público promotor do programa habitacional demonstrar que, durante o processo de regularização fundiária, há obrigações pendentes, caso em que as unidades imobiliárias regularizadas serão a ele atribuídas (BRASIL, 2017).

Da mesma forma que na legitimação fundiária, para os conjuntos habitacionais é apresentada uma listagem com qualificação dos mutuários que quitaram seus financiamentos, com a cópia do contrato padrão⁴ e, no ato da averbação do conjunto, as unidades habitacionais são a eles atribuídas. Ou seja, seus nomes já constam como proprietários nas matrículas individualizadas.

⁴ “Caso a listagem da CRF ou a listagem complementar reconheça direito real não derivado de legitimação fundiária ou de posse, o ente público promotor da regularização deverá apresentar minuta do instrumento-padrão indicativo do direito real constituído, declarando possuir os originais arquivados e subscritos por seus beneficiários” (SÃO PAULO, 2021).

No estado de São Paulo, tais procedimentos foram confirmados nas Normas de Serviço, item 274-VII.

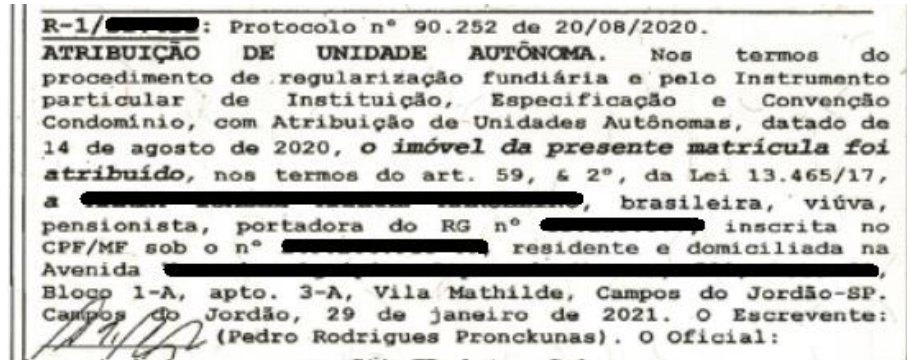


Figura 9: Registro da atribuição a um dos mutuários Fonte: Matrícula n. 31.433 do Registro de Imóveis de Campos do Jordão.

11. Processo administrativo da Reurb

Como comentado anteriormente, a Lei Federal reafirma o município como principal agente da regularização.

O processo administrativo municipal se inicia por meio de requerimento do agente legitimado para a instauração da Reurb. O município deve então se pronunciar classificando-a, de modo a definir sua modalidade como de interesse social ou de interesse específico e iniciar a notificação dos confrontantes da gleba, objeto da Reurb, com base na planta de perímetro.

É nesse momento que os confrontantes devem se pronunciar caso não concordem com a divisa proposta. Se houver discordância e litígio, a lei prevê tentativa de conciliação por meio de Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos.⁵

Em seguida, a prefeitura inicia a análise do projeto de regularização com toda a documentação técnica que o compõe, protocolada pelo requerente, verificando a necessidade de complementações e/ou de obras e conseqüente assinatura de Termo de Compromisso com apresentação de cronograma.

Ao final da análise, é emitida a Certidão de Regularização Fundiária (CRF), que certifica a aprovação do projeto de regularização e que contém uma série de informações que serão necessárias para o registro, entre elas: a modalidade da regularização; as responsabilidades das obras e dos serviços constantes do cronograma, quando for o caso; se a aprovação municipal contempla a regularização urbanística e ambiental do conjunto; a listagem dos ocupantes etc.,

⁵ "Art. 34. Os Municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito da administração local, inclusive mediante celebração de ajustes com os Tribunais de Justiça estaduais, as quais deterão competência para dirimir conflitos relacionados à Reurb, mediante solução consensual" (BRASIL, 2017).

conforme detalhado no artigo 41 da Lei n. 13.465/2017 e no item 274 das Normas da Corregedoria.

É importante salientar que os municípios podem e devem ter leis específicas para regularização de núcleos habitacionais, essenciais para o ordenamento de seu território.

12. Registro público

Essa é última etapa do processo de regularização. A seguir, apresenta-se a relação básica dos documentos a serem encaminhados ao Registro de Imóveis:

- Requerimento.
- Procuração.
- Matrícula(s).
- CRF.
- Aprovação do órgão ambiental, se não estiver na CRF.
- Planta de perímetro.
- Planta urbanística com ART ou RRT
- Planta de Implantação, se houver.
- Planta de Edificação, se houver.
- Memoriais descritivos.
- Instituição e especificação de condomínio, quando for o caso.
- Certidão de numeração com inscrição municipal.
- Listagem, se houver.
- Estudo Técnico Ambiental com ART, se houver.
- Cronograma e Termo de Compromisso, se houver.
- Demais projetos e documentos que integram a CRF.

Quando o projeto for assinado por funcionário ou empregado público, encaminham-se a cópia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea)

ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e a documentação comprovando ser funcionário ou empregado público.⁶

O Registro da Regularização Fundiária está definido nos artigos 42 a 54 da Lei n. 13.465/2017 e é regulamentado pelos artigos 40 a 52 do Decreto n. 9.310/2018 e, no estado de São Paulo, pelos itens 285 a 298 das Normas de Serviço.

O registro da Reurb em ato uno permite que, além do registro do parcelamento do solo e da averbação das edificações e da instituição dos condomínios, quando for o caso, a dispensa de retificação do perímetro (BRASIL, 1973, artigo 213, § 11), uma vez que é apresentada a planta de perímetro com as notificações dos confrontantes, bem como a titulação da atribuição, conforme citamos anteriormente.

O prazo para conclusão do registro é de 60 dias podendo ser prorrogado por igual período. Porém, na prática esse prazo não é cumprido principalmente por ocasião da finalização do procedimento com a emissão das matrículas individualizadas. Uma das justificativas dos oficiais de registro é por conta da gratuidade dos procedimentos de registro trazidos pela Lei Federal.

Nos casos dos conjuntos habitacionais, ainda é comum, por parte dos oficiais de cartórios, o questionamento sobre a legitimidade das companhias habitacionais dos estados e municípios para promover a regularização com o uso da Lei n. 13.465/2017 por não reconhecerem os conjuntos como núcleos urbanos consolidados.

Segundo André Luiz de Oliveira (2020, p. 138):

A falta de uniformidade fere indubitavelmente o princípio da eficiência ao permitir que cada Ofício emita a nota de exigência frente ao pedido de registro do Projeto de Regularização Fundiária, conforme sua experiência e entendimento pessoal, resultando em um vai e vem sem fim dos processos de regularização.

⁶ “Art. 36 § 5º A planta e o memorial descritivo deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado, dispensada a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) ou de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), quando o responsável técnico for servidor ou empregado público” (BRASIL, 2017).

R. 03 - 11.155 - 24 de março de 2020 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL.

Pela Certidão de Regularização Fundiária oriunda do processo administrativo 0120191 datado de 31 de outubro de 2019, expedida pela Municipalidade local, instruída com a documentação prevista nos artigos 14, inciso I, §1º, 42, 59, §2º da Lei 13.465, artigo 40 do decreto 9310 do Provimento 58/89 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, especialmente o Item 271, inciso VI, com as alterações do Provimento 56/2019, bem como no Artigo 167, Item 43, da Lei 6015/73, e pelos requerimentos datados respectivamente 02 de dezembro de 2019 e complemento de 18 de fevereiro de 2020, procede-se ao presente registro para constar que no imóvel objeto desta matrícula foi implantada a Regularização Fundiária de Interesse Social denominada: **CONJUNTO HABITACIONAL ALTINÓPOLIS "C"**, especificadamente no presente ato em relação à QUADRA "2", que procedido ao levantamento fundiário apurou-se que atualmente referida quadra possui 5.217,47m², conforme memorial descrito do auto de registro. É composto pelo lote 01 com área superficial de 324,05m² e unidade habitacional construída de 35,72m²; lote 02 com área superficial de 282,10m² e unidade habitacional construída de 35,72m²; lote 03 com área superficial de 285,79m² e unidade habitacional construída de 35,72m²; lote 04 com área superficial de 280,61m² e unidade habitacional construída de 35,72m²; lote 05 com área superficial de 262,23m² e unidade habitacional construída de 35,72m²; lote 06 com área superficial de 289,90m² e unidade habitacional construída de 35,72m²; lote 07 com área superficial de 295,24m² e unidade habitacional construída de 35,72m²; lote 08 com área superficial de 304,01m² e unidade habitacional construída de 35,72m²; lote 09 com área superficial de 293,67m² e unidade habitacional construída de 35,72m²; lote 10 com área superficial de 298,35m² e unidade habitacional construída de 35,72m²; lote 11 com área superficial de 403,20m² e unidade habitacional construída de 35,72m²; lote 12 com área superficial de 235,26m² e unidade habitacional construída de 35,72m²; lote 13 com área superficial de 197,18m² e unidade habitacional construída de 35,72m²; lote 14 com área superficial de 202,64m² e unidade habitacional construída de 35,72m²; lote 15 com área superficial de 203,49m² e unidade habitacional construída de 35,72m²; lote 16 com área superficial de 212,24m² e unidade habitacional construída de 35,72m²; lote 17 com área superficial de 569,64m², sem unidade habitacional construída; e, lote 18 com área superficial de 277,89m², sem unidade habitacional construída; tudo conforme certidão de registro fundiária, referida supra, das quais foram descerradas as correlatas matrículas de nºs 16.030, 16.031, 16.032, 16.033, 16.034, 16.035, 16.036, 16.037, 16.038, 16.039, 16.040, 16.041, 16.042, 16.043, 16.044, 16.045, 16.046 e 16.047, livro 2, Registro Geral, desta Serventia, referente aos citados lotes, resultando no encerramento da presente matrícula.

Protocolo nº 068111 de 18 de fevereiro de 2020.

Figura 10: Exemplo de registro de Reurb do Conjunto Habitacional Altinópolis C com 300 unidades habitacionais. Fonte: Matrícula n. 11.155 do Registro de Imóveis da Altinópolis.

CONCLUSÃO

O assunto regularização fundiária nos remete geralmente à urbanização de favelas e assentamentos precários, tão comuns nas periferias de nossas cidades.

A regularização de conjuntos habitacionais, porém, não é tratada com a mesma atenção. A falta de dados quantitativos sobre o número de unidades habitacionais irregulares produzidas pelo poder público não coopera para que uma discussão maior venha à tona.

Os conjuntos habitacionais construídos em geral nas periferias ou mesmo nos perímetros urbanos mais centrais, ainda irregulares, são verdadeiros bairros com numerosa população sem a possibilidade de exercer sua cidadania com segurança jurídica e urbana. Na ausência da legalidade e da inserção em políticas públicas, além de todos os prejuízos já mencionados, muitos são dominados pelo crime organizado. Trata-se de realidade bem conhecida nas regiões metropolitanas, mas também vivida em cidades de médio porte no interior do estado de São Paulo.

Apesar de a Lei n. 13.465/2017 ter trazido muitos avanços, como incluir no artigo 13, § 3º, os conjuntos habitacionais e condomínios de interesse social,⁷ esclarecendo que são passíveis de regularização, o assunto ainda provoca questionamentos dos agentes envolvidos, principalmente dos cartórios e das

⁷Art. 13 § 3º O disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo aplica-se também à Reurb-S que tenha por objeto conjuntos habitacionais ou condomínios de interesse social construídos pelo poder público, diretamente ou por meio da administração pública indireta, que já se encontrem implantados em 22 de dezembro de 2016" (BRASIL, 2017).

administrações municipais, sobre a abrangência da lei em relação aos conjuntos habitacionais.

Esse é apenas um exemplo que mostra a necessidade de que todos os participantes nos processos de regularização se apropriem das inovações trazidas pela legislação, de modo que a sua aplicação seja implementada.

Os municípios, principais agentes do processo, dispõem em geral de equipes técnicas reduzidas sem a multidisciplinaridade necessária, o que dificulta as análises da documentação técnica e a construção de normas e procedimentos específicos, e sofrem constantemente com a falta de continuidade dos programas de regularização nas mudanças de gestão a cada eleição.

Por sua vez, os Cartórios de Registro de Imóveis, ao não se apropriarem dos conceitos de regularização de conjuntos habitacionais contidos na lei, extrapolam em suas exigências ao promoverem inúmeras devoluções e complementações que dificultam ainda mais a obtenção do registro e a individualização das matrículas dos inúmeros imóveis gerados.

O que se percebe é que há um longo caminho a se percorrer e que os obstáculos que ainda persistem só serão superados quando houver uma ampla discussão e a apropriação dos novos instrumentos jurídicos por todos envolvidos, de modo que sejam aplicados em todo o seu alcance com responsabilidade, inclusive com a proposição e implementação de melhorias nas várias etapas do processo.

O papel do Estado se mostra fundamental na formulação de novas políticas públicas, de modo a inserir a regularização fundiária como vetor de inclusão social e de cidadania, integradas às políticas urbanas de habitação, meio ambiente, saneamento básico e mobilidade, nos diferentes níveis de governo, com a disponibilização de recursos para sua viabilização, para que o direito à moradia digna seja garantido e exercido por todos.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, N. *Os pioneiros da habitação social*. São Paulo: Editora Unesp, Edições Sesc, 2014. v. 1.

BRASIL. Decreto n. 9.310, de 15 março de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9310.htm. Acesso em: 24 jul. 2021.

BRASIL. Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm. Acesso em: 24 maio 2015.

BRASIL. Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm.
Acesso em: 24 maio 2015.

BRASIL. Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm.
Acesso em: 8 maio 2021.

BRASIL. Lei n. 13.465, 11 de julho de 2017. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm.
Acesso em: 24 jul. 2021.

MACEDO, P. de C. R. *Regularização Fundiária Urbana e seus mecanismos de titulação dos ocupantes*: Lei n. 13.465/2017 e Decreto n. 9.310/2018. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. (Coleção Direito Imobiliário, v. V).

OLIVEIRA, A. L. de. *Reurb na prática: legitimação fundiária*. São José, SC: Icep, 2020. v. 1.

SÃO PAULO (Estado). *Normas de Serviço*. São Paulo: Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, 2021. Disponível em:
<https://www.tjsp.jus.br/Corregedoria/Comunicados/NormasExtrajudiciais>.
Acesso em: 22 jul. 2021

SAULE JUNIOR, N. *A proteção jurídica da moradia nos assentamentos irregulares*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004.

Mulher *in loco*: o experimento do corpo feminino

Woman *in loco*: the female body experiment

Mujer *in loco*: el experimento del cuerpo femenino

Amanda da Costa Pereira Alves, mestra em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu (Pgaur/USJT).

E-mail: pa_amanda@hotmail.com  *ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3386-9840>*

Eneida de Almeida, doutora em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu (Pgaur/USJT).

E-mail: eneida.almeida@saojudas.br  *ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9216-3581>*

Para citar este artigo: ALVES, A. da C. P.; ALMEIDA, E. de. Mulher in loco: o experimento do corpo feminino. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 33-47, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n2p33-47

Submissão: 2020-09-15

Aceite: 2021-02-05

Resumo

Este artigo relaciona as reflexões teóricas com uma experiência sensível de reposicionamento do corpo no espaço, tomando os alicerces no campo da arquitetura articulados com os entendimentos filosóficos e sociológicos, a fim de atribuir ao corpo feminino um papel de agente crítico. Agrest (2006) aponta a condição de desigualdade entre homens e mulheres no cenário da arquitetura tradicional, buscando encontrar soluções para a negação histórica de seu gênero. A reflexão de Heloísa Buarque de Hollanda (2018) e a fala de Djamila Ribeiro (2017) constituem um suporte teórico fundamental para reconhecer os lugares do discurso e suas contribuições para

propiciar um estudo empírico da composição das tramas de rebelião das mulheres no confronto com o contexto urbano. A experimentação estabelece o recorte no corpo feminino, com a produção das artistas Valie Export, Esther Ferrer e Francesca Woodman, como práticas estéticas que valorizam a arte, a cidade e a política.

Palavras-chave: Corpo e cidade; Memória e identidade; Arte e linguagem.

Abstract

This article relates theoretical reflections to a sensitive experience of repositioning the body in space, based on notions of the field of architecture articulated to philosophical and sociological understandings, in order to attribute to the female body a role as a critical agent. Agrest (2006) points out the condition of inequality between men and women in the scenario of traditional architecture, seeking to find ways out of the historical denial of their gender. The reflection of Heloísa Buarque de Hollanda (2018) and to the discourse of Djamila Ribeiro (2017), consist of an essential theoretical support to recognize places of speech and their contributions to foster an empirical study of the composition of plots of women's rebellion in the clash with the urban context. This experimentation establishes the cut in the female body, with the production of the artists Valie Export, Esther Ferrer and Francesca Woodman, as aesthetic practices that value art, city and politics.

Keywords: Body and city; Memory and identity; Art and language.

Resumen

Este artículo relaciona reflexiones teóricas con una experiencia sensible de reposicionamiento del cuerpo en el espacio, tomando los fundamentos en el campo de la arquitectura en conjunto con las comprensiones filosóficas y sociológicas, para asignar el rol de agente crítico al cuerpo femenino. Agrest (2006) señala la condición de desigualdad entre hombres y mujeres en el escenario de la arquitectura tradicional, buscando soluciones para la negación histórica de su género. La reflexión de Heloísa Buarque de Hollanda (2018) y el discurso de Djamila Ribeiro (2017) constituyen un soporte teórico fundamental para reconocer los lugares del discurso y sus aportes para brindar un estudio empírico de la composición de las tramas de rebelión de las mujeres en la confrontación con el contexto urbano. La experimentación establece el corte en el cuerpo femenino, con la producción de las artistas Valie Export, Esther Ferrer y Francesca Woodman, como prácticas estéticas que valoran el arte, la ciudad y la política.

Palabras clave: Cuerpo y ciudad; Memoria e identidade; Arte y lenguaje.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de investigação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu (Pgaur/USJT) com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na qual se buscou compreender as peculiaridades da relação entre sujeito, cidade e arte, no panorama contemporâneo, de modo a extrapolar os limites disciplinares da arquitetura, articulando-a com outros campos de reflexão e experimentação, na medida em que outras compreensões, provindas de diferentes lugares de discursos, podem contribuir para uma contínua reconstrução das relações não só entre os campos disciplinares, mas também entre o ambiente físico e o tecido sociocultural em incessante transformação.

As conexões entre teoria e prática possibilitam ampliar as discussões ligadas à experiência vivida, considerando que a teoria para arquitetos não corresponde propriamente a uma construção autônoma, tampouco à explicação do mundo, mas pode ser compreendida, ao mesmo tempo, como fundamento, escolha e instrumento do agir concreto, inseparável do êxito alcançado com a intervenção.

A condição que interliga a mulher (e o corpo feminino), como locutores da própria interação com a cidade, associa reflexões do campo da arquitetura a algumas interpretações de gêneros e suas tangências com a trajetória do pensamento feminista, que configuram uma base de fundamentação teórica em que se apoiam as práticas artísticas.

Empreender esses cruzamentos de referências de campos distintos do pensamento propicia estimular a mobilização de aspirações subjetivas com vistas a alimentar a formação de identidades indissociáveis do posicionamento sociopolítico, desdobrando as possibilidades de interpretação de um ciclo contínuo de desconstrução e reconstrução dos contextos sociais e dos corpos que atravessam essas esferas. São aqui invocadas noções filosóficas e culturais, que oxalá possam permitir ao interlocutor refletir sobre suas próprias aspirações e possíveis derivações.

A arquitetura e a arte indiscutivelmente ocupam uma posição central no ambiente cultural da atualidade, constituindo novos parâmetros capazes de identificar demandas presentes nos contextos urbano e social e, assim, reinventar lugares e novas formas de existência. Entender a arte como um componente de crítica que reconhece a mulher em seus desejos e subjetividades permite a exploração de um contexto poético, articulando os movimentos dos corpos femininos com uma experiência sensível de potência criativa, interligando interesses pessoais e coletivos.

Entende-se que essa experiência de sensibilização e deslocamento da percepção do corpo feminino possa mobilizar não apenas os domínios sensoriais, como também os cognitivos, ou seja, possa articular processos mentais que interligam emoção e conhecimento. Aproveitando esse potencial, este artigo pretende explorar as relações entre identidade feminina e representação simbólica, de

forma a propiciar diferentes modos de apropriação dos lugares e ativando uma capacidade de transmutação de elementos inertes em organismos vivos conectados à cidade do presente. Deslocamentos são fundamentais para reagir e atravessar momentos de crise.

O lugar de fala e as experiências artísticas

Interessa aqui direcionar um deslocamento do sujeito genérico para a figura feminina, contudo, convém esclarecer que foge ao propósito deste artigo aprofundar as reflexões acerca das questões de gênero e mesmo das várias vertentes do feminismo, uma vez que o enfoque central se detém em perscrutar a presença da mulher na leitura e escritura da cena urbana, por intermédio de práticas estéticas.

Dito isso, a trajetória e a obra de Heloísa Buarque de Hollanda, ao congregarem reflexão e engajamento político, contribuem para dialogar com as autorrepresentações femininas aqui reunidas. Seus relatos autobiográficos transformam a vida em ficção para melhor relatar a realidade vivida. Construídos como narrativas de uma identidade compartilhada com outras mulheres, transitando entre os territórios fronteiriços da desobediência epistêmica e do pensamento descolonial, alcançam uma condição de testemunho acerca de abusos e lutas que unem as mulheres latino-americanas ou do chamado Terceiro Mundo. No contexto contemporâneo, Heloísa B. de Hollanda distancia-se de uma ideia de condição feminina universal, defendendo uma compreensão plural de feminismo, constituída por alianças construídas socialmente, aderentes às circunstâncias e sensível às diferenças.

Em *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*, Hollanda (2018) reúne várias vozes feministas, entre jovens e veteranas, compartilhando com elas a escrita dos textos que compõem o volume. Alcança o intento de apresentar a trajetória do movimento e, principalmente, registrar a difusão do ideário feminista em tempos recentes, no Brasil, o feminismo da quarta onda, enfatizando a influência das ferramentas de comunicação digital. Um aspecto essencial dessas novas manifestações é assinalado nas formas horizontais de organização, sem protagonismos e hierarquias, baseados em experiências pessoais que ecoam coletivas.

Um entendimento mais amplo dessas discussões requer superar a oposição binária “masculino *versus* feminino”, mesmo porque masculino e feminino não são categorias absolutas, e o gênero não está aprisionado ao sexo. Embora essa polaridade tenha se amparado em um enraizamento biológico, confirmado por muito tempo por padrões sociais e representações culturais, essa condição já não mais se sustenta. Feminilidade e masculinidade são, portanto, entendidas na atualidade como múltiplas apropriações, modos de presença resultantes de uma decisão pessoal, expressão de um sentimento de identidade subjetiva e de uma representação na cena social. A identidade de gênero, segundo essa compreensão, é, portanto, uma condição múltipla e movediça (LE BRETON, 2014, p. 20).

Compreender a individualidade em confronto com a coletividade é também abordar uma discussão vinculada aos padrões mais convencionais da sociedade referentes à inclusão das diversidades e pluralidades dos sujeitos que a compõem. O foco se dirige aos organismos que fogem à construção de um pensamento padrão e que buscam, por meio de suas experiências, desbloquear um pensamento limitante, expondo novas relações, reativando memórias que alimentam a construção do presente.

Dentro desses grupos de corpos, encontram-se os corpos femininos, objeto de interesse deste estudo. Ao adentrar no tema da condição feminina como discurso vivo e ativo socialmente, estimula-se um diálogo com a cidade de maneira a reinterpretar suas reivindicações, superar imposições, romper com barreiras e reivindicar direitos.

As interpretações feministas da arquitetura elaboradas por Agrest (2006) associam-se a paradigmas críticos ligados ao pós-estruturalismo e à psicanálise. Em “À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo”, Agrest (2006) discute acerca da repressão a que esteve sujeita a mulher (e seu corpo) ao longo da tradição cultural ocidental.

Desde a Antiguidade clássica até a cultura renascentista – referências incontornáveis da cultura arquitetônica ocidental –, observa Agrest (2006), a mulher foi sistematicamente excluída, reprimida, seja no plano social, seja no plano conceitual e simbólico, por meio da representação da arquitetura como um análogo do corpo masculino.

À medida que se criou um padrão ideal, criou-se também o seu reverso, aquele que não se enquadrava, o “fora da norma”, o anormal, revelando-se, assim, a impossibilidade de deslocamento desse espaço de exclusão e repressão, como alternativa de escapar à pena da fogueira e do aprisionamento, justo pelo fato de serem portadoras da maior das normas, a reprodução, o que acabava, paradoxalmente, por corporificar a anomalia.

Para Agrest (2006), o corpo na arquitetura é tema essencial. Está indissolavelmente associado à condição de gênero e sexo, ensejando significativas metáforas. Ao se referir ao corpo da arquitetura, a arquiteta formula a pergunta-chave para desvendar formulações ideológicas relacionadas à compreensão da disciplina em sua trajetória cultural: “De que corpo se trata?”. A pergunta traz necessariamente o questionamento do gênero, uma vez que não há corpo sem gênero.

Como seria possível reabilitar o corpo feminino, e a própria mulher, para a arquitetura, resgatando-a da exclusão? Agrest (2006) propunha reinserir a mulher no exercício crítico e profissional contemporâneo como *outsider*, ou seja, a sua aproximação se daria a partir da cidade, de outras disciplinas e de outros sistemas de representação.

Se a mulher não cabe na ordem simbólica, é desse lugar externo, à margem do sistema, que pode lançar um olhar crítico, operando a inclusão do negado, do excluído, do reprimido, integrando a heterogeneidade da matéria, por intermédio de seu corpo, à negação histórica de seu gênero. Só assim a mulher pode romper com o isolamento, adquirir voz e impostar o seu discurso.

A cidade, assim, se configura como o cenário social onde a mulher pode exprimir publicamente a sua luta. É a terra de ninguém pronta para ser apropriada, lugar dos despossuídos. É nesse território que se instauram três condições análogas de tempos: a permanência, a sucessão e a simultaneidade. A mulher *outsider* lê seu texto, assim como lê o não dito, o oculto, aquilo que nenhum homem deseja ler. Leitura e escritura se confundem, se alternam, se sobrepõem. Da negação se alcança a reafirmação da cidade. Da ausência se constrói a presença feminina.

É nessa perspectiva que a filósofa Djamila Ribeiro (2017) enfatiza a importância da relação entre indivíduos e coletivo, introduzindo seus lugares de fala, decorrentes das aspirações de suplantare privilégios. Falar sobre corpo feminino em interação com o meio urbano é aprofundar a noção de lugar de fala da mulher e o que essa enunciação expressa. A contribuição de Ribeiro (2017) se sobrepõe às discussões de gênero, às de raça, enfrentando as questões relacionadas ao racismo estrutural. A este estudo, porém, interessa concentrar-se nas discussões de gênero situadas no meio social, que se baseiam na construção das subjetividades evidenciadas não pela exclusão, mas pelas trocas interpessoais e pelo fortalecimento da identidade coletiva, seja por meio da militância, seja na própria reprodução da vida cotidiana, ampliada pela experimentação estética.

Reivindicar um lugar social, suas condições de fala e escuta, gera um reposicionamento diante de realidades diversas em escalas paralelas e complementares, atribuindo valor às experiências individuais e a seus desdobramentos.

O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racionalizem, entendam o que significa ser branco como metáfora de poder (RIBEIRO, 2017, p. 38).

Djamila Ribeiro (2017) identifica um lugar de pertencimento social, um ambiente de repercussão de uma condição subjetiva, com a possibilidade de ampliação da consciência do corpo feminino dentro do coletivo. Entender seu lugar social permite conscientizar-se do cerceamento que é a tendência à universalidade, valorizando, por outro lado, a ruptura com o discurso hegemônico, indicando um caminho para reviver a multiplicidade de vozes e, assim, ressaltar a escuta das(os) até então silenciadas(os).

Tomando como referência a reflexão de Ribeiro (2017), realizou-se uma proposta de experimento, dentro do estágio de docência, em parceria com o professor

Anníbal Montaldi, a qual foi ministrada para as turmas de primeiro ano de Arquitetura e Urbanismo da USJT – unidades Mooca e Butantã, no segundo semestre de 2018 e no primeiro semestre de 2019.

A atividade foi dividida em dois momentos: 1. as aulas expositivas contaram com uma sucinta apresentação do arcabouço teórico explorado na dissertação; 2. a experimentação prática teve como referência processual e metodológica a produção das artistas Valie Export, Esther Ferrer e Francesca Woodman. Toda a abordagem interpretativa das obras emprega o referencial dos olhares das próprias artistas e de suas produções.

A estratégia buscou analisar o caminho proposto pelas artistas como parâmetros de condições perceptivas de cada corpo, contando com suas produções para compreender as afirmações do corpo e da figura feminina, e os diálogos que essas protagonistas estabelecem com a cidade e o meio social. Interessa articular a reflexão teórica de Ribeiro (2017), acerca da proposição do lugar de fala, com a experimentação estética das artistas, como conexão entre o pensamento e a potência da ação.

A austríaca Valie Export (1940-) atrai a atenção para a discussão do posicionamento do corpo no espaço urbano. Cria registros fotográficos de intervenções performáticas na paisagem, expondo o que Garcia (2018, p. 116) aponta como “artificialidade da constituição dicotômica de público e privado”.

Em sua obra *Body configurations*, um ensaio fotográfico que busca reinterpretar a cidade por meio de entrelaces entre o corpo e o lugar, revelando contornos e aderências, a artista parece expressar o quanto é árdua a adaptação ao meio, buscando identificar as formas urbanas como moldes para encaixes de seu próprio corpo, capazes de expressar um desejo de continuidade entre ser e pertencer, entre o sujeito e o ambiente, entre corpo e lugar.¹

A intermediação com o espaço urbano expõe uma realidade cujo corpo torna-se objeto de interlocução. Ao mesmo tempo que expõe suas tensões, é capaz de moldar suas interpretações críticas. O corpo da artista que produz a arte é o mesmo corpo da mulher que discute seu lugar dentro da sociedade.

Deixe as mulheres falarem para que possam se encontrar, é o que peço para conseguir uma imagem autodefinida de nós mesmas, portanto uma visão diferente da função social das mulheres. As artes podem ser entendidas como um meio de nossa autodefinição, acrescentando novos valores às artes. Esses valores, transmitidos por meio do processo de assinatura cultural, alterarão a realidade para acomodar as necessidades feministas (EXPORT, 1972).

Suas motivações, pensamentos e posicionamentos sociais fazem parte da composição de suas obras artísticas, e, ao questionar o seu lugar na coletividade, usa as dobras de interação para insinuar um caminho de indagações.

¹ Essa obra de Valie Export, realizada entre os anos 1972-1976, foi tema da exposição Valie Export Body Configurations, de 12 de janeiro a 24 de fevereiro de 2018, na Galeria Thaddaeus Ropac, em Paris. Algumas das imagens que compõem a série estão disponíveis em: <http://www.dreamideamachine.com/en/?p=32870>. Acesso em: 22 out. 2021.

A segunda artista apresentada como referencial crítico é Esther Ferrer (1937-). De origem basca, nascida em pleno período da Guerra Civil, Ferrer ganhou maior notoriedade em sua atividade artística a partir de 1966, quando se uniu ao grupo Zaj, um dos primeiros grupos de arte experimental espanhola, ligado ao Movimento Fluxus, fundado em 1964 por Ramón Barce, Juan Hidalgo e Walter Marchetti.

Seus experimentos vinculam-se aos temas ligados à própria identidade, extraindo expressão poética e metafórica de arranjos singelos. Ao explorar as marcas deixadas pelo tempo no corpo, mostra sua própria imagem carregada de simbolismos. Nesse contexto, sua produção configura uma narrativa comprometida com questões ligadas à identidade, que transita por diferentes linguagens, reaproximando arte e vida, com o propósito de construir uma trajetória de resistência e conscientização identificada com as causas feministas (Figura 3).

Comprometida com as injustiças relacionadas à própria condição de mulher e ao seu papel no mundo das artes, afirma² que o que mais lhe interessa é "*no traicionarme a mí misma tanto en mis convicciones sociales y políticas como en mis ideales feministas*" (FERRER *apud* MAYORDOMO, 2017).

Segundo Esther Ferrer, a *performance* seria algo que se passa "em um momento exato" e em "um lugar exato", uma forma de viver em comum uma situação que tanto pode provocar "tensão" quanto "cumplicidade". Configura a potência de escapar dos muros das instituições culturais e adentrar em choque direto nas ruas, criar espaços clandestinos (FERRER *apud* TOSTA, 2018, p. 139).

A relação com o espaço urbano comparece em duas de suas *performances*: *13 acciones 13 semáforos* e *El camino se hace al andar*. Na primeira, a artista desloca-se pelo espaço urbano segurando uma cadeira, para deter-se em semáforos de diferentes cruzamentos, ora em pé sobre a cadeira, ora sentada, criando uma situação anômala, de impedimento à fluência do trânsito.

Já a segunda atravessou fronteiras, participando de diversos festivais de *performance* em diferentes países, entre os quais a edição de Logroño e a do Festival Sin de vídeo e de *performance*, realizadas em Jerusalém e em Ramallah na Palestina. Reinterpretando o poema de Antonio Machado "Caminante no hay camino", a artista transpõe a narrativa poética para a causa da igualdade de gênero, reivindicando maior visibilidade de mulheres artistas no panorama das artes e em espaços urbanos (Figura 4).

Os limiões entre o público e o privado, entre o urbano e o doméstico, podem ser entendidos como elementos de transição a conduzir as produções de Francesca Woodman (1958-1981), artista norte-americana que viveu e estudou na Itália, cuja obra é impregnada pela temática do feminino entremeada à problematização das ideias de identidade e subjetividade, por meio de registros fotográficos em que

² A produção de Esther Ferrer pode ser mais bem conhecida por meio de suas exposições, textos e performances disponíveis em: <http://estherferrer.fr/es/>. Acesso em: 22 out. 2021.

constrói imagens de si, autorretratos, nos quais sua imagem é instável, nem sempre reconhecível. Integram sua obra livros de artista e diários, nos quais, com desenhos, narra pensamentos, sonhos, pesadelos, escritos que desnudavam suas tensões pessoais que a levaram ao suicídio (GALLO, 2015, p. 65).

De maneira visceral e muito própria, a artista situa suas experimentações em locais fechados e busca compreender a dinâmica entre corpo e o espaço doméstico usufruindo dos elementos de um ambiente em estado de abandono.

A conexão com o corpo que acessa a psique em níveis profundos, comparece nas imagens fugidias de um corpo evanescente em um ambiente em suspensão.

O olhar da artista diante da objetificação do próprio corpo ganha forma em um discurso não verbal que expressa as angústias e os medos refletidos na vulnerabilidade característica de sua expressão.³

Em contato com essas obras e as discussões que suscitaram, a pluralidade de discursos provindos de experiências e universos distintos, abordados em sala de aula, potencializou um diálogo que revelou tensões nas formas de existir e de coexistir dentro da cidade, uma condição inquieta que reverberou no experimento *in loco*.

As imagens apresentadas a seguir (figuras 1 e 2) são retratos da produção desenvolvida pelas(os) alunas(os), os quais identificaram as brechas do espaço em contato com seus corpos e levantaram curiosas indagações. As fendas provocadas pela composição da arquitetura podem ser percebidas como elementos de reapropriação? Quais são as possibilidades de apropriação que o corpo consegue compor diante do enredo do lugar? Quais são os limites de acomodação entre os ângulos do construído e a forma de percepção do corpo?

³ Algumas de suas obras estão disponíveis em: <https://lojaouvidor.wordpress.com/2012/01/30/francesca-woodman/>. Acesso em: 22 out. 2021.



Figura 1: Estudo empírico – Parte I. Fonte: Acervo pessoal disponibilizado pelas(os) alunas(os) do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu, 2019.

O estudo empírico possibilitou a construção de novas camadas sensoriais e interpretativas, evidenciando uma série de questões subjetivas que não necessariamente percorrem vias lineares de explicação ou que dificilmente possuem uma resposta precisa.

A potência dos campos sensoriais e perceptivos de cada uma(o) das(os) alunas(os) moldou uma aproximação com o lugar e com o próprio corpo, o que evidenciou um deslocamento da percepção. Quanto mais próximo de si, mais o sujeito consegue extrair do lugar suas potencialidades, suas relações dimensionais.

Reforçar a relação entre indivíduo e coletivo na prática faz revelar diferentes camadas que se encontram submersas, que tendem a ser inibidas em suas potências. É também legitimar memórias invisibilizadas na experiência social, é alcançar as aspirações e os desejos de cada um dos corpos em cena.



Figura 2: Estudo empírico – Parte I. Fonte: Acervo pessoal disponibilizado pelas(os) alunas(os) do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu, 2019.

Os exercícios propiciaram propostas como a relatada a seguir, que questiona não apenas o modo como as mulheres se colocam socialmente, mas também a maneira como são vistas no espaço público, estabelecendo relação com as imagens produzidas por Valie Export.

Por mais que a representação artística gere o interesse e desperte a atenção, essa condição de desconforto externa aos exercícios, que persiste quando se reúnem para conversar e alinhar a proposta a ser desenvolvida, representa uma habitual condição incômoda da mulher nos ambientes em que circula, refletindo tensões e enfrentamentos diários.

Fica evidenciada, na análise do grupo, a relevância em reconhecer o corpo feminino e sua colocação social dentro do meio urbano como um agente emancipado, que combate para se livrar do assédio em suas formas diferentes, das mais sutis às mais ostensivas (Figura 3).

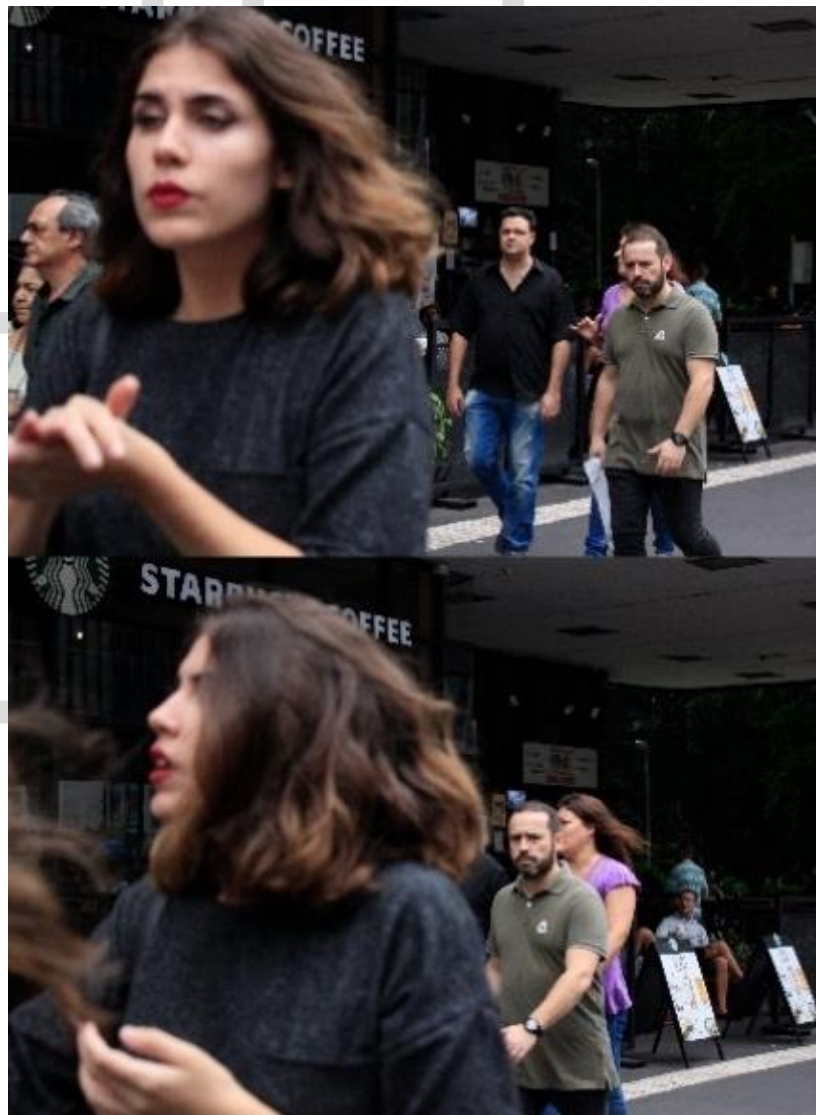


Figura 3: Estudo empírico – Parte II. Fonte: Acervo pessoal disponibilizado pelas(os) alunas(os) do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu, 2019.

Por fim, a última proposta apresentada é resultado do pensamento e olhar crítico das(os) alunas(os) que percorrem um caminho análogo ao da produção de Francesca Woodman, buscando questionar as possibilidades de pertencimento e colocação do corpo feminino, que mergulha em si para compreender os motivos de impactos que afetam a saúde emocional, física ou mental.

A libertação dessa condição de aprisionamento social desvela uma potência reprimida nos corpos enclausurados. As grades são dispositivos empregados nas intervenções urbanas para definir limites, separar usos, impedir acessos. No trabalho realizado, são entendidas como metáforas da exclusão que induzem ao silenciamento (Figura 4).



Figura 4: Estudo empírico – Parte II. Fonte: Acervo pessoal disponibilizado pelas(os) alunas(os) do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu, 2019.

Mais do que ampliar os horizontes de percepção, fica evidenciada a tentativa de revelar novas formas de ação e de manifestação de pensamentos. A crítica e a prática dialogando para o encontro de novos posicionamentos, capazes de revelar alternativas e soluções para as questões debatidas.

Alinhando os discursos nos reposicionamentos dos corpos

Alcançar uma dimensão política da intervenção artística permite apontar modos de visibilidade e invisibilidade, “lutas” de reconhecimento e de conflitos presentes na conjunção entre arte e vida, na cena cultural contemporânea. É esse o papel da arte nesta pesquisa, servir de instrumento para legitimar discursos e torná-los potentes, não silenciar.

Possibilitar as manifestações, tendo a reorganização de informações e vivências como um dos métodos possíveis, possibilita a articulação entre identidade e pertencimento. A subjetividade que acessa a memória, ressignifica os valores e permite fluir uma série de conjunções que afetam o sujeito em interação com o espaço sociocultural. É a faísca dos mecanismos internos que rompe com o automatismo, buscando no vivo a reformulação do imaginário e motivando-o a se reinventar.

Coloca-se aqui em discussão a primazia dos sujeitos (e dos grupos sociais) que habitam os lugares como protagonistas do ambiente urbano, de maneira a conferir-lhes uma presença concreta nos planos e projetos urbanos, deslocando-os da condição de destinatários para a posição de interlocutores em estratégias que incentivem os processos participativos.

O momento de crise em que vivemos hoje, com apelo ao distanciamento social como estratégia para se manter vivos(os), não pode ser impedimento para a mobilização em favor da recuperação do controle de nossas vidas e das decisões coletivas. Nessa perspectiva, é sempre desejável a coalizão das diferenças em prol de um processo permanente de (des)aprendizagem, por meio de experiências e experimentos orientados a formular outras formas de viver e produzir.

REFERÊNCIAS

- AGREST, D. À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo. *In*: NESBITT, K. (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura*. Antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 584-599.
- EXPORT, V. Woman's art: a manifesto. *In*: DEEPWELL, K. *Feminist Art Manifestos as Anthology*. New York: KT press, 2014. p. 31-32.

- GALLO, M. D. N. *Francesca Woodman e o lugar de onde eu me olho*. 2015. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Paraíba, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17087/1/Vers%C3%A3o%20Final%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20MarinaDidier--Copiar.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.
- GARCIA, C. G. *Gênero da cidade em disputa: práticas artísticas como manifestação do dissenso*. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/179532>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- HOLLANDA, H. B. de. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- LE BRETON, D. Corpo, gênero, identidade. In: FERRARI, A. et al. *Corpo, gênero e sexualidade*. Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2014. p. 19-34. Disponível em: <https://seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/images/documentos/sextoseminario.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.
- MAYORDOMO, C. Mujeres en e arte: Esther Ferrer. *Tribunal Feminista*, 26 jun. 2017. Disponível em: <https://tribunafeminista.elplural.com/2017/06/mujeres-en-el-arte-esther-ferrer/>. Acesso em: 11 out. 2020.
- RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SIGRUN, H. *Women's history month*. 2017. Disponível em: <https://omstreifer.com/2017/03/13/womens-history-month/>. Acesso em: 3 abr. 2018.
- TOSTA, C. *A performance como arte de resistência: leituras a partir de Esther Ferrer*. *Paralelo 31*, n. 1, p. 133-145, dez. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200018. Acesso em: 12 out. 2020.

Mulheres (in)visíveis: a vulnerabilidade urbana, as organizações e as políticas públicas em prol das prostitutas em meio à pandemia da Covid-19¹

(In)visible women: urban vulnerability, organizations and public policies on behalf of prostitutes amid the Covid-19 pandemic¹

Mujeres (in)visibles: vulnerabilidad urbana, organizaciones y políticas públicas a favor de las prostitutas en medio de la pandemia de Covid-19¹

Ricardo Mingareli Del Valle, doutorando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

E-mail: ricardo.delvalle@gmail.com  ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1781-0475>

Para citar este artigo: DEL VALLE, R. M. Mulheres (in)visíveis: a vulnerabilidade urbana, as organizações e as políticas públicas em prol das prostitutas em meio à pandemia da Covid-19. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 48-68, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n2p48-68

Submissão: 2020-09-11

Aceite: 2021-01-22

Resumo

Trazer a prostituição para as pautas urbanas parece uma temática controversa às discussões frequentes que mobilizam as organizações das cidades. Contudo, não se pode negar que ruas e, até mesmo, distritos inteiros agem como cenários às espetacularizações do trabalho sexual, em que prostitutas são assistidas pela territorialidade codificada de suas presenças estigmatizadas nos territórios. Nem por isso, as *performances* de suas protagonistas lhes dão direitos à cidadania. Iniciativas feministas tentam derrubar os dogmas instituídos a elas há muito tempo, e seus reflexos contribuem para que, em ocasiões emergenciais, como o surto pandêmico do coronavírus, a categoria prostitucional seja amparada. Em simultâneo, a resistente militância, o fortalecimento das organizações e as lideranças femininas lutam por

¹ Este trabalho foi elaborado a partir das discussões de pesquisas integrantes da tese de doutoramento do autor, ainda em desenvolvimento, e recebeu apoio do Programa de Excelência Acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Proex-Capes).

políticas públicas e medidas governamentais voltadas para que a classe prostitucional supere momentos como este. Nessa vertente, este texto verifica as moções e as medidas protocoladas e sugeridas nos extintos Ministério do Trabalho e Ministério da Justiça e no atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Brasil (MMFDH) que apoiaram o combate à Covid-19 nos espaços prostitucionais urbanos.

Palavras-chave: Vulnerabilidade urbana; Prostituição; Sociabilidade; Coronavírus.

Abstract

Bringing prostitution to the urban agenda seems to be a controversial theme in the frequent discussions that mobilize the organizations of cities. However, it cannot be denied that streets and even entire districts act as a scenario for the spectacularizations of sex work, where prostitutes are assisted by the coded territoriality of their stigmatized presences in the territories. Not really, the performances of their protagonists give them rights to citizenship. Feminist initiatives try to overthrow the dogmas instituted for them a long time ago; and its reflexes contribute so that, in emergency occasions, such as the pandemic outbreak of the coronavirus, the prostitutorial category is supported. At the same time, the resistant militancy, the strengthening of organizations and female leaders, fight for public policies and government measures aimed at the prostitutorial class to overcome moments like this. In this regard, this paper verifies the motions and measures filed and suggested in the extinct Ministry of Labor and Ministry of Justice and in the current Ministry of Women, Family and Human Rights of Brazil (MMFDH), which supported the fight against Covid-19 in urban prostitutorial spaces.

Keywords: Urban vulnerability; Prostitution; Sociability; Coronavirus.

Resumen

Llevar la prostitución a la agenda urbana parece ser un tema controvertido en las frecuentes discusiones que movilizan las organizaciones de las ciudades. Sin embargo, no se puede negar que las calles e incluso barrios enteros actúan como escenarios de espectacularizaciones del trabajo sexual, donde las prostitutas son asistidas por la territorialidad codificada de sus estigmatizadas presencias en los territorios. Realmente no, las actuaciones de sus protagonistas les otorgan derechos de ciudadanía. las iniciativas de las mujeres han intentado derribar los dogmas que se han mantenido durante mucho tiempo; y sus reflejos contribuyen para que, en ocasiones de emergencia, como el brote pandémico del coronavirus, se apoye la categoría prostituta. Al mismo tiempo, la militancia resistente, el fortalecimiento de organizaciones y mujeres líderes, luchan por políticas públicas y medidas de gobierno dirigidas a la clase prostituta para superar momentos como este. Al respecto, este artículo verifica las mociones y medidas presentadas y sugeridas en el extinto Ministerio del Trabajo y Ministerio de la Justicia y en el actual Ministerio de la Mujer, la Familia y los Derechos Humanos de Brasil (MMFDH), que apoyaron la lucha contra el Covid-19 en espacios de prostitución urbana.

Palabras clave: Vulnerabilidad urbana; Prostitución; Sociabilidad; Coronavirus.

INTRODUÇÃO

Há quatro décadas inteiras, a categoria prostitucional protesta por civilidade e respeito, reivindicando direitos sociais de cidadania e reconhecimento de seu ofício como trabalho íntegro fora do âmbito criminal, que sempre a marginalizou à vulnerabilidade incitadora de violência e precariedade vexatória. Os movimentos militantes, principalmente de condicionantes feministas que defendem seus direitos, pedem a ressignificação do trabalho prostitucional e uma classificação digna com precedentes nas esferas sociais, trabalhistas, jurídicas e de saúde pública.

A urgência que faz as frentes feministas, de tempos em tempos, lutarem pela quebra dos paradigmas construídos em torno da prostituição refuta os estigmas atribuídos à elas e resgata os valores sociáveis que também lhes são de direitos. A inclusão da prostituição nas instâncias políticas viabiliza a notoriedade da causa nos processos de adequações sociais e nas necessidades de políticas públicas e medidas peculiares à classe (Figura 1).



Figura 1: Imagem de divulgação do material para prevenção do coronavírus ao público LGBT.² Nesse material, incluíram-se instruções à categoria prostitucional. Fonte: Brasil (2020a).

² Apesar de o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Brasil (MMFDH) referir-se em seu material apenas a uma parcela específica da população que se identifica por orientação sexual e identidade de gênero, é importante ressaltar que a sigla LGBT (gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis) expandiu muito sua denominação ao longo dos anos e abraçou boa parte da população que vive em inconformidade de gênero. Esse processo deixou a sigla suscetível a mudanças etimológicas periodicamente. Inicialmente, a sigla foi apresentada como GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) e depois passou para GLBT, ao incluir bissexuais e transexuais e retirar o "S" de

Reconhecer a prostituição na dinâmica social certifica o amparo legal da categoria em situações emergenciais, como a enfrentada hoje com o surto da *coronavirus disease 2019* (Covid-19). Em tempos de pandemia, “o mercado do sexo está em colapso porque a profissão mais antiga do mundo hoje não atende aos protocolos da *Organização Mundial de Saúde* (OMS) por uma questão simples: a saliva é um grande agente transmissor da Covid-19” (BATISTA JR., 2020, grifo nosso).

Nesse sentido, esta análise iniciou-se pela investigação na produção científica sobre a vulnerabilidade feminina no ofício da prostituição brasileira, principalmente no que diz respeito à territorialidade, à produção social no espaço (e do espaço), assim como no que concerne aos direitos de sociabilidade que garantem a qualidade de vida das prostitutas nas cidades.

Instrumentos e métodos de pesquisa

Inicialmente, apresentam-se algumas figuras femininas influentes na produção científica da prostituição brasileira que se fizeram importantes e responsáveis pelos desdobramentos do assunto no meio social e urbano, desde áreas como arquitetura e urbanismo, sociologia e história até a liderança de movimentos progressistas feministas que incitaram a criação de políticas públicas destinadas à segurança, à saúde e aos direitos igualitários dessas mulheres que lutaram por essa causa. Nesse ensejo, o presente estudo seguiu um delineamento exploratório entre os discursos manifestantes e as repercussões legais em que a prostituição se desenvolveu nos últimos 40 anos e verificou como essas resultantes asseguraram direitos e sociabilidade até os dias atuais, como também serviram de amparo para criação e recomendações de auxílios emergenciais de salvaguarda para que essas mulheres vulneráveis socialmente possam suportar com condições dignas de sobrevivência o período pandêmico que enfrentamos hoje como sociedade.

Para tanto, realizaram-se buscas em veículos de comunicações *on-line*, *websites* de notícias globais e nacionais, no período entre 19 de março e 25 de maio de 2020 – ponto auge da transmissão do coronavírus nos três primeiros meses de confinamento no Brasil –, em repositórios universitários e nas bases de dados SciELO, Google e Google Scholar. Durante esse período pandêmico, constataram-se publicações em registros acadêmicos e noticiários sobre as artimanhas funcionais e arbitrárias da prática prostitucional, como trabalho sexual urbano e social, mediante as recomendações expedidas pela Organização Mundial da

simpatizantes (por não protagonizarem o movimento). Após isso, a ordem das siglas também foi alterada, lendo-se LGBT, com a intenção de enfatizar as causas feministas e de equidade de gênero das mulheres lésbicas. Até 2018, a sigla foi apresentada como LGBTQ+ e englobava lésbicas (L), gays (G), bissexuais (B), transexuais e travestis (T), “questionando” ou “queer” – que ainda pode ter um significado pejorativo em alguns lugares – (Q) e o “+” que se refere a tudo que denota o espectro de gênero e sexualidade que as letras descritas na sigla não envolvem, como pansexuais, assexuais, cisgêneros, transgêneros, “não conformidade de gêneros”, não binários, genderqueer, “fluidez de gêneros”, “neutralidade de gêneros” e intersexuais. Hoje, a sigla é LGBTQIA+, pois engloba, especificamente, a comunidade transgênera (além do gênero de nascimento) na letra “T” (que também pode aparecer como transvestigênera = transgêneros + transexuais + travestis), o intersexo e não binários – que rejeitam a forma binária de gênero masculino e feminino – (I) e os assexuais (A). Há também algumas aparições de LGBTQIAP, em que se especifica a comunidade pansexual (GOLD, 2018; ROMERO, 2020). Outra observação importante que devemos aqui mencionar é a relação descrita pelo MMFDH entre os LGBTs e os profissionais da prostituição. Trata-se de uma questão muito bem colocada que ressalta, por meio da vulnerabilidade social enfrentada pela classe, a prostituição como recurso de sobrevivência e trabalho muito utilizado não só pelos LGBTs, mas também por toda comunidade LGBTQIA+.

Saúde (OMS) para o período pandêmico do coronavírus. Por essas fontes, esta pesquisa se desenrolou no seguinte esquema de análise:

- Primeiro, investigou-se a relação entre a prostituição, o território ocupado e as estratégias sociais, urbanas e legais que favoreceram a retirada dessa prática da invisibilidade por meio de Projetos de Leis (PL) eficazes.
- Segundo, analisou-se como as prostitutas brasileiras lidam com o combate pandêmico e verificou-se se elas estão asseguradas governamentalmente. Para efeito comparativo, foi escolhido o modelo de contingência estruturado na Suíça, que, com suas estratégias, principalmente ao incentivo da prostituição virtual, mostrou-se eficaz no apoio às prostitutas durante esse período crítico.
- Terceiro, verificou-se se as frentes femininas que lutam pela causa das mulheres em situações de prostituição e vulnerabilidades sociais em meio à Covid-19 apresentam as táticas de contenções recomendadas pela OMS e endossadas pelas organizações da sociedade civil (OSC). Analisaram-se ainda as medidas governamentais sancionadas por mulheres à frente de órgãos públicos. Para comparar as táticas apresentadas pelo governo brasileiro, observaram-se as artimanhas reflexionadas por líderes na Alemanha, Holanda e Nova Zelândia.

No mais, a este artigo, não competiu especificar todas as frentes de apoios à prostituição, tampouco analisar todos os territórios prostitucionais existentes mundo afora. Porém, entre as organizações e territorialidades aqui apontadas, os levantes sociais enfrentados pela categoria e as recomendações públicas e privadas compartilhadas no combate epidêmico da Covid-19 são provas de que tanto as organizações quanto as medidas governamentais desempenham papéis cruciais no desenvolvimento e nas manutenções da prostituição nas cidades.

No que tange aos aspectos de sociabilidade, este trabalho buscou incentivar o debate e a luta das prostitutas para construção de uma sociedade mais igualitária e digna.

A seguir, convidamos o leitor a se inteirar das táticas de prevenções e das medidas governamentais diligenciadas em amparo às prostitutas, antes da pandemia e durante os primeiros meses do combate à Covid-19, bem como das resoluções obtidas por elas e dos impactos ocorridos nos territórios urbanos.

Quanto à questão de pluralidade de gêneros entre as práticas da prostituição, mesmo que não se destine exclusividade às profissionais do gênero feminino, Nestor Perlongher (1987) mostra que outros gêneros (masculino, gays, travestis, transexuais etc.) também potencializam a prática prostitucional no território, detendo um número expressivo de pessoas em situação de vulnerabilidade. A esta pesquisa, não caberá incluir todos os gêneros, ela apenas se aprofundará, com mais afinco, na prostituição cis feminina que, além de se evidenciar com maior intensidade no território das cidades, abre precedentes (sociais e territoriais) para que os demais gêneros se incluam nessa prática. Dessa forma, este trabalho seguirá a mesma linha argumentativa apresentada por Victor Sugamoto Romfeld (2020), de que a prostituição deve ser compreendida do singular ao plural, de forma gradativa, pois “[...] não é possível falar em apenas uma vivência do ‘ser prostituta’. Ser prostituta pressupõe, por vezes, a intersecção

de diversas vulnerabilidades, como raça, identidade de gênero [...], orientação sexual [...], idade [...] e classe social [...]”. Porém, como sua compreensão necessita de uma análise desfragmentada (singular) para compor a pluralidade da questão, partiremos então da análise prostitucional no âmbito cisgênero feminino, ou seja, daquelas que nasceram e se identificaram com o sexo biológico feminino. Não que os sujeitos da prostituição entre os demais gêneros sejam esquecidos ou deixados de lado, mas deve-se considerar também a necessidade de pesquisas mais peculiares às suas precisões. A propósito, algumas questões das aqui apresentadas partem de outras concepções prostitucionais de gênero para então abrangerem o gênero cis feminino, como no caso das travestis; contudo, o estigma institucionalizado às mulheres cis que as condiciona por uma simples posição hierárquica a situações de vulnerabilidade como questão de sobrevivência é que intensifica a escolha deste texto em abordar prioritariamente a prostituição feminina cisgênera, pois desfragmentar sua prática que se inclui num universo complexo, diverso e múltiplo reflete sempre “um ponto comum: a permanência do estigma, que traz consequências nefastas e discriminatórias na vida destas mulheres” (ROMFELD, 2020, p. 61).

Da invisibilidade aos direitos civis

Para atribuir o pressuposto significativo da mulher prostituta e seu papel societário na cidade, e então captar como essa categoria lida com questões emergentes, como a Covid-19, apresentaremos, de antemão, o trabalho de referentes personagens femininas na consolidação científica, na defesa dos direitos civis e na retratação urbana das prostitutas no Brasil. Inclui-se primeiramente a arquiteta Dra. Diana Helene Ramos (2019), porque, apesar de seu trabalho estar submetido às inclinações científicas e visível com maior direcionamento aos pesquisadores da área, a reunião dos dados empíricos coletados por sua infiltração presencial no seio prostitucional aponta, em suma, os avanços urbanos cometidos pela prostituição e os fatores sociais em que as prostitutas operam, como a conotação simbólica atribuída aos lugares destinados à prostituição que possibilita identificar um determinado território como “zonas”, guetos e outros campos marginalizados, por atribuição aos códigos a eles concedidos, que desencadeiam um processo de “desterritorialização, territorialização e reterritorialização” ao transgredirem os códigos “normais” e “familiares” existentes (PERLONGHER, 1987; RAGO, 1991; RAMOS, 2019). Nessa perspectiva, os novos códigos de sociabilidade podem ser identificados também, com a postura e permanência de prostitutas nos espaços urbanos.

De acordo com João Soares Pena (2019), a conotação simbólica que organiza a reterritorialização da espacialidade prostitucional nas cidades ocorre a partir de inúmeros fatores condicionantes, como: 1. com os aspectos diagramacionais de ordenamento da sociedade, por meio das propostas e legitimações de políticas públicas e programas governamentais que visam à qualidade de vida das prostitutas; 2. com os protocolos internacionais, que podem estar ligados às relações e aos acordos entre países que visam ao controle e ao combate do tráfico humano e do comércio ilegal do sexo, podendo também relacionar o turismo e a imigração direcionados à procura do entretenimento sexual; 3. com o regime de controle da prostituição no território e país de atuação, por vigilância sanitária e

criminal; e 4. com as operações de ordenamento urbano, por meio do controle e limite geográfico das práticas prostitucionais pelas cidades.

Reterritorializar espaços urbanos com novos códigos de sociabilidade é uma prática comum de assentamento geográfico da prostituição, principalmente em áreas centrais das grandes cidades³ que modificam suas usualidades com maior frequência, o que deteriora suas territorialidades por invalidez e permite que a prostituição invada seus limites e estabeleça território, “[...] muitas vezes sem grande resistência da vizinhança em relação a essa atividade. Além disso, nessas áreas geralmente há um grande fluxo de pessoas, entre as quais estão os clientes, possibilitado pelas facilidades de transporte e localização privilegiada [...]” (PENA, 2019, p. 2). Esse processo de “re” e territorialização da prostituição faz com que os códigos de sociabilidade atribuídos a ela determinem vínculos entre os fatores sociais operantes e as espacialidades urbanas.

Entre os aspectos de territorialidade prostitucional dos espaços urbanos defendidos por todos os autores aqui mencionados, há também o processo de reterritorialização do corpo da prostituta, que, ao transitar entre o mundo “normal” (ou familiar) e o prostitucional, assume, por sua postura gestual, o antagonismo da vulnerabilidade estigmatizada pejorativamente sobre esse ofício, como uma estratégia de negócios peculiar da demanda urbana (RAGO, 1991; RAMOS, 2019). No Jardim Itatinga, campo de atuação científica de Ramos (2019, p. 241), “as prostitutas exibem o corpo, exageram nos acessórios, tecidos, cores, maquiagens e perfumes; e podem abordar os clientes sem receio, dançando e se movimentando com apelos eróticos nas calçadas”.

Essa abordagem nos leva à apresentação de uma segunda personagem feminina, Gabriela Leite (1951-2013), líder do movimento e ativista dos direitos das prostitutas no Brasil, que, por escolha, na década de 1970, “[...] trocou a faculdade de sociologia e os ‘empregos bobos’ pela prostituição, quando de sua ‘revolução pessoal’, e foi trabalhar na histórica *Boca do Lixo*⁴ [...]” (LENZ, 2014, p. 209, grifo nosso). Gabriela viveu transitoriamente entre a dicotomia do mundo simbólico da mulher prostituta e o da mulher comum. Segundo Ramos (2019), embora não fosse obrigada a exercer o ofício prostitucional e convicta de que não tinha vergonha de denominar-se “prostituta”, a ativista esteve fadada à conotação estigmatizada da prostituição ao praticar esse ofício como forma de sobrevivência.

Em paralelo à prática da prostituição, Gabriela Leite ergueu-se em militância pelos direitos civis das prostitutas em prol da conquista da cidadania e dignidade da classe. As manifestações organizadas por ela e pelas associações criadas a partir de 1979, previam várias ações coletivas e urbanísticas que reivindicavam os

³ A questão sobre a reterritorialização da prostituição e a inserção de seus códigos de sociabilidade em espaços urbanos desterritorializados tem sido uma constante nas cidades brasileiras. Em São Paulo, por exemplo, a prática destacou-se com maior intensidade nas áreas centrais da cidade, em espaços de conversão, de baixa funcionalidade, que muitas vezes esquecidos ou, abandonados, ficaram sujeitos a novas usualidades (DEL VALLE; VÁZQUEZ RAMOS, 2019).

⁴ A expressão boca do lixo, também citada como o “quadrilátero do pecado”, refere-se a um específico perímetro urbano, circunscrito pelas ruas e avenidas Timbiras, São João, Barão de Limeira, Duque de Caxias, Largo General Osório e Protestantes, na cidade de São Paulo, que até o início dos anos de 1959 deu lugar a boêmios, malandros, vadios, prostitutas e demais personagens que formavam o universo noturno da época (MORAES JOANIDES, 2003). A prostituição nessa área consolidou-se a partir da dissolução da zona de baixo meretrício do Bom Retiro, em 1954, e dissipou-se para outras áreas da cidade, devido à represália policial sucessiva (PERLONGHER, 1987).

direitos civis e direitos às cidades, pedindo a valiação efetiva das prostitutas como partícipes da sociedade fora dos âmbitos criminal e marginal (LENZ, 2014; RAMOS, 2019). Com isso, o que pudemos ver nas quatro décadas seguintes foi uma luta incansável por parte das manifestações e dos ativismos que insistiram, persistiram e resistiram, mesmo quando as opções lhes foram negadas.

Nas perspectivas dessas organizações, deve-se, segundo Marlene Teixeira Rodrigues (2009, p. 70), “colocar a discussão da prostituição no campo da cidadania – enfatizando-se, em especial, a questão de a atividade referir-se a direitos sexuais e trabalhistas, e não a uma questão criminal/penal”. Sobre a visibilidade da interferência da prostituição no meio urbano, Margareth Rago (1991, p. 37) alerta estar presente desde outrora, equivalendo-se ao próprio crescimento prostitucional que acompanha o adensamento social e urbano das cidades, como um descontrole gerador de problemas específicos, que faz com que a prostituição passe “a ser vivenciada como um problema público – lado negativo do progresso [...]”. Nesse aspecto, não se pode esquecer que “qualquer que seja a forma de gestão e controle da prostituição, a mesma repercute sobre o espaço urbano” (PENA, 2019, p. 3).

As manifestações que lutam pelo direito à cidadania e ao reconhecimento social das prostitutas no Brasil tiveram seu primeiro resultado no ano de 2002, quando a prática foi admitida na área das políticas públicas por meio do registro por ocupação de “profissionais do sexo” na relação oficial de trabalho da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO (RODRIGUES, 2009; LENZ, 2014; ROMFELD, 2020).⁵ De acordo com Rodrigues (2009, p. 71): “O documento elaborado pelo [então] Ministério do Trabalho [ênfatisou] a necessidade de os ‘profissionais do sexo’ contarem com informações sobre saúde sexual e outras que lhes proporcionem condições de exercerem sua atividade com segurança e competência”.

Diante dessas circunstâncias, Romfeld (2020) explica a situação jurídica das prostitutas no Brasil e o enquadramento da militância prostitucional e feminista protagonizada por Gabriela Leite e demais ativistas em confronto com a exclusão da prostituição como forma de trabalho e fenômeno social descrita nas pautas que adotaram as políticas criminais abolicionistas entre os artigos 227 e 230 do Código Penal. Na visão da ativista, a lei, em vez de proteger, na realidade desprotege as prostitutas, pois incentiva a informalidade ao criminalizar a cafetinagem e todas as condutas que a envolvem, sem prever normas que assegurem os direitos individuais das profissionais de forma autônoma, como prestadoras de serviços. Nesse parâmetro, contestaram que a descriminalização da cafetinagem não incitaria a criminalização da prostituição, mas favoreceria a relação patrão-empregado entre ambos, numa esfera trabalhista:

Nota-se que a prostituição, exercida de forma individual pelas mulheres, não é prevista na legislação criminal, ou seja, não é contrária à lei (ilícita), sendo inclusive

⁵ Romfeld (2020) critica diretamente o Estado brasileiro e o relapso quanto às questões referentes aos direitos das prostitutas. Segundo o autor, essa relação é consentida “de uma maneira absolutamente desastrosa, condenando essas profissionais a um ‘limbo jurídico’: por um lado, o extinto Ministério do Trabalho reconhecia expressamente as ‘profissionais do sexo’ [...]. Por outro, nosso Código penal adotou uma política criminal ‘abolicionista’ da prostituição, criminalizando todas condutas que a envolvem, exceto a prestação de serviços sexuais propriamente dita. Em outras palavras, utiliza-se a lei penal para extinguir a prostituição como forma de trabalho e como fenômeno social, sem que haja uma perseguição criminal explícita das mulheres que exercem essa profissão [...]” (ROMFELD, 2020, p. 62).

reconhecida como profissão pela CBO. No entanto, não é uma profissão regulamentada e a criminalização indistinta de todas as formas de exploração econômica da prostituição acaba colocando estas profissionais sob suspeita (ROMFELD, 2020, p. 62).

Contudo, os trabalhos árduos das frentes de representação da prostituição não acabaram por aí. Em 2003, o então deputado federal Fernando Gabeira apresentou ao Poder Legislativo o PL n. 98/2003 que salientava “os aspectos ainda ilegais no negócio do sexo [...]” (LENZ, 2014, p. 212) e reconhecia “o pagamento por serviços sexuais e propunha a revogação dos artigos 228, 229 e 231 do Código Penal, que criminalizavam respectivamente a facilitação da prostituição, a operação de casa de prostituição e o tráfico de mulheres [...]” (PENA, 2019, p. 16) e, conseqüentemente, abarcavam ainda mais a vulnerabilidade social e hierárquica do patriarcado majoritário sobre as questões relacionadas ao pagamento por serviços de natureza sexual. Tratava-se das mesmas moções reivindicadas por anos pelas ativistas prostitutas. A proposta implicava uma alteração radical no modelo prostitucional existente no Brasil que a enfatizava como “um mal necessário” (RODRIGUES, 2009, p. 72).

Sobre a proposta do PL n. 98/2003 – arquivada por várias vezes nos anos seguintes –, Rodrigues (2009) afirma que, além de conflitar diretamente com outros projetos vigentes ressaltados por parlamentares opositores, também enfrentara obstáculos na tramitação e aprovação no Congresso, dada a resistência de grupos organizados entre as bancadas parlamentares que divergiam ideologias em relação ao tema, apesar da presença das organizações de movimentos prostitucionais nas audiências públicas como forma de protesto e resistência. A afinidade de parlamentares com as frentes feministas é fundamental para que haja uma recepção favorável às propostas de políticas públicas no Congresso.

A visibilidade na trajetória de Gabriela Leite, após tantos altos e baixos do PL n. 98/2003, continuou nos anos seguintes. Entre 2011 e 2012, o nome da líder do movimento das prostitutas e o trabalho sexual voltaram às pautas de discussões no Congresso por meio do PL n. 4211/2012. Jean Wyllys, à época deputado federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol), elaborou uma proposta denominada Lei Gabriela Leite com objetivo semelhante ao PL original, mas que diferenciava a prostituição da exploração sexual, uma vez que propunha a legalização das casas de prostituição para que se instituísem normas e critérios de funcionamento, fiscalização e controle desses estabelecimentos, a fim de, por essa artimanha, possibilitar uma melhor qualidade de vida às prostitutas (LENZ, 2014; PENA, 2019). Ao cenário da política brasileira, “[...] a propositura de Projetos de Lei (PLs) para regulamentar a prostituição numa profissão com direitos assegurados não parece ter sido suficiente, considerando que todos os projetos foram arquivados, em discussões extremamente polêmicas [...]” (ROMFELD, 2020, p. 63). Propostas como essas são importantes para o próprio desenvolvimento da prostituição no meio urbano, pois favorecem possíveis mudanças na organização em que a prostituição se configura pelas cidades, a tal reterritorialização defendida pelos pesquisadores antes citados.

Prostitutas diante do surto da Covid-19

Em tempos de pandemia, as medidas de controle contra a proliferação e o surto da Covid-19 que assolaram os primeiros meses de 2020 tornaram caótica a vida cotidiana em todos os cantos do mundo. Hoje, meses após o início das ações de contenções, grande parte das sociedades que aderiu ao isolamento e distanciamento social como medida preventiva contra o contágio do coronavírus colhe resquícios irreversíveis em relação ao bem-estar populacional.

Classes hierarquicamente submetidas às condições de sobrevivência estipuladas por medidas paliativas públicas sofrem por conta do descaso atribuído às suas categorizações, abalizadas pelos planejamentos das autoridades governamentais e de saúde neste período de crise; muitos deles, mal dimensionados e estipulados sem qualquer critério de equilíbrio social. Grupos, como o das profissionais da prostituição, sofrem essas consequências diretamente. Porém, o que se pôde notar com a Covid-19 foram as diversas estratégias tomadas por diferentes frentes de apoios para a preservação e proteção da categoria e das vidas humanas envolvidas. No entanto, a medida de isolamento social ressaltou ainda mais a segregação na prostituição que, como visto, quando separada, é menosprezada e direcionada à vulnerabilidade: “Ao que tudo indica, parte destas mulheres não pararam de trabalhar para pagar suas contas, passando a fazer programas em prédios que funcionam clandestinamente, sem qualquer segurança” (ROMFELD, 2020, p. 65). Esses fatos levam as prostitutas e as demais profissionais do sexo a uma situação de total subordinação da estigmatização instituída da profissão.

Tenho a impressão de que a prostituição se tornará um assunto ainda mais oculto e abafado, embora seja difícil acreditar que clientes – em especial, homens ricos das elites – tenham deixado de buscar esses serviços. Na mesma linha de raciocínio, por mais que a invisibilidade do trabalho sexual seja uma constante, é inviável cogitar que prostitutas oriundas das classes populares sigam rigorosamente o isolamento social, pois muitas necessitam desta fonte de renda para sua sobrevivência, além de contar com pouquíssimo suporte governamental (ROMFELD, 2020, p. 63).

Na Suíça, por exemplo, país onde a prostituição é legalizada e considerada atividade econômica, em situações pandêmicas, profissionais locais do ramo prostitucional e estrangeiros registrados que possuem a Autorização de Residência (programa governamental) “têm, teoricamente, direitos a uma compensação por meio do seguro contra perda de rendimentos (APG)”⁶ (ISLAS; ROMY, 2020): uma política pública que assegura profissionais fragilizados das situações de precariedade. Contudo, a condição de vulnerabilidade, dada a falta de escolhas sociais que fazem várias pessoas recorrerem a essa alternativa trabalhista (principalmente estrangeiros não registrados), deixa a clandestinidade numa posição mais fácil a ser tomada. Essa atitude leva, em momentos como os quais enfrentados, esses profissionais às situações de violência e ilegalidade.

⁶ APG é o nome dado à uma das variantes do Seguro Social Obrigatório da Suíça (seguro público), que tem o objetivo de cobrir os chamados “riscos sociais” ocorridos durante os serviços militares, civis ou de maternidade, garantindo uma pensão equivalente à perda de rendimentos (salários e lucros) às pessoas cadastradas no Sistema de Segurança Social.

Conforme as jornalistas Patrícia Islas e Katy Romy (2020), a crise do coronavírus colocou as prostitutas suíças numa situação difícil, pois, desde a proibição governamental da prostituição para combater a propagação da Covid-19 entre as práticas de sociabilidades urbanas, grande parte das profissionais do sexo, sem poder exercer suas atividades no meio urbano, perdeu sua principal fonte de renda. Como alternativa, associações suíças de apoio às prostitutas, como a Fleur de Pavé e Aspasié (sobre as quais trataremos mais adiante), incentivam soluções *on-line* para serviços sexuais a distância. Trata-se de uma forma segura de dar continuidade aos trabalhos sexuais e evitar o contato físico. Segundo as jornalistas, em entrevista com Sandrine Devillers, vice-diretora da Fleur de Pavé, uma das maiores preocupações com a clandestinidade prostitucional neste período é a forma como expõe, mais facilmente, profissionais e clientes ao vírus da Covid-19 e à violência.

Em contrapartida, no Brasil, “país que, ao mesmo tempo, se recusa a reconhecer a profissão e hesita em adotar medidas de saúde eficazes contra o coronavírus, os problemas que as prostitutas enfrentavam aparentemente se multiplicaram durante a pandemia” (ROMFELD, 2020, p. 65). Enquanto o poder público não se convencer da importância das propostas dos PLs e da falta de políticas públicas que endossam a prostituição como partícipe da sociedade, a prática prostitucional será sempre condicionada às situações de vulnerabilidade e precariedade. Se “Os trabalhadores brasileiros em geral sofrem com a falta de medidas do governo que os protejam de prejuízos causados pelo coronavírus, [...] as profissionais do sexo são especialmente invisibilizadas desde antes [...]” e acabam, por uma questão de sobrevivência, desacatando as medidas governamentais de distanciamento social, recorrendo às ações degradantes para manter seus trabalhos, porém sem os devidos meios de proteção das próprias vidas: “Para as prostitutas – boa parte delas em regime informal –, ficar em casa significa deixar de ganhar dinheiro para pagar as contas” (DECLERCQ, 2020).

Na visão dos jornalistas Marie Declercq (2020) e Yuri Fernandes (2020), que analisaram a situação da prostituição feminina em meio à pandemia da Covid-19 nas maiores metrópoles do Brasil, as principais preocupações da classe neste período, que, sem amparos legais, atua de forma autônoma e em regime informal, são as seguintes:

- *Exposição das prostitutas idosas ao coronavírus*: “muitas no grupo de risco de pessoas acima de 60 anos que não têm outra opção senão continuarem trabalhando para sustentar suas famílias e a si mesmas” (DECLERCQ, 2020) – uma preocupação eminente de Lourdes Barreto, fundadora do Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (Gempac), uma vez que as prostitutas mais velhas equivalem a um número expressivo entre as prostitutas de rua.
- *Ausência de trabalhos alternativos*: quando a prostituição se torna a única fonte de renda das prostitutas.
- *Falta de trabalho prostitucional*: aspecto que se “soma ainda ao preconceito e ao abandono por parte do poder público em garantir direitos básicos para a categoria” (DECLERCQ, 2020).

A negligência governamental em ações peculiares para minimizar o impacto do coronavírus sobre a classe prostitucional deixa claro que é preciso um olhar minucioso para as inerências da demanda. Para essa solução, algumas organizações específicas resolveram compartilhar e endossar recomendações de segurança para quem pratica a prostituição e não pode parar de trabalhar neste período crítico (DECLERCQ, 2020; FERNANDES, 2020).

As frentes femininas no combate ao coronavírus

A importância das organizações em favor do resguardo e da proteção à cidadania das prostitutas no Brasil não é uma questão de favoritismo que beneficia a classe, tampouco a tentativa de classificar suas qualificações sociais em meio às moralidades aceitáveis, mas sim de aumentar a visibilidade e listar as necessidades da categoria para que essas mulheres tenham o mínimo de possibilidades para viver, harmoniosamente, em civilidade, com direitos à saúde e condições respeitáveis de moradia, sociabilidade e direitos civis, nos territórios em comum, não segregados, das cidades brasileiras. Nessa perspectiva, as questões das territorialidades e dos códigos territoriais, também outrogam o próprio desenvolvimento social das prostitutas.

As frentes solidárias existentes no âmbito nacional, tidas por OSC, conhecidas popularmente como organizações não governamentais (ONGs), são resguardadas juridicamente na Lei n. 9.790/1999 pelo Ministério da Justiça do Brasil, por quando suas ideologias e objetivos promoverem assistências sociais, saúde, educação etc. Mesmo que a categoria prostitucional ainda não tenha conseguido a aprovação ou aceitação de PLs que fomentem seus direitos civis na sociedade brasileira, as organizações que lutam para registrar esses projetos têm motivos legais para continuar na batalha por aceitação e combate à vulnerabilidade.

As táticas de prevenção das OSC

Com o objetivo de propagar informações de prevenção à Covid-19 entre os profissionais da prostituição atuantes nos territórios das cidades durante o período pandêmico, a OSC Tulipas do Cerrado, liderada por Gilmaria Santos, transmitiu, de forma didática e de fácil acesso em suas redes sociais e na *website* "Elas na Redução de Danos" (TULIPAS DO CERRADO, 2020a), uma cartilha (Figura 2) com recomendações contra o contágio do vírus na prostituição. O material apresentado foi dividido em duas vertentes: Primeiro, indicando possibilidades trabalhistas mais seguras, sem contato físico, de preferência por práticas virtuais. Segundo, recomendando aos atendimentos presenciais (físicos), uma preferência aos estabelecimentos de curta permanência, como motéis, hotéis e pousadas; persistindo na adesão aos procedimentos de higienizações e limpezas pessoais mais cuidadosa, como assepsia de mãos, mobiliários e superfícies utilizáveis, antes e depois dos atendimentos, evitando o compartilhamento de objetos pessoais; mesmo que para o ato sexual o contato físico seja necessário.



Figura 2: Cartilha Redução de danos em tempos de coronavírus. Fonte: Tulipas do Cerrado (2020b).

Na mesma vertente, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), comandada por Keila Simpson, “com total consciência dos riscos que esse expressivo contingente de pessoas está exposto diante da pandemia, [...] preparou uma cartilha⁷ com orientações, sobretudo, para aquelas que não podem se isolar” (FERNANDES, 2020). Outras organizações como a Casa Nem,⁸ no Rio de Janeiro, idealizada por Indianare Siqueira, que acolhe pessoas LGBTQIA+ em situações de vulnerabilidade, instituiu, além da higienização reforçada na entrada do prédio, o cancelamento de visitas e a improvisação de um dos andares para ambulatório e outro para isolamento pessoal. Por sua vez, a Associação das Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig), dirigida por Cida Vieira, pede doações de insumos e donativos para amparar trabalhadores sexuais e pessoas em situação de rua e vulnerabilidade. Além disso, as entidades alertam para os impactos psicológicos que a pandemia do coronavírus pode acarretar sobre essas pessoas já marginalizadas socialmente (DECLERCQ, 2020; FERNANDES, 2020).

Em outros estados, Declercq (2020) indica a debilidade que a classe prostitucional está enfrentando com o vírus, devido às normas de isolamento social e à falta de trabalho. Em Aracaju, por exemplo, a coordenadora da Associação das Trabalhadoras Sexuais de Sergipe (Astrasse), Irene Santos, declara estar de “mãos atadas” ao recomendar as medidas de distanciamento social contra a Covid-19 para as prostitutas, já que essas medidas não condizem com as características da profissão que exige total contato corporal. Já Denise Viana, coordenadora do Núcleo de Prostitutas Rosa Vermelha, em Manaus, preocupa-se com as alternativas de sobrevivência adotadas pelas prostitutas, uma vez que os trabalhos provêm da atividade turística na cidade, que, por ora, está suspensa. Em contrapartida, no Jardim Itatinga, em Campinas, Grande São Paulo, onde se encontra uma das maiores zonas de prostituição do Brasil, membros da

7 Sobre a cartilha, ver Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2020).

8 Ativa desde 2016, a Casa Nem, que inicialmente surgiu como um cursinho comunitário e preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) destinado a pessoas trans e travestis, instituiu-se como o primeiro espaço de acolhimento à comunidade LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade no Rio de Janeiro. Ao longo dos anos, sofreu despejo de suas sedes na Lapa e em Vila Isabel, e, desde 2019, ocupa um antigo edifício abandonado em Copacabana. Durante o processo de escrita deste artigo, a organização, que mobilizou uma significativa frente de apoio à comunidade vulnerável em meio à pandemia da Covid-19, foi alvo mais uma vez do risco de despejo e desapropriação, devido à decisão judicial de reintegração de posse movida pelos proprietários do imóvel ocupante, ao alegarem a precariedade do edifício invadido em não apresentar condições adequadas de moradia e saúde. Até hoje a organização está à mercê da justiça e dos órgãos públicos do Rio de Janeiro (LISBOA, 2020).

Associação Mulheres Guerreiras – que inclusive a Dra. Diana Helene auxiliou na formação entre os anos 2006 e 2007, durante sua pesquisa – afirmam não haver mudanças na rotina operacional da cidade, exceto pela baixa frequência de clientes que seguiram as recomendações governamentais e deixaram de comparecer na zona prostitucional. O mesmo acontece com a capital paulistana, em que boates, clubes e prostíbulo foram fechados pela escassez de clientes: “A pandemia do coronavírus atingiu em cheio o mercado da prostituição e sexo como um todo em São Paulo” (BATISTA JR., 2020).

Um instrumento importante recomendado pelas OSC, que vale a pena destacar, é a utilização das ferramentas virtuais para o ofício prostitucional a distância. Porém, no Brasil, a iniciativa foi somente incentivada e não subsidiada. Contudo, nenhum *site* brasileiro que ofereça serviços prostitucionais *on-line*, segundo Taciana Silveira Passos e Marco Antonio Almeida-Santos (2020, p. 4240), “apresentou informações sobre auxílio sociais e informações sanitárias” para que tanto prostitutas quanto clientes pudessem delinear estratégias de resguarda ao contágio do coronavírus quando praticarem a prostituição. Diferentemente da Suíça que, como mencionado por Isla e Romy (2020), teve a estratégia *on-line* intensificada como mecanismo operacional da prostituição durante o período da Covid-19, contando com o apoio das Fleur de Pavé e Aspasié, que incentivaram os profissionais do sexo a deixarem as ruas da cidade e transferirem suas territorialidades ao espaço virtual, fortalecendo os serviços de *webcam* e *chat* como alternativas seguras para comercialização e oferecimento dos serviços sexuais.

Em comparação, Passos e Almeida-Santos (2020, p. 4240)⁹ observaram que a principal estratégia adotada pelos *websites* de prostituição para minimizar o contato pessoal e o risco de contágio durante o período pandêmico estava na oferta dos serviços sexuais *on-line* por meio de *webcam*. Dentre os conteúdos levantados, informações sanitárias e recomendações de prevenções ao contágio, segundo os autores, só foram disponibilizadas pelos principais *websites* dos países europeus. Entretanto, recomendações de higienização e prevenção puderam ser vistas aleatoriamente, em alguns *websites* de agenciamento prostitucional e serviços de acompanhantes nacionais.

No caso do trabalho sexual remoto (a distância/virtual) oferecido pelos *websites* brasileiros, Romfeld (2020, p. 66) também alerta para a desigualdade social existente entre as prostitutas operantes: enquanto aquelas que pertencem às classes médias e superiores detêm a possibilidade de recorrer aos meios virtuais com maior facilidade, as prostitutas menos afortunadas mantêm suas situações vulneráveis de contato ao vírus ao persistirem na prostituição de rua.

As medidas governamentais

Além das recomendações específicas apresentadas pelas OSC para a proteção das prostitutas no período da Covid-19, algumas mulheres em frentes

⁹ A análise apresentada por Passos e Almeida-Santos (2020) baseou-se, quantitativamente, nos conteúdos de *websites* e anúncios prostitucionais *on-line* que apresentaram algum tipo de *marketing* relacionado às medidas preventivas referentes ao contágio da Covid-19, até o mês de maio de 2020 entre alguns selecionados países da América Latina e Europa Meridional.

governamentais Brasil afora se destacaram com projetos públicos e medidas de segurança à saúde (favoráveis e desfavoráveis), em defesa da categoria prostitucional e demais minorias relacionadas, no correr da pandemia.

A Alemanha, um dos países europeus mais liberais na questão da legalização prostitucional, decretou medidas de distanciamento social e restrição parcial no funcionamento de bordéis e estabelecimentos da vida noturna de suas cidades (ALVAREZ, 2020; DOUGLAS, 2020). Com isso, travou uma batalha por duas diferentes frentes públicas:

- Primeiro, conforme relatado pela jornalista Isabel Alvarez (2020), com a Associação de Prestadores de Serviços Eróticos e Sexuais, liderado por Susanne Bleier Wilp, que apoia o trabalho fracionado das prostitutas sem interrupção, mas reduzido por razões de segurança.
- Segundo, com o levante da frente democrata liderada pela chanceler federal Angela Merkel, que exige o fechamento temporário dos estabelecimentos destinados à prostituição “afirmando que profissionais do sexo podem se tornar ‘superpropagadoras’ do vírus” (DOUGLAS, 2020).

Essa disputa causou grande conflito na territorialidade prostitucional do espaço urbano, posto que prostitutas ficam desamparadas e sem um local físico para realizarem seus trabalhos.

Já na capital holandesa, onde se localiza a mais expressiva e organizada zona de prostituição, o *Red Light District* (Distrito da Luz Vermelha), Femke Halsema, prefeita de Amsterdã, suspendeu as visitas guiadas nas quase 300 vitrines, abalando, desse modo, o turismo e os serviços prostitucionais responsáveis pelo emprego de aproximadamente 400 mulheres (Alvares, 2020): “O efeito foi imediato [...], sem turistas na cidade e com os moradores em quarentena, as profissionais decidiram não trabalhar. Muitas vitrines onde mulheres se exibiam agora têm o cartaz com o aviso: *‘The office is closed’* (‘O escritório está fechado’)” (BATISTA JR., 2020). Para atender às necessidades das prostitutas desamparadas pela falta de trabalho, criou-se a campanha *crowdfunding* que consiste no “financiamento online coletivo, que procura arrecadar dinheiro para a compra de alimentos e medicamentos” (ALVAREZ, 2020).

Enquanto isso, não podemos nos esquecer da liderança carismática e inspiradora da primeira-ministra na Nova Zelândia, Jacinda Ardern, que, segundo o jornalista José Eustáquio Diniz Alves (2020), propôs normas eficientes de contenção que mobilizaram “todos os recursos institucionais do Estado e todos os instrumentos da ciência política para conquistar posições importantes para a criação de uma hegemonia contra a Covid-19”. Arden recomendou testes em massa para identificar pessoas contaminadas, rastreamento e monitoramento de pessoas infectadas e suspeitas, e isolamento social com protocolos de higiene e quarentenas efetivas. Em relação ao comércio sexual, o cumprimento das medidas de preservação parte da conscientização das próprias prostitutas neozelandesas: “boa parte segue a conduta de examinar clientes para detectar possíveis sintomas, usa desinfetantes para as mãos e obriga fregueses a tomar banho na sua frente. Outra regra para se proteger é não ter beijo” (ALVAREZ, 2020).

No Brasil, no entanto, o MMFDH,¹⁰ liderado pela ministra Damarens Alves, sugeriu apenas uma medida à categoria: a utilização dos serviços virtuais.

O único recurso subsidiado e apresentado pelo governo federal brasileiro até então, para que essa proposta de fato acontecesse, foi destinado à publicação de uma cartilha (Figura 3) voltada ao público LGBT (LGBTQIA+), lançada no início do mês de abril de 2020 (BRASIL, 2020b), com recomendações para prevenção do vírus. Nessa cartilha, profissionais do sexo, trabalhadores autônomos e pessoas sem renda fixa que, conseqüentemente, vivem num contexto de intensa vulnerabilidade social se equiparam à categoria indicada no material.

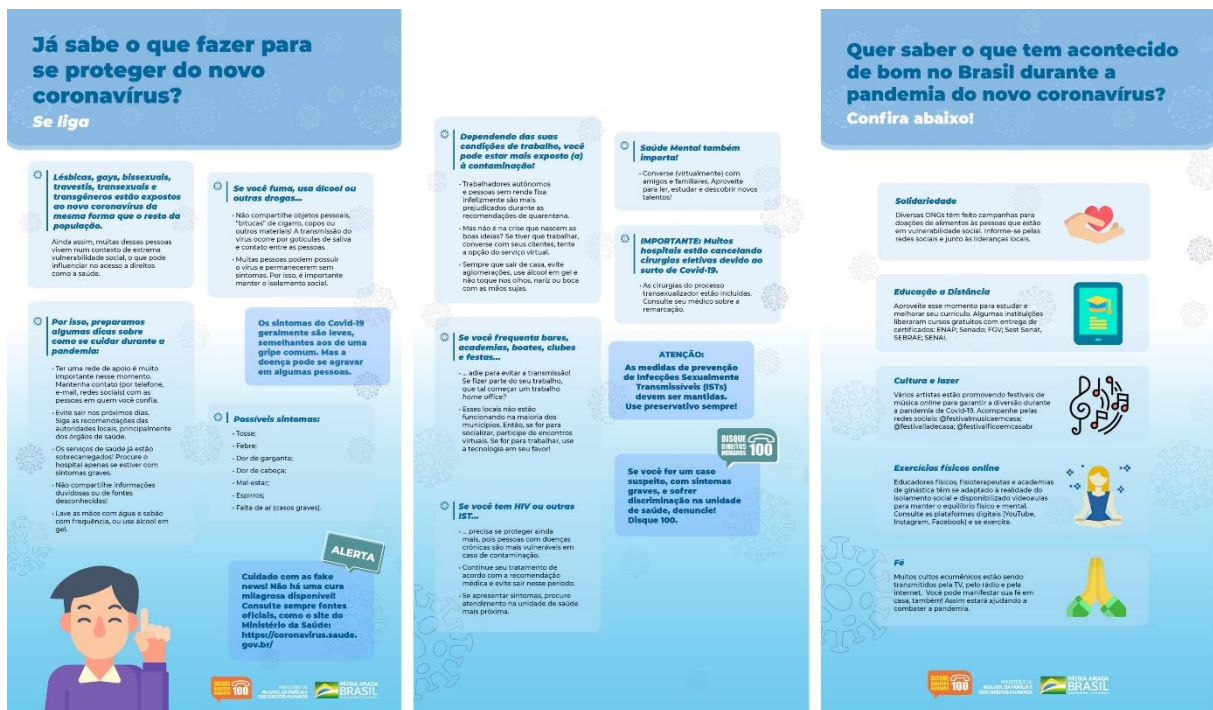


Figura 3: Cartilha Já sabe o que fazer para se proteger do novo coronavírus? Fonte: Brasil (2020b).

10 Criado há 23 anos, no dia 17 de abril de 1997, pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), que na época se intitulava apenas como Secretaria dos Direitos Humanos, em 2015, durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, foi unificado com as secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Política para as Mulheres, formando o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), sendo extinto em 2016, após a posse do ex-presidente interino Michel Temer e, recriado pelo mesmo governo, como Ministério dos Direitos Humanos. Em 2019, durante o governo do atual presidente Jair Bolsonaro, o Ministério foi expandido novamente e transformado no atual MMFDH. Apesar de este texto apresentar um programa específico de resguarda à comunidade LGBT em tempos de Covid-19 desenvolvido pelo ministério, suas ações vêm mostrando consideráveis controvérsias em relação a toda categoria LGBTQIA+ durante o atual governo. Para medidas assistenciais à sociedade no período pandêmico, o MMFDH também criou o Plano de Contingência para Pessoas Vulneráveis (que presta atendimento a milhares de pessoas que vivem em situação de rua); disponibilizou uma verba considerável para prever recursos e instalações de várias unidades da Casa da Mulher Brasileira (CMB), com o intuito de possibilitar atendimento humanizado e denúncia ágeis sobre a violência da mulher; distribuiu cestas básicas às populações vulneráveis em cidades de difícil acesso; ampliou ações de suporte à atenção primária de saúde (APS) e assistência após altas hospitalares; lançou, em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), peças informativas com medidas de prevenção à violência contra a criança e adolescente; e, como medida de amparo à população carente, criou uma competição de confecção de máscaras de proteção infantil em parceria com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA). Além dessas ações específicas, o MMFDH também é o órgão responsável por implementar, promover e assegurar os direitos humanos no Brasil, bem como promover políticas em defesa das classes menos favorecidas e suas inclusões na sociedade (INSTITUTO BRIDGE, 2020).

Medidas superficiais, como a criação de uma simples cartilha, mesmo que condizente, de certa forma, com os protocolos de prevenção do contágio do vírus e as recomendações necessárias para evitar a doença, carecem de reflexões mais profundas e peculiares à demanda vulnerável que essas mulheres enfrentam em momentos de crise. Além das medidas recomendadas na cartilha, nenhum outro meio de auxílio às prostitutas, inclusive financeiro, foi proposto pelo governo brasileiro para o período pandêmico.

Do mesmo modo que outros tantos setores da sociedade brasileira vivem em situações de vulnerabilidades sociais e necessitam de auxílios emergenciais para que possam sobreviver em períodos como este, “no que tange ao grupo plural e diverso formado pelas mulheres, defendo que as prostitutas deveriam receber o auxílio emergencial, sobretudo pela peculiaridade do trabalho que exercem” (ROMFELD, 2020, p. 65).

Quanto às decisões governamentais que flexibilizam os auxílios emergenciais às classes mais vulneráveis, assim como reforçado por Romfeld (2020, p. 66), é preciso reconhecer que, “mesmo partindo da premissa de que recebam o auxílio em questão, o seu valor seria insuficiente diante dos rendimentos mensais que recebiam enquanto trabalhadoras sexuais”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os esforços constantes de pesquisadores científicos, ativistas, OSC e parlamentares simpatizantes da causa prostitucional reforçam cada vez mais a importância de aprovar PLs e diligências governamentais em favor dessa classe minoritária e limitada aos direitos à civilidade e sociabilidade. Nota-se também que a presença enfática de mulheres na liderança de mobilizações, organizações e frentes governamentais, além de evidenciar o empoderamento feminino e aumentar a visibilidade de quem, involuntariamente, já é invisível, também fortalece o apreço pelas classes inferiores e a preocupação com elas, que sempre estiveram segregadas da parte boa das cidades.

Como visto, as deliberações dos projetos governamentais e dos PL que propõem direitos civis e societário às prostitutas auxiliariam o próprio governo a lidar melhor com situações emergenciais, como a pandemia da Covid-19, que condiciona, ainda mais, a prostituição à situação de extrema vulnerabilidade social. Aconselhar apenas os serviços virtuais como forma preventiva, sem subsídios inerentes à sua estruturação, é uma ação desleixada e complexa de ser resolvida.

Com efeito, as estratégias de prevenção do vírus pandêmico aqui mencionadas e direcionadas especificamente a trabalhadoras sexuais remetem, por um lado, às preocupações de sobrevivência daquelas que vivem a vulnerabilidade e lutam por ofertas de programas precários em razão das reclusões trabalhistas e da recessão econômica geradas a partir de um isolamento social não planejado. Por outro lado, essas estratégias destacam o descaso não só com as concessões

governamentais de auxílios emergenciais, mas também com os mecanismos que condicionam o acesso de todas as ações preventivas recomendadas, sejam elas quais forem. Independentemente disso, é imprescindível o fornecimento de estratégias de proteção à saúde e meios para que prostitutas possam continuar exercendo suas profissões durante a vigência do coronavírus sob condições adequadas de sobrevivência.

No que se refere à urbanidade, na experiência suíça, a virtualização da prostituição não implicou somente a questão emergencial que propicia, beneficentemente, nas atuais circunstâncias, o distanciamento e isolamento social, como também uma questão de territorialidade, ao substituir o espaço urbano pelo virtual. De certa forma, a moralidade vigente se gabaria dessa ação, porquanto a prostituição passa a operar de forma camuflada nas condutas urbanas. Tomar medidas como essas sem um respaldo embaixador enfatiza a segregação estigmatizada da prostituição e torna ineficazes as ações de prevenções de que a categoria necessita. Não podemos nos esquecer de que vivemos num mundo real, com pessoas reais e situações reais, e, para que as práticas sociais diversas ocupem novamente seus espaços nos territórios urbanos quando o período pandêmico acabar, é necessário criar meios de sobrevivência, dignidade e respeito a todas as categorias.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, I. Novo coronavírus atinge indústria do sexo pelo mundo. *Diário de Pernambuco*, Rio de Janeiro, 28 maio 2020. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/mundo/2020/03/novo-coronavirus-atinge-industria-do-sexo-pelo-mundo.html>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- ALVES, J. E. D. Diário da Covid-19: As lições do sucesso na Nova Zelândia. Projeto Colabora, 25 maio 2020. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods3/as-licoes-do-sucesso-da-nova-zelandia/>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Dicas para travestis e mulheres trans profissionais do sexo em tempo de COVID-19*. Natal: Antra, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/dicas-profissionais-do-sexo-antra.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- BATISTA JR., J. Sem clientes e boates vazias: o coronavírus abala a prostituição de luxo. *Veja*, São Paulo, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/veja-gente/sem-clientes-e-boates-vazias-o-coronavirus-abala-a-prostituicao-de-luxo/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

- BRASIL. Ministério lança material voltado ao público LGBT para prevenção do coronavírus. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/abril/ministerio-lanca-material-voltado-ao-publico-lgbt-para-prevencao-do-coronavirus>. Acesso em: 21 ago. 2020.
- BRASIL. *Já sabe o que fazer para se proteger do novo coronavírus?* Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/abril/Corona_banner_LGBT.pdf. Acesso em: 21 ago. 2020.
- DECLERCQ, M. Nós somos invisíveis: trabalhadoras sexuais são afetadas pela pandemia. UOL TAB, 28 mar. 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/28/nos-somos-invisiveis-trabalhadoras-sexuais-afetadas-pelo-coronavirus.htm>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- DEL VALLE, R. M.; VÁZQUES RAMOS, F. G. Zonas proibidas: a transformação das cidades com as práticas lascivas. In: *9º Fórum de Pesquisa FAU-Mackenzie: projeto e processos em tempos de transição*. Timburi, SP: Cia do eBook, 2019. p. 583-595. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/user_upload/Ebook_9_f%C3%B3rum.pdf. Acesso em: 25 maio 2020.
- DOUGLAS, E. Deputados alemães querem fechamento permanente de bordéis. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/05/deputados-alemaes-querem-fechamento-permanente-de-bordeis.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- FERNANDES, Y. Prostituição e pandemia: terei que aceitar 20 ou 30 reais, preciso comer. Projeto Colabora, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods8/prostituicao-e-pandemia-terei-que-aceitar-20-ou-30-reais-preciso-comer/#>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- GOLD, M. Sigla LGBTQ+ cresce para ecoar amplidão do espectro de gênero e sexo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 27 jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/sigla-lgbtq-cresce-para-ecoar-amplidao-do-espectro-de-genero-e-sexo.shtml>. Acesso em: 2 nov. 2020.
- INSTITUTO BRIDJE. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos: o que faz? Politize!, 24 jul. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ministerio-da-mulher-familia-e-direitos-humanos/>. Acesso em: 2 nov. 2020.
- ISLAS, P.; ROMY, K. Precariedade ou clandestinidade, destino das prostitutas sem renda. SWI, 15 abr. 2020. Disponível em: https://www.swissinfo.ch/por/sociedade/consequ%C3%Aancias-da-pandemia_precariedade-ou-clandestinidade--destino-das-prostitutas-sem-renda-/45689046. Acesso em: 10 ago. 2020.

- LENZ, F. Gabriela Leite, prostituta que viveu e promoveu a liberdade. *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, 2014. Disponível em: <https://observatoriodaprostituicao.files.wordpress.com/2014/05/gabriela-leite-prostituta-que-viveu-e-promoveu-a-liberdade.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.
- LISBOA, V. Casa Nem busca solução para manter acolhimento a LGBTIs vulneráveis. Agência Brasil, 27 jul. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-07/casa-nem-busca-solucao-para-manter-acolhimento-lgbtis-vulneraveis#:~:text=A%20Casa%20Nem%20nasceu%20em,de%20posse%20do%20pr%C3%A9dio%20ocupado>. Acesso em: 10 out. 2020.
- MORAES JOANIDES, H. *Boca do lixo*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2003.
- PASSOS, T. S.; ALMEIDA-SANTOS, M. A. Trabalho sexual em período de pandemia por Covid-19 no contexto ibero-americano: análise de anúncios em *websites*. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, p. 4237-4248, nov. 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2020.v25n11/4237-4248/pt>. Acesso em: 1º dez. 2020.
- PENA, J. S. Gestão pública da prostituição no Brasil e Holanda: surveillance and urban space. *Revista Políticas Públicas & Cidades* – 2359-1552, [S.l.], v.8, n.1, 2019. Disponível em: <https://rppc.emnuvens.com.br/RPPC/article/view/345>. Acesso em: 2 nov. 2020.
- PERLONGHER, N. O. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RAGO, M. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RAMOS, D. H. *Mulheres, dreito à cidadania e estigmas de gênero: a segregação urbana da prostituição em Campinas*. São Paulo: Annablume, 2019.
- RODRIGUES, M. T. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho com outro qualquer? *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 68-76, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6280>. Acesso em: 27 jun. 2020.
- ROMERO, R. O que significa cada letra da sigla LGBTQIA+. NE10, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://blogs.ne10.uol.com.br/social1/2020/06/30/o-que-significa-cada-letra-da-sigla-lgbtqia/>. Acesso em: 1º dez. 2020.

ROMFELD, V. S. Prostituição brasileira e Covid-19: a difícil “vida fácil” das prostitutas em tempo de pandemia. In: COSTA, R. A. R. A. *et al.* (org.). *Pandemia e crises: percepções jurídicas e sociais*. Recife: Even3 Publicações, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.even3.com.br/book/pandemia-e-criSES-percepcoes-juridicas-e-sociais-194185>. Acesso em: 1º dez. 2020.


TULIPAS DO CERRADO. *Elas na Redução de Danos*. 2020a. Disponível em: <https://elasnard.com.br/>. Acesso em 21 ago. 2020.


TULIPAS DO CERRADO. *Redução de danos em tempos de coronavírus: dicas de prevenção as profissionais do sexo*. *Elas na Redução de Danos*, 2020b. Disponível em: <http://elasnard.com.br/reducao-de-danos-coronavirus-profissionais-do-sexo.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2020.

O verbo feminino: patrimônio e memória nos escritos de Dora Alcântara

The female verb: heritage and memory in the writings of Dora Alcântara

El verbo femenino: herencia y memoria en los escritos de Dora Alcântara

Daniella Martins Costa, doutora em Arquitetura e Urbanismo PPGAU/UFF. Professora do Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (Proarq) da UFRJ. E-mail: daniella.martins@fau.ufrj.br  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7301-9357>

Daniela Quireza Morgado, graduanda da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (EAU/UFF). E-mail: danielaquireza98@gmail.com  ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0278-9888>

Para citar este artigo: COSTA, D. M.; MORGADO, D. Q. O verbo feminino: patrimônio e memória nos escritos de Dora Alcântara. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n.2, p. 69-80, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n2p69-80

Submissão: 2020-09-01

Aceite: 2021-01-22

Resumo

Este estudo inspirou-se em uma campanha veiculada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) que, em março de 2020, lançou, em suas mídias sociais, a hashtag #elasfazempatrimonio para homenagear o pioneirismo de mulheres que são referência para a salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil. Com a campanha, veio o desejo de trazer à tona os textos de uma dessas pioneiras cuja vida pessoal se confunde com o nascimento do campo do patrimônio histórico no Brasil. Este artigo tem como objetivo principal, além da colaboração para a construção do campo teórico da preservação do patrimônio cultural no Brasil, trazer à luz alguns

textos técnicos escritos por Dora Alcântara durante o tempo em que esteve a serviço do Iphan/RJ. A arquiteta carioca já ocupa lugar merecido com o reconhecimento acadêmico e profissional no estado do Rio de Janeiro. Agora nos cabe apresentar a novos públicos a grande capacidade técnica dessa mulher, reconhecida atualmente como referência no estudo dos azulejos de origem portuguesa, mas que, em seus textos, mostra que o patrimônio cultural no Brasil é muito bem definido pelo verbo feminino.

Palavras-chave: Mulher; Patrimônio cultural; Memória.

Abstract

Inspired by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), which in March 2020, launched a campaign on its social media to honor the pioneering spirit of women who are a reference for safeguarding cultural heritage in Brazil. With the hashtag *#elasfazempatrimoniocultural* the desire to bring out the texts of one of these pioneers was born. Architect, whose personal life is mixed with the birth of the historical preservation field in Brazil. This article has as main objective, in addition to the collaboration in the construction of the cultural heritage theoretical field in Brazil, to bring to light some technical texts written by Dora Alcântara during the time she was at the service of Iphan/RJ. The architect from Rio de Janeiro, already occupies the place deserved with academic and professional recognition in the state of Rio de Janeiro. Now it is up to us to introduce to new audiences the great technical capacity of this woman, currently recognized as a reference in the study of tiles of Portuguese origin, but which in her texts shows that cultural heritage in Brazil is very well defined by the feminine verb.

Keywords: Women; Cultural heritage; Memory.

Resumen

Inspirándose en el Instituto Nacional de Patrimonio Histórico y Artístico (Iphan), que en marzo de 2020 lanzó una campaña en sus redes sociales para honrar el espíritu pionero de las mujeres que son referencia para la salvaguarda del patrimonio cultural en Brasil. Con el *hashtag #elasfazempatrimoniocultural* nació el deseo de descubrir los textos de una de estas precursoras. Arquitecta, cuya vida personal se confunde con el nacimiento del campo del patrimonio histórico en Brasil. Este artículo tiene como principal objetivo, además de la colaboración en la construcción del campo teórico de la preservación del patrimonio cultural en Brasil, traer luz a algunos textos técnicos escritos por Dora Alcântara durante el tiempo que estuvo al servicio del Iphan. La arquitecta de Río de Janeiro ya ocupa el lugar merecido con reconocimiento académico y profesional en el estado de Río de Janeiro. Ahora nos toca a nosotros presentar a nuevos públicos la gran capacidad técnica de esta mujer, actualmente reconocida como un referente en el estudio de los azulejos de origen portugués, pero que en sus textos muestra que la herencia cultural en Brasil está muy bien definida por el verbo femenino.

Palabras clave: Mujer; Herencia cultural; Memoria.

INTRODUÇÃO

A final de contas, por que as pessoas querem salvar coisas? A pergunta feita pelo historiador norte-americano David Lowenthal (1985), em seu livro *The past is a foreign country*, ronda há tempos os pensamentos destas pesquisadoras e se intensificou durante os dias de isolamento social que temos vivido em 2020, ocasionado pela pandemia mundial da *coronavirus disease 2019* (Covid-19).¹

Questionar a importância da pesquisa conduzida sobre temas como o patrimônio cultural no Brasil ante as perdas tão duras vividas neste tempo é um movimento natural do cérebro. Por que olhar para o passado? Qual é a importância de seguir preservando o patrimônio cultural no Brasil quando o quadro econômico futuro da nossa nação é tão incerto?

Preservamos aquilo que nos ajuda a lembrar quem somos e quem são os outros. A matéria histórica é esse gatilho com capacidade de disparar a memória, contar a nossa história e dar à rasa experiência humana plenitude, corpo e substância (LOWENTHAL, 1985, p. 59).

O patrimônio cultural é parte fundamental nessa tarefa, e as contribuições que a preservação das tradições locais, materiais e imateriais, podem oferecer a uma população passando por momentos de crise, como a que vivemos, são quase terapêuticas. Não por acaso, uma das preocupações expressas no texto de apresentação do 27º Congresso Mundial da Arquitetura,² com o tema "Todos os mundos, um só mundo. Arquitetura 21", é justamente a grande velocidade com que nossas cidades têm crescido, e, como numa tentativa de olhar para o futuro, colocamos em risco nossa identidade.

A globalização dos problemas é acompanhada pela internacionalização da atuação profissional. Arquitetos e urbanistas atuando simultaneamente em diversos países disseminam conceitos, tecnologias construtivas e estratégias projetuais. *Equalizam aparências em toda parte, nem sempre atentos à contribuição das populações locais e de suas heranças culturais* (UIA2021-RIO, 2020, grifo nosso).

O tema não é novidade e pode ser controverso.

Em 1972, a preocupação com a perda de identidade estava presente nos textos de Robert E. Stipe, advogado norte-americano e defensor do patrimônio cultural em seu país. Ele afirmava que a necessidade de salvar o nosso patrimônio estava ligada ao fato de vivermos em uma era na qual as habilidades de comunicação e tecnologia são cada vez mais assustadoras, deixando-nos de tal maneira

¹ Este artigo foi escrito durante a pandemia do novo coronavírus, que atingiu o mundo no primeiro semestre de 2020. No momento em que o artigo está sendo escrito, agosto de 2020, a cidade do Rio de Janeiro, local de residência das autoras, começa uma gradual reabertura depois de cinco meses de isolamento social.

² O 27º Congresso Mundial da Arquitetura, com o tema "Todos os mundos, um só mundo. Arquitetura 21" deveria ter acontecido em agosto de 2020, mas, por conta da pandemia do novo coronavírus, foi adiado para 2021.

conectados que nos levariam a uma crescente homogeneidade cultural (STIPE, 2003, p. XIV, tradução nossa).

Já o arquiteto holandês Rem Koolhaas (2011) vê as coisas por uma outra perspectiva. Segundo ele, a preservação tem congelado parte considerável do tecido das cidades no mundo, um passivo protegido que em muitos casos fica sem uso. Em seu manifesto para Bienal de Veneza, intitulado "Cronocaos", Koolhaas (2011, p. 119) afirma:

Envolvido em enormes ondas de desenvolvimento, que parecem transformar o planeta a uma velocidade cada vez maior, há outro tipo de transformação em ação: a área do mundo declarada imutável por vários regimes de preservação cresce exponencialmente. Uma grande parte do nosso mundo (cerca de 12%) está agora fora dos limites, submetida a regimes que não conhecemos, não pensamos, não podemos influenciar. Em seu momento de apoteose silenciosa, a preservação não sabe bem o que fazer com seu novo império.

Koolhaas (2011) critica ainda o interesse pela seleção de elementos excepcionais para preservação. Segundo ele, quando o excepcional se torna a norma, o que é comum ou genérico acaba se perdendo (KOOLHAAS, 2011, p. 122). E essa camada de arquitetura contextual é o que muitas vezes conta a história das nossas cidades.

O reconhecimento do valor contido na arquitetura não monumental de nossas cidades começa a ser discutida na Carta de Veneza, em 1964, em seu artigo 1º, quando menciona "as obras modestas" (CURY, 2000, p. 92) que, inseridas nos conjuntos urbanos ou rurais, haviam, com o tempo, adquirido essa significação cultural.

No Brasil, esse olhar para a preservação nasce em um momento em que o país tentava descobrir sua própria identidade. Em um primeiro momento, a arquitetura excepcional de nossos sítios urbanos históricos ocupa posição de destaque na seleção do que seria esse patrimônio, mas, eventualmente, o foco se amplia, e a arquitetura modesta ou contextual começa a ganhar a atenção. Assim, conta-nos uma voz feminina, que afirma a importância desses conjuntos modestos, pois constituem "parte significativa da leitura, que o conjunto oferece sobre a história e a sociedades locais" (ALCÂNTARA, 1980, p. 2).

Essa voz é de Dora Alcântara, arquiteta carioca, que, durante o tempo em que trabalhou no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), contribuiu para a construção de um pensamento contemporâneo de patrimônio no Brasil. Assim, este artigo parte do trabalho do grupo de pesquisa "Memória, Cultura e Arquitetura na Cidade" da Universidade Federal Fluminense (UFF) e tem como objetivo divulgar os textos dessa mulher tão importante para o patrimônio em nosso estado, durante os anos em que esteve a serviço da superintendência do Iphan/RJ.

Elas fazem patrimônio

No mês de março de 2020, como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher, o Iphan lançou, em suas redes sociais, uma campanha dedicada a homenagear algumas mulheres que foram referência para a salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil, em toda sua diversidade. As postagens, identificadas pela *hashtag*³ #*elasfazempatrimôniocultural*, procuravam dar visibilidade ao protagonismo de mulheres pioneiras no campo do patrimônio cultural no Brasil, como a museóloga Lygia Martins Costa que ingressou no serviço de patrimônio em 1952 e foi a primeira mulher museóloga do patrimônio cultural. Outras mulheres de peso figuraram na campanha, como a escritora Cecília Meireles, a cantora e compositora Dalva Damiana, a arqueóloga Niède Guidon e a artista plástica Marianne Peretti.⁴

Durante a veiculação da campanha, o grupo de pesquisa “Memória, Cultura e Arquitetura na Cidade” estava procedendo à pesquisa inicial no arquivo central do Iphan como atividade ligada à pesquisa “Camadas de preservação: estudo sobre as práticas de preservação de sítios urbanos históricos no estado do Rio de Janeiro”. Enquanto nos aprofundávamos mais na pesquisa, sobretudo na leitura do processo de tombamento da cidade de Petrópolis, começamos a encontrar o material preparado pela arquiteta Dora Monteiro e Silva de Alcântara para instrução do pedido de extensão do tombamento da cidade. Os textos, em sua grande parte escritos na década de 1980, formulam questões ainda muito atuais, e assim nasceu o desejo de divulgar parte deles e da trajetória da arquiteta.

Dora Alcântara,⁵ como é conhecida, nasceu no Rio de Janeiro, em 1931. Arquiteta formada em 1957 pela Escola Nacional de Arquitetura, hoje Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ), é parte dessa primeira geração de mulheres que ajudou a construir o patrimônio cultural no Brasil. De acordo com Alcântara (2018): “Minha vida ficou tão ligada ao IPHAN que fica, às vezes, um pouco difícil separar uma coisa da outra”.

A arquiteta foi professora da UFRJ, UFF, entre outras universidades do estado. Colaborou com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan), entre 1958 e 1968, em períodos intermitentes, onde participou de projetos ligados à preservação em diversos estados, com grande atuação no Maranhão. Posteriormente, em 1975, ingressou no Iphan, onde assumiu a Coordenadoria de Proteção em 1987 e mais tarde a Coordenadoria Geral de Preservação de Bens Culturais e Naturais, entre 1987 e 1991.

Realizou pesquisas sobre azulejaria de origem portuguesa, assunto pelo qual é reconhecida e premiada. Do alto dos seus 89 anos, é membro ativo no conselho

3 Hashtags são termos associados a assuntos ou discussões que se deseja indexar em redes sociais como Instagram, Facebook e Twitter. Quando a combinação é publicada, transforma-se em um hiperlink que leva para uma página com outras publicações relacionadas ao mesmo tema. Mais informações estão disponíveis em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/o-que-e-hashtag/>. Acesso em: 5 abr. 2020.

4 Mais informações estão disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5583>. Acesso em: 7 abr. 2020.

5 Mais informações estão disponíveis em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/DMSAlcantara.html>. Acesso em: 16 set. 2021.

estadual e dos grupos de trabalho dedicados ao patrimônio cultural do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) do Rio de Janeiro.

E qual é a importância de trazer à luz a produção dessa arquiteta? Quando olhamos o quadro atual de produção acadêmica de impacto para o campo da preservação do patrimônio cultural no Brasil, deparamo-nos com poucos autores nacionais que são reconhecidos por sua produção sobre teoria de patrimônio cultural brasileiro. Em 2008, Beatriz Kühl, arquiteta e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), publicou livro *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. O livro é uma das referências para as questões teóricas do patrimônio no Brasil e tem 340 citações bibliográficas sobre o tema. Dos autores citados por Kühl (2008), 56, isto é 16%, são brasileiros. Dos autores brasileiros citados, 25, ou seja, menos da metade, são mulheres. Tomemos também como exemplo a publicação do livro *A pedra e o tempo*, de Flávio Carsalade (2014), arquiteto e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com textos sobre a teoria do patrimônio cultural. Essa obra rapidamente se estabeleceu como uma referência importante para o quadro teórico do patrimônio no Brasil. Na seção de referências bibliográficas desse livro, há em média 150 títulos, dos quais 40, isto é 26%, são de autores brasileiros e menos da metade, ou seja, 18, são de mulheres que abordaram temas ligados ao patrimônio cultural.

Dora figura em algumas dessas citações. Em nossas buscas, encontramos 15 dissertações de mestrado defendidas, em sua maior parte, na Região Sudeste do Brasil que citaram de alguma forma o trabalho de Dora. Ela é autora de dois livros sobre o assunto de sua especialidade: azulejaria na cultura luso-brasileira. Um deles foi publicado em 1997, e o outro é de 2016, com um recorte específico sobre azulejaria do Belém do Pará. Porém, não existem trabalhos publicados para divulgar os seus escritos sobre as questões do patrimônio.

Assim, para reforçar a lista que hoje conta com nomes de peso, como Beatriz Kühl, Maria Cecília Londres Fonseca, Marcia Regina Romeiro Chuva, Lia Motta, Isabelle Cury, Maria Lucia Bressan, Sonia Rabello, Marcia Sant'anna, nossa pesquisa intitulada “#Elasfazempatrimôniocultural: os escritos de Dora Alcântara sobre preservação do patrimônio cultural” tem como objetivos levantar e divulgar os textos escritos por Dora Alcântara em seu tempo de serviço para a superintendência regional do Iphan no Rio de Janeiro, entre 1975 e 1990. Interessam-nos, especialmente, os textos produzidos para instrução de processos de tombamento de sítios urbanos históricos. Para este artigo, selecionamos alguns textos encontrados durante a pesquisa sobre Petrópolis e outros que ela escreveu para publicações internas do Iphan, nos quais aborda aspectos relacionados à preservação e ao tombamento. Um texto fora desse recorte, o parecer sobre o tombamento do conjunto conhecido como Avenida Modelo, está presente porque é um exemplo claro sobre a capacidade crítica da autora diante dos problemas enfrentados nos trabalhos com patrimônio histórico.

Nosso objetivo é mostrar a grande capacidade dessa arquiteta, hoje reconhecida como referência no estudo dos azulejos de origem portuguesa, mas que tem voz forte no campo teórico da área.

O verbo feminino na preservação do patrimônio cultural

Em 1975, Dora reintegra os quadros do patrimônio e vai trabalhar com outra pioneira do Iphan, a museóloga Lygia Martins Costa, na Diretoria de Tombamento e Conservação (DTC). Em 1979, é designada com os arquitetos Alcides da Rocha Miranda e Alfredo Britto para integrar a comissão de revisão da extensão do tombamento do sítio urbano de Petrópolis. É nessa época que o foco do olhar do Iphan sobre preservação do patrimônio cultural começa a se ampliar.

Os textos de Dora que encontramos no processo de tombamento da cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, mostram o início desse novo olhar sobre o tecido histórico da cidade. O monumental, o excepcional e a beleza estavam começando a deixar de ser os grandes protagonistas e passam a dividir lugar com outras camadas, como preconizava a Carta de Veneza. Assim, obras modestas, traduzidas em conjuntos urbanos, na relação entre a ação do homem e a paisagem, com o registro do cotidiano e do contexto na construção da identidade, passam a ser reconhecidas e valorizadas. Dora Alcântara (1980, p. 2) afirma que essa arquitetura contextual era “parte significativa da leitura que, claramente, o conjunto oferece sobre a história e as sociedades locais”. Por isso, em alguns casos, a preservação podia ser uma ferramenta de animação urbana, já que a memória contida no tecido urbano conta uma história próxima daqueles que o habitam.

O ato de preservar deve ser aqui entendido, portanto, como ato gerador de animação urbana, na medida em que revitaliza, incentivando novos usos, e de salvaguarda de importante documentário da história brasileira local, expresso através de seu espaço urbano e seu agenciamento (ALCÂNTARA, 1964, p. 288).

Nos textos que encontramos, a forma como ela fala sobre o acervo da cidade e de suas preocupações com a proteção do patrimônio é ainda atual. Em especial, quando se refere ao fato de que a vitalidade urbana não deveria ser prejudicada pelo tombamento, argumento usado por muitas pessoas como crítica à principal ferramenta de proteção usada para a salvaguarda do patrimônio no Brasil: “Tratando-se, no entanto, de uma cidade viva, era necessário que a aplicação de medidas legais, como a do tombamento, não viesse a prejudicá-la em seu natural dinamismo” (ALCÂNTARA, 1964, p. 271).

Porém, em outros lugares, observa-se como a indicação do uso da ferramenta era vista com parcimônia pela arquiteta. Como no caso do tombamento da vila operária conhecida como Avenida Modelo, no centro do Rio de Janeiro, cujo pedido de tombamento foi feito pelo arquiteto do Iphan Edgar Jacintho da Silva, em 1983, mais ou menos na mesma época em que se estabelecia a extensão do tombamento de Petrópolis. Dora tem opinião divergente, por temer os efeitos que a preservação imposta aos moradores do espaço poderia provocar, e escreve:

A preservação das manifestações culturais populares, em termos arquitetônicos, é muito oportuna, indispensável

mesmo se desejarmos guardar um quadro mais completo, mais fiel, dos períodos de nossa história arquitetônica. Essa preservação encerra, no entanto, complexidade maior porque atinge uma camada da população, cuja linguagem cultural não nos é suficientemente familiar para que nos sintamos seguros de estarmos criando um benefício para ela, com o tombamento. *O ônus que lhe advirá dessa medida de proteção poderá ser excessivamente pesado* (ALCÂNTARA p. 20, grifo nosso).

No Processo n. 1085-T-83, recomenda a necessidade de um “exercício de diálogo” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1985, p.54) bem estabelecido para que os costumes e as necessidades dos moradores não fossem excluídos da intervenção, em especial diante das ações normalmente exigidas para a manutenção de um bem quando este é reconhecido como patrimônio nacional. Dora questiona principalmente sobre “a necessidade da manutenção da homogeneidade do conjunto” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1985, p. 53) quando a primeira reação das pessoas nesses casos é “individualizar a unidade que possui, destacando-a das demais por meio de um novo tratamento”. Ela questiona a validade cultural da medida que poderia impedir as pessoas de proceder às alterações desejadas e, consequentemente, manter o edifício conservado, de um jeito particular. O edifício foi eventualmente tombado e se encontra em um estado de deteriorização avançado.

Mais recentemente, em 2018, ao falar sobre sua trajetória no Iphan, ela volta a refletir sobre como ainda temos um longo caminho a percorrer para encontrar a via mais apropriada para o diálogo com a população.

A verdade é que a gente não sabe dialogar bastante bem com a população. Isso é um exercício que a gente tem que adquirir mesmo. O distanciamento ficou muito grande, as pessoas não acreditam muito, convoca-se para uma decisão, aparecem quatro ou cinco pessoas. No fundo não acreditam muito que a decisão deva ser coletiva. Esse assumir-se em coletividade ainda falta em nós, estamos ainda engatinhando em processo democrático (ALCÂNTARA, 2018).

O sentido do tombamento

Quando falamos em preservação do patrimônio cultural no Brasil, o primeiro termo que nos vem é tombamento. Essa ferramenta é assim definida:

Ato administrativo tomado pelo poder executivo, através do órgão legalmente competente, no sentido da seleção e do reconhecimento, em meio ao universo de bens culturais, aqueles que melhor expressam o sentido contido no conceito de Patrimônio Cultural (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, [s. d.]).

O instrumento nasce com a criação do órgão de proteção do patrimônio no Brasil, o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), em 1937, quando, segundo Dora, o país buscava uma “atualização da ‘inteligência’ nacional, do desejo de afirmação de uma independência cultural” (ALCÂNTARA, 1988, p. 17)

manifestada em sua arte e, em especial, em suas raízes históricas. A arquiteta compara o processo de inscrição nos livros do tombamento, momento no qual o bem passa a ter seu valor oficialmente reconhecido, com o registro do “cartão de identidade do país” (ALCÂNTARA, 1988, p. 17).

O Decreto-Lei n. 25/37 (BRASIL, 1937) que daria ao Sphan seus princípios para ação ainda hoje, oito décadas depois de sua publicação, reina soberano. O texto traz o direcionamento e os valores com base nos quais se construiriam as ações de proteção no Brasil e que podem ser considerados a “verdadeira base da legislação brasileira” (ANDRADE, 1993, p. 110).

A ferramenta não é a única forma legal de proteção do patrimônio no Brasil, mas é a mais conhecida, o que não quer dizer ser entendida e aceita, pela maior parte da população. Para alguns críticos, o modo como fazemos preservação no Brasil hoje pode ser um caso típico de quando o tratamento é pior do que a doença.

Em maio de 2020, em plena quarentena no Brasil, Fabio Schiochet, deputado federal por Santa Catarina, apresenta o Projeto de Lei n. 2.396 que “Acrescenta e altera dispositivos do Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937” (BRASIL, 2020). O texto propõe modificações e acréscimos em alguns artigos do decreto, e, em especial determina a inclusão de audiência pública no processo de tombamento de sítios urbanos. Propõe ainda instrumentos para um possível cancelamento do “tombamento da coisa” (BRASIL, 2020) na falta de verba do proprietário e da União. Como justificativa para sua proposta, ele afirma:

O tombamento vem há muitos anos se mostrando uma *ferramenta pernicioso e nefasta* para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, pois negligência a realidade socioeconômica da região na qual o bem, objeto de tombamento, está inserido, fator agravado em casos que envolvam o tombamento de regiões, bairros ou cidades, contribuindo, desta forma, muito mais para o perecimento do patrimônio cultural brasileiro do que para a sua efetiva preservação (BRASIL, 2020, grifo nosso).

Vamos recorrer a uma outra importante voz feminina no patrimônio, a advogada Sonia Rabello, para uma outra perspectiva sobre o tema. Rabello (2015, grifo nosso) afirma, em sua definição sobre tombamento para o dicionário do patrimônio cultural do Iphan, que o decreto é uma norma geral, ou seja, estabelece a “competência legislativa da União, para dispor sobre *normas gerais de preservação do patrimônio cultural*”, devendo o estado e o município suplementarem a legislação federal. Visto dessa forma, o decreto tem cumprindo bem sua função, já que o que vemos em seu texto são de fato diretrizes gerais para a proteção.

Cinquenta anos depois da criação do Iphan e depois de quase 30 anos trabalhando com patrimônio, Dora Alcântara escreve um pequeno texto no qual reflete sobre o sentido do tombamento, em um boletim interno do órgão. Ela começa descrevendo parte das razões para a falta de compreensão do papel da legislação de preservação no Brasil.

É sintomático o fato de que o tombamento seja antipático àqueles segmentos da sociedade que tiveram de adotá-lo sem o devido esclarecimento, enquanto que outros vêm reclamando de sua aplicação. O número de pedidos de tombamento, que era bastante reduzido, referindo-se anualmente a pouco mais de uma dezena de unidades, está hoje em torno de 60 pedidos, incluindo entre estes os de preservação de centros. [...]

[...] o êxito da aplicação do tombamento depende igualmente da área técnica, cuja atuação tem início nos estudos do bem proposto para a preservação, procurando entendê-lo em seu contexto regional para melhor aquilatar o valor que possui a nível nacional, estendendo-se as intervenções físicas e sua tecnologia específica. Atuação que busca, além do contato com as comunidades, uma ligação interinstitucional, forma necessária para que se atinja de maneira mais plena o objetivo principal do tombamento, qual seja o aprimoramento cultura do homem brasileiro, através da preservação dos testemunhos materiais de sua tradição (ALCÂNTARA, 1988, p. 17, grifos nossos).

O texto, escrito baseado em sua própria experiência, é sensato no reconhecimento dos problemas existentes. A questão não é o decreto propriamente dito, mas novamente a falta da comunicação e da educação para cultura. Vive-se em um país que produz normas e legislações em larga escala, mas que uso tem a lei se o cidadão sabe pouco sobre ela? Falta compreendê-las e torná-las acessíveis a todos, e o diálogo, sugerido por Dora anteriormente, é que vai permitir que um cidadão entenda que a preservação do patrimônio é uma ferramenta para uma construção cultural independente e não uma ferramenta perniciosa para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, que ignora a realidade socioeconômica da região. Só o esclarecimento e o diálogo com a população evitarão que o processo de defesa do patrimônio seja antipático aos que cumprem normas sem os devidos esclarecimentos.

Dora termina elogiando a flexibilidade da legislação existente, que permite que a instituição se adapte ao crescimento da consciência sobre a importância da manutenção do patrimônio cultural “fruto da ação que teve o tombamento por base” (ALCÂNTARA, 1988, p. 17).

CONCLUSÃO

Pensando em algumas das questões colocadas no início do trabalho, e à luz das contribuições do trabalho de Dora Alcântara, percebe-se que ainda temos longo percurso pela frente. As vozes femininas, inclusive a da própria Dora que continua em ação, unidas a outras precisam ainda falar sobre a importância de seguir preservando o patrimônio cultural no Brasil, mesmo diante da crise e das instabilidades previstas para nosso futuro.

A vida de Dora e de outras mulheres que fazem e fizeram patrimônio cultural no Brasil se mistura à história da construção do acervo que sempre protegeram. Nos seus escritos, impressiona a fala ainda atual e sensata que reconhece os problemas existentes e aponta as questões sobre as quais muitas vezes não

queremos falar. Essa é a contribuição de Dora Alcântara para a construção de um campo teórico crítico e atual. Só a partir do reconhecimento dos problemas existentes, poderemos começar a construir uma solução com base em um diálogo amplo com todos os atores envolvidos.

Acreditamos que essa forma sensata de encarar a vida, que encontramos nos escritos de Dora Alcântara, alimente-se da relação que as mulheres têm com a vida e a memória. Tantas vezes são elas as guardiãs da memória, responsáveis por nos ensinar sobre as tradições e identidades da família ou de uma região. Isso ocorre porque elas trazem dentro de si a capacidade de gerar a vida nesse espaço interno feminino, em que fica depositado o fogo da vida e da memória. Essa chama permanece acesa enquanto há vida, e só quem já viveu muito e segue trabalhando e aprendendo traz em si a capacidade de nos ensinar a olhar a vida com suas dificuldades e questões, mas sempre a partir da perspectiva da esperança:

Em um momento de crise tá todo mundo “Ah, o negócio é ir pra fora do país, aqui não tem futuro, o Brasil acabou!”. Acabou nada gente, que é isso?! Temos um país pujante, cheio de riqueza pela frente. Onde é que está a nossa juventude de espírito? (ALCÂNTARA, 2018).

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, D. M. Petrópolis, arquitetura contextual: considerações sobre o caráter peculiar de Petrópolis. Rio de Janeiro: Iphan, 1980. (Folheto disponível na Biblioteca Paulo Santos).
- ALCÂNTARA, D. M. O sentido do tombamento. *Sphan/Pró-Memória*, Rio de Janeiro, n. 39, p. 17, jan./fev. 1988.
- ALCÂNTARA, D. M. 80 anos da Casa de Rui Barbosa como patrimônio cultural brasileiro. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IRZOXJ6Ong8&t=657s>. Acesso em: 29 ago. 2020.
- ANDRADE, A. L. D. *Um estado completo que pode jamais ter existido*. 1993. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 16 set. 2021.
- BRASIL. Projeto de Lei n. 2.396, de 5 de maio de 2020. Acrescenta e altera dispositivos do Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, e dá outras providências, para alterar o procedimento do instituto jurídico do tombamento. Autor da proposta: Fábio Luiz Schiochet Filho. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2251601>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CARSALADE, F. de L. *A pedra e o tempo: arquitetura como patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CURY, I. (org.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: Iphan, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo n. 662-T-62. Livro do tombo: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, n. inscr. 34, v. 1, f. 09, data: 08/06/1964.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo n. 1085-T-83. Livro de Tombo: Belas Artes: n. inscr. 551, v. 2, f. 03, data: 03/09/1985.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Mulheres que fazem o Patrimônio Cultural são destaque em campanha de redes sociais. Iphan, 2 mar. 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5583>. Acesso em: 16 set. 2021.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Perfil dos sócios titulares: Dora Monteiro e Silva de Alcântara. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/DMSAlcantara.html>. Acesso em: 16 set. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. O tombamento. Rio de Janeiro: Iphan, [s. d.]. (Folheto).

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Dicionário Iphan de patrimônio cultural*. Brasília: Iphan, [s. d.]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural>. Acesso em: 16 set. 2021.

KÜHL, B. M. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

KOOLHAAS, R. Cronocaos: manifesto from the 2010 Venice Biennale. *Log Magazine*, Chicago, n. 21, p. 119-123, 2011.

LOWENTHAL, D. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

RABELLO, S. O tombamento. In: REZENDE, M. B. et al. (org.). *Dicionário Iphan de patrimônio cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN, DAF, Copedoc, 2015.

STIPE, R. E. (org.). *A richer heritage: historic preservation in the twenty-first century*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003.


UIA2021-RIO. Disponível em: https://www.uia2020rio.archi/tema_pt.asp: Acesso em: 23 ago. 2020.

Uma arquitetura toda sua?

An architecture of one's own?

¿Una arquitectura propia?

Silvia Scoralich de Carvalho, arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ), mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (Proarq) da UFRJ, Docente na Universidade Estácio de Sá (Unesa).

E-mail: sscoralich@gmail.com  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2385-3028>

Para citar este artigo: CARVALHO, S. S. de. Uma arquitetura toda sua? *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 81-95, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n2p81-95

Submissão: 2020-08-31

Aceite: 2021-02-05

Resumo

A investigação histórica do patrimônio arquitetônico pode auxiliar na descoberta de nomes femininos relevantes e previamente ocultados. O objetivo inicial de documentação da sede da antiga fazenda colonial Magepe-Mirim (Magé/RJ) criou desdobramentos necessários sobre a investigação da proprietária durante o período colonial. Por meio de buscas documentais diversas, levantamento arquitetônico e referências de outras áreas, inicia-se a discussão sobre a necessidade da ampliação bibliográfica de pesquisas arquitetônicas. Auxiliado por questões ampliadas, percebe-se que o patrimônio cultural arquitetônico necessita ser um documento ativo para a produção contemporânea e não um documento a ser arquivado. Considerando, principalmente, a existência histórica da mulher como sujeito ativo e não bibliografias a serem enumeradas, percebe-se o caráter documental do patrimônio como auxiliar em novos capítulos da teoria e história arquitetônica.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Fazenda Magepe-Mirim; Feminismo; Teoria feminista.

Abstract

Historical investigation of architectural heritage can assist in the discovery of relevant and previously hidden female names. The initial documentation of the main house of the former colonial farm Magepe-Mirim (Magé/RJ) created necessary developments on the investigation of the owner during the colonial period. Through diverse documentary searches, architectural surveys and references from other areas, the discussion on the need for a bibliographic expansion of architectural research begins. Aided by expanded questions, it is clear that the architectural cultural heritage needs to be an active document for contemporary production and not a document to be archived. Considering, mainly, the historical existence of women as an active subject and not bibliographies to be listed, the documentary character of heritage is perceived as an aid in new chapters of architectural theory and history.

Keywords: Cultural heritage; Magepe-Mirim farm; Feminism; Feminist theory.

Resumen

La investigación histórica del patrimonio arquitectónico puede ayudar al descubrimiento de nombres femeninos relevantes y previamente ocultos. El objetivo de documentación de la sede de la antigua granja colonial Magepe-Mirim (Magé/RJ) generó desarrollos necesarios para que se investigara el propietario durante el periodo colonial. A través de diversas búsquedas documentales, estudios arquitectónicos y referencias de otras áreas, se inicia la discusión sobre la necesidad de una expansión bibliográfica de la investigación arquitectónica. Con la ayuda de cuestiones ampliadas, queda claro que el patrimonio cultural arquitectónico debe ser un documento activo para la producción contemporánea y no un documento para archivar. Considerando, principalmente, no las bibliografías a enumerar sino que la existencia histórica de la mujer como tema activo, el carácter documental del patrimonio se percibe como un refuerzo a nuevos capítulos de la teoría y la historia de la arquitectura.

Palabras clave: Patrimonio cultural; Granja Magepe-Mirim; Feminismo; Teoría feminista.

INTRODUÇÃO

A autora britânica Virginia Woolf (2014), em seu ensaio *Um teto todo seu*, da década de 1920, discorre sobre a dificuldade das mulheres em ter na escrita de ficção uma carreira. Dentre todos os levantamentos feitos, é recorrente o retorno à questão material como uma necessidade primária que resultaria na dedicação e produção exclusiva dos escritos. Em determinado momento, a autora afirma: “dê-lhe um espaço, um teto todo seu e quinhentas libras por ano, [...] e ela escreverá um livro melhor algum dia. Será uma poetisa [...] dentro de cem anos” (WOOLF, 2014, p. 134). Esse teto, traduzido por alguns como cômodo ou quarto, serve de percepção inicial sobre como um ambiente, um espaço e, por que não, uma arquitetura própria podem significar o princípio das condições necessárias para a produção feminina em diversas áreas e mesmo sua introdução como sujeito histórico independente.

Foi essa condição de sujeito histórico que suscitou os tópicos aqui discutidos dentro do campo arquitetônico com recorte de gênero. O estudo que segue faz parte das descobertas realizadas na pesquisa de mestrado da autora (CARVALHO, 2018). O objeto de estudo foi uma edificação-sede, ainda existente, da antiga fazenda colonial Magepe-Mirim em Magé, município da região metropolitana do Rio de Janeiro. A investigação foi realizada porque não existiam informações documentais suficientes para a proposta de restauro do objeto, apesar de se identificar a relevância da tipologia na caracterização de habitações rurais do antigo distrito federal, feita por Joaquim Cardozo (2009). A partir da investigação tipológica, seguimos para investigação em documentos menos relacionados à arquitetura e mais especificamente às questões históricas, e descobrimos que a proprietária do imóvel, Dona Joana de Barros, pode ser considerada parte da justificativa pertinente para a não documentação de sua história. O principal recorte aqui pretendido é a utilização da perspectiva feminista como esclarecedora de alguns motivos que ocasionaram a invisibilização dessa proprietária. Além disso, avaliam-se os seguintes aspectos: a fazenda colonial como possível teto todo seu e as possibilidades do bem edificado perante o discurso arquitetônico.

Por fim, ao longo da discussão, será considerado relevante o apontamento teórico feminista como caminho para se discutir uma alteração da realidade material das coisas. Entendemos como essencial o esclarecimento de qual conceito de práxis é aplicado ao considerarmos a perspectiva feminista como um caminho para essa alteração da realidade material, visto que isso ajudaria a ultrapassar o momento de nomeações e biografias. O caminho para se considerar a existência feminina relevante na formação profissional arquitetônica é adicionar essas sujeitas à bibliografia específica, como vem sendo feito em tantas outras áreas científicas, sempre de maneira crítica, especificando possíveis contribuições concretas e analisando possíveis caminhos infrutíferos. Ainda que as possíveis perdas documentais sobre o imóvel sejam permanentes e que o reconhecimento da proprietária seja de grande relevância para a história do município, o objetivo central é demonstrar que o patrimônio edificado se reafirma como objeto fundamentador da historiografia arquitetônica, exigindo uma ampliação das pesquisas a partir do reconhecimento da existência da mulher como parte da construção do espaço arquitetônico.

Convergências

Nos últimos anos, observamos um novo questionamento sobre a relação social entre o projeto arquitetônico do mundo profissional e o das universidades. Mas, na realidade do dia a dia, o arquiteto pouco questiona sobre os espaços existentes na habitação. Se esses espaços são capazes de suscitar sentimentos opressores, repressores ou de qualquer natureza negativa, por exemplo.

Uma das abordagens possíveis sobre esse fato é pensar nos discursos românticos sobre o que constitui um lar. Ao considerarmos, como exemplo pontual, o discurso romântico de John Ruskin (2008, p. 56-58) sobre habitação em *A lâmpada da memória*, notamos ainda como selecionamos parcialmente as referências no discurso patrimonial. Esse autor, no século XIX, definiu a casa como lar a partir do momento em que permite aos que ali habitam não apenas abrigo físico, mas também abrigo emocional, abrigo dos problemas, um local de paz que, se penetrado pelas hostilidades e problemas da sociedade, perde as propriedades que a poderiam definir como lar. Essa definição esclarece de maneira ampla quem teria o direito de ser abarcado como pertencente a esse lar. Ou seja, esse discurso não considera os fatores de pertencimento ou as relações mais íntimas dos demais habitantes dessas habitações que não sejam o sujeito dominante. Devemos considerar o tempo em que tais afirmativas foram escritas e o quanto, no contexto da época, o termo “homem”, utilizado pelo autor para se referir a uma coletividade, só abarca uma parcela dos sujeitos de sexo masculino como maioria relacional. Atualmente, cabe-nos questionar se esses grupos dominantes ainda se apresentam como maioria no campo da arquitetura. Caso a resposta seja positiva, realça que, raramente, possuem capacidade de discursar sobre o problema que não os aflige e, logo, acabam perpetuando preconceitos implícitos ao longo dos projetos, cujas características já foram há muito normalizadas.

Não cabe, neste momento, selecionar diversos autores que poderiam ser questionados nesse aspecto. Mas podemos citar a arquiteta Anete Araújo (2006), quando resume de maneira precisa que atualmente o sujeito passa a habitar a ideia de uma edificação, e não a edificação em si. E que seria possível ao arquiteto, por meio do conhecimento histórico crítico, vislumbrar novas possibilidades de construção espacial das habitações indo um pouco além, pois dificilmente um projeto não estará atrelado às ideologias de quem o constrói, demonstrando questões sociológicas e políticas através do espaço. Isso leva a um ponto importante perante o reconhecimento histórico da formação da habitação brasileira: a normalização do existente.

Disto isso, podemos retornar às narrativas sobre os interiores coloniais. Foi descrito por alguns autores¹ que esses interiores possuíam entre um de seus propósitos a reprodução da estrutura patriarcal vigente na época, o senhor da residência possuía controle sobre os primeiros e melhores cômodos, e os demais eram distribuídos de acordo com uma hierarquia. Os responsáveis pelos serviços

¹ Mendes, Veríssimo e Bittar (2010, p. 134) afirmam que “A distribuição dos aposentos garantia a privacidade do setor íntimo, destinado às mulheres [...]”. Sandra Koutsoukos (1994, p. 52) menciona “as famosas alcovas – cômodos sem janelas, com circulação de ar bastante deficiente, aonde [sic] muitas vezes dormiam (ou eram guardadas) as moças da casa [...]”. Segundo Gilberto Freyre (2013), “A proteção do interior da casa de cidade contra os excessos de luminosidade e de insolação direta foi grandemente exagerada no Brasil patriarcal, devido principalmente a preconceitos morais e sanitários da época e por imposição do regime social então dominante. Procurava-se a segregação da família contra uma série de inimigos exteriores [...]”.

seriam destinados às áreas menos nobres, sujeitas às intempéries e à insalubridade; e as mulheres, na maioria dos casos, eram relegadas ao isolamento e aos locais onde os estranhos não as poderiam alcançar.

Na maior parte dos casos, registram-se o local e a história da mulher branca de classes mais abastadas, classe social em que geralmente todos dependiam do homem, que detinha o poder econômico, social e cultural. Era essa mulher branca a viver em enclausuramento e vigiada, raramente vista fora de seu lar, sem costumes de passeios ou encontro com visitantes, sendo a responsabilidade sobre seu controle passada do pai ao marido ou tutor (SIQUEIRA; BANDEIRA; YANNOULAS, 1994, p. 153). Dentro desse ambiente de controle, a mulher também era dita como responsável por perpetuar os valores familiares, suas tradições e ensinamentos para que os objetos residenciais, até então escassos, fossem produzidos (bordados, costuras, por vezes receitas, entre outros) e mantidos. Todas as funções possíveis de se realizar dentro da residência caberiam a ela, desde ensinar os filhos a ler, quando o sabia, passando pela supervisão dos trabalhos dos escravos até obrigações religiosas.

Reconhecido tal fato, cabe uma digressão sobre a dissertação da presente autora (CARVALHO, 2018) cuja pesquisa teve como objetivo a inserção de uma edificação como arquitetura colonial tipológica específica, visando à sua preservação. Nas primeiras atitudes para a reconstituição física da edificação, houve uma tentativa de pesquisas na área patrimonial sobre a própria fazenda. Após se revelar uma pesquisa com poucos frutos, duas vertentes foram seguidas: levantamento arquitetônico *in loco*, para equiparação tipológica, e pesquisa em fontes históricas e documentais diversas, ressaltando a pesquisa no Arquivo Nacional, no Cartório de Imóveis e na Biblioteca Nacional.

A sede da antiga Fazenda Magepe-Mirim está localizada no município de Magé, região metropolitana do Rio de Janeiro. A edificação se assemelha aos exemplares de tipologia rural fluminense, identificados por Joaquim Cardozo (2009), não apenas por conta do estilo arquitetônico, mas também pela ausência de documentação em quantidade relevante e suficiente. O autor menciona que a documentação existente ocorre por vezes em circunstâncias ocasionais, com ausência de foco específico (CARDOZO, 2009, p. 80). Porém, como observado na Figura 1, sua tipologia se assemelha aos exemplares que muitas vezes são chamados “casas de fazenda”, mas que constituíam de casas de engenho (CARDOZO, 2009, p. 84), possibilitando-nos ampliar as fontes documentais onde a existência da fazenda poderia ser encontrada.²

As informações específicas encontradas sobre a edificação constam de registro em inventário do ano de 1984 da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem), no qual há uma pré-inserção na tipologia previamente mencionada. A sede é inserida na área de influência dos

² Fazendas com tipologias semelhantes com maior reconhecimento: Fazenda do Engenho d'Água (Jacarepaguá, Rio de Janeiro), Fazenda do Colubandê (São Gonçalo, Rio de Janeiro) e Fazenda do Engenho do Mato (Niterói, Rio de Janeiro).

Caminhos do Ouro pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) no ano de 2004.

Apesar de seu valor arquitetônico individual não ter sido discutido amplamente em esferas referentes ao patrimônio cultural, seu valor é reconhecido em nível municipal, sendo considerado um bem cultural tombado pela cidade em 2014, por meio de publicação no *Boletim Informativo Oficial* da prefeitura de Magé, n. 470, p. 9-11. Tal tombamento se torna essencial para a memória local porque, nas terras da propriedade, foi desenvolvido o primeiro distrito do município, graças à doação de terras para a implantação da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, conforme mencionado em 1820 por monsenhor Pizarro e Araújo (1945-1946, v. III, p. 152-153):

Para esse efeito doou D. Joana de Barros, viúva do Capitão Ignacio Francisco de Araújo, 50 braças de terra quadrada na paragem chamada Caminho Grande de sua Fazenda de Magépe Mirim, por Escritura celebrada na Nota [...] de 1747 à 1748 [...].



Figura 1: Fachada principal da edificação-sede onde observamos o corpo principal terminando em uma larga varanda, chamada alpendre, com colunas em alvenaria de tijolo muito bem construídas em estilo toscano. Ainda podemos ressaltar sua implantação direta no solo em área elevada e a moldura que os vãos do alpendre realizam em direção à cidade do Rio de Janeiro, sendo possível observarmos o morro do corcovado ao longe. Fonte: Carvalho (2018).

O relato possuía como intuito informar a metrópole sobre a colônia e acaba sendo essencial para localização da existência da propriedade no século XVIII, na então

Vila Magepe, Freguesia de N. S. da Piedade. Se esse foi o foco das pesquisas realizadas até o século XX, uma nova perspectiva também é capaz de chamar a atenção para o sujeito responsável pela doação de terras: D. Joana de Barros. Tal fato é irrelevante para os interesses anteriormente pretendidos, mas acaba por se tornar uma possibilidade entre tantas outras para a dificuldade de encontrar, até o momento, outras menções à fazenda. Os registros seguintes se dão por meio de documentos de cartório, pela compra e venda do imóvel, no ano de 1968.

A partir dessa pequena informação, questionamos se a relevância da proprietária se inseria apenas na doação de terras para a Igreja Católica. Foi então que encontramos registros dessa mulher como membro de família relevante no cenário do criptojudáimo do Rio de Janeiro, fato exposto mais detalhadamente a seguir, que se coloca como nova possibilidade de inserção da edificação na narrativa histórica da região.

A alteração de usos ocorrida ao longo dos anos na sede ocasiona modificações espaciais consideráveis que não foram registradas em cadastro arquitetônico.³ Levando em conta apenas sua posição na sociedade colonial como fundamentação para a recomposição de seu interior, utilizando os argumentos narrativos de um modelo familiar que desconsidera a possibilidade da existência de Dona Joana de Barros como proprietária, nada mais seria que reproduzir um discurso normalizado e impensado. Neste momento, chegamos à questão do silenciamento das fontes em relação ao papel da mulher nas ciências, artes e afins. Seja por não mencionar o papel das mulheres ou por mencionar e negligenciar sua presença, graças ao olhar coletivo treinado com a visão masculina racional-universalizante.

E nessa descrição espacial recorrente da casa colonial, perpetua-se o estereótipo do senhor de engenho; tratando de forma complacente o fato de que existiam senhoras de engenho (DEL PRIORE, 2008), mulheres donas dos engenhos e partidos, que são plantações de cana-de-açúcar sem a presença do engenho refinador. E ignora-se principalmente que a maior parte dessas mulheres eram cristãs-novas, afinal,

Segundo a lei portuguesa, as mulheres eram consideradas inferiores aos homens. Tinham que obedecer a seus pais, maridos e, eventualmente, seus filhos. [...] Apesar dessa situação [...] as cristãs-novas, ao lado de seus pais, maridos e filhos, desempenharam um papel ativo na sociedade fluminense. Mais da metade delas estava ligada à atividade agrícola, como donas de partido de cana, senhoras de engenho, ou como esposas, mães e filhas de senhores de engenho ou donos de partido e frequentemente administravam os engenhos e propriedades (GORENSTEIN, 2008, p. 117).

Diferentemente das mulheres portuguesas em Portugal e na colônia, analfabetas de maneira geral, mais da metade das cristãs-novas fluminenses eram alfabetizadas. Isso, obviamente, não vai afirmar que essas casas chefiadas por mulheres tenham uma espacialidade distinta. Mas possibilita a construção de

³ A edificação funcionou como unidade de saúde de 1968 até o fim dos anos 1990 (CARVALHO, 2018).

outros olhares e de outros lugares de fala que rompam com aquele ainda hegemônico no pensamento ocidental moderno, pois, além de inserir o silenciamento da história feminina, imposto pelo patriarcado, insere a narrativa conduzida por um Estado cristão. Graças ao conhecimento desse fato, quando foi feita uma leitura da fazenda e de seu entorno, algo que chamou a atenção: o fato de a rua frontal à fazenda, agora cortada pela BR-493, chamar-se Rua Dona Joaquina, uma maneira de inferir a importância dessa mulher na área. Isso levantou a necessidade de se questionar quem era Joana de Barros, além da viúva de um capitão que assinou uma doação de terra, numa sociedade em que mais da metade da população livre era composta por mulheres (DEL PRIORE, 2008, p. 64).

A partir daí, quando se investiga a proprietária, descobre-se que ela é filha de Ines Ayres, anciã que faleceu nos cárceres da Inquisição portuguesa, cuja rede familiar é reconhecida pela transmissão do criptojudáismo entre seus membros. Tal fato permite que se encontre o processo inquisitório de Joana de Barros,⁴ no qual ela relata ter sido ensinada na Lei de Moisés, afirmando-se como cristã-nova, e, como recompensa por ter se apresentado antes de ser denunciada, ela passou apenas três meses em cárcere (GORENSTEIN, 2008, p. 135). Ou seja, Joana de Barros se insere num contexto feminino ainda mais silenciado pela documentação existente, abrindo novos caminhos para investigação e reconhecimento de seu papel na história do município de Magé/RJ.

Esses fatos nos levam a questionar a proximidade da época do processo com a época da doação de terras, assim como o fato de a fazenda não possuir capela adjacente à edificação-sede, e sim apenas um singelo oratório. Abre-se um longo caminho de investigação sobre a história da fazenda a ser feito de forma mais enfática em conjunto com historiadores. Porém, mais que reconhecer uma mulher invisibilizada pela história, com o objetivo de reconhecimento biográfico ou como justificativa para a não documentação de um bem edificado, o exemplo aqui abre diversas frentes, como ressaltar a possibilidade de utilização da arquitetura como documento amplo, dando ênfase, mais uma vez, ao valor documental da obra.

Ao cunhar a restauração filológica, Camillo Boito (2002) aproxima os monumentos dos métodos da linguística, tornando possível a comparação da edificação a um texto, quando necessárias sua documentação e restauração, capaz de portar uma mensagem. No caso em questão, o valor de documento da obra permite um caráter documental que corrobora o que Patrícia Duarte Rangel e João Paulo Pereira do Amaral (2014, p. 3) afirmaram sobre a necessidade da perspectiva feminista no campo do patrimônio, abordando inicialmente o que chamam de “problema etimológico” ao definirem que “Pátria e patrimônio [...] referem-se etimologicamente ao poder patriarcal e ao que está sob seu domínio”. Questionar a origem não necessariamente traz a necessidade de alteração de termos, mas sim a inevitabilidade de reconhecer os referenciais e os impactos existentes ao longo de sua utilização e evolução de significados, alertando para o fato afirmado por Joan Scott (1990 *apud* RANGEL; AMARAL, 2004) sobre a existência de significado e história por trás de toda e qualquer ideia. Ou seja, a falta de

4 Instituto dos Arquivos Nacionais, Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa (IAN/TT/IL), Processo de Joana de Barros, n. 868 (GORENSTEIN, 2008).

questionamento a respeito do discurso que acompanha a espacialidade colonial se mantém na narrativa que não reconhece a mulher como sujeito, mesmo em casos atípicos.

Questionamentos teóricos futuros

O século XX apresenta um novo lugar na sociedade para a mulher de seu tempo. Embora a ideia da nova habitação moderna do século XX fosse possibilitar a libertação da mulher das funções domésticas, o que vimos foram modernizações e projetos que procurariam facilitar a vida feminina dentro do lar, ainda considerado um local de trabalho para a mulher que o habita, não importando que não fosse seu único local de trabalho. Visando alterar paradigmas socioculturais, busca-se uma teoria crítica feminista que insira o campo arquitetônico, pois

Uma das diretrizes importantes que a teoria crítica feminista evidencia é considerar a casa como um objeto concreto, constituído de espaços de vivências, individuais e coletivas, de construção de representações e de papéis sociais, que variam no tempo e no espaço, de experiências agradáveis e angustiantes, de alianças e de luta, de descanso e de trabalho, distanciando-se, portanto, de uma visão mais idealizada e romantizada da casa (ARAÚJO, 2006, p.17).

A teoria feminista também se vê necessária ao representar um ponto de vista não vindo do grupo dominante – o masculino. Ela possibilita o questionamento da invisibilização significativa das mulheres na atuação profissional em destaque da arquitetura, não apenas para afirmar o reconhecimento das mulheres que foram capazes de desafiar o *status quo* da profissão ou de tempos passados, mas também para enxergar o “discurso sexista, misógino e repressor, que pretende uma arquitetura que concilie livre e ousadamente o homem (e apenas o homem) e o seu ambiente” (ANTUNES, 2016, p. 70). A produção acadêmica, apesar do grande número de mulheres, ainda vislumbra diversas questões que perpetuam inconscientemente a influência masculina. Como posto por Guacira Lopes Louro (1997, p. 146),

Assumir a investigação feminista [...] supõe, na verdade, muito mais que um novo “recorte” nos estudos ou a iluminação de áreas ou aspectos até então escondidos ou secundarizados. Supõe revolucionar o modo consagrado de fazer ciência, aceitar o desconforto de ter certezas provisórias, inscrever no próprio processo de investigação a auto-crítica constante [...]. Está envolvida aqui – além da aproximação aos estudos e debates teórico-metodológicos –

a busca de uma nova disposição epistemológica e política, um novo modo de ser pesquisadora/pesquisador.

E, no campo patrimonial, uma nova forma de não recorrer a atitudes imediatistas em aspectos sociopolíticos, entre outros.

Questões adicionais: Colaboração Feminista e Práxis

Discutir o papel de arquitetas, urbanistas e *designers* não deve ser um debate neutro, mas sim um debate feminista, inclusive como agentes responsáveis por valoração do patrimônio histórico. E qualquer discussão que se diga feminista deve considerar primeiramente a teoria feminista e suas problemáticas. Isso significa compreender e reconhecer o movimento feminista não apenas como um posicionamento superficial que acredita na igualdade entre os sexos, mas também como um movimento teórico-prático que pode se aliar a correntes de pensamentos. Essa aliança ajuda a compreender as abordagens pretendidas para superação do domínio masculino, podendo ser utilizadas nos mais diversos campos, de modo a colaborar para a não reprodução de conquistas que possam ser rapidamente eliminadas ou armadilhas reformistas.

Não seria possível, no presente artigo, definirmos em detalhes o que se consideram vertentes dentro do feminismo ou as abordagens da teoria feminista como um todo.⁵ Porém, podemos afirmar que a definição da mulher como “o outro”, derivado do masculino, deve ser considerado ponto de partida para identificar sua desconsideração como sujeito. É nessa definição do sujeito outro que se identificam mulheres invisibilizadas por qualquer figura masculina dominante no campo das decisões.

Ao afirmar que o feminismo deve ser considerado como fundamentação teórica, é para evitar seu posicionamento meramente como discurso sobre a limitação da independência e da sexualidade da mulher ou uma identificação de personalidades. Da mesma forma, na discussão teórica, seria necessário um trabalho de compreensão sobre a apropriação feminista do pensamento e da metodologia feministas.

A não generalização é essencial para que qualquer campo de estudo se defina como feminista. A convergência de feminismo, teoria, metodologia e prática colaboraria na elaboração de um discurso localizado no espaço tempo, capaz de construir resultados pertinentes dentro do campo que se propõe, no local em que se propõe. Considerando o campo patrimonial, pertinente à discussão, sabemos que é um campo teórico aliado à práxis. Essa necessidade da materialização faz com que seja pertinente a discussão de qual conceito de práxis se pretende, ao afirmar que a teoria feminista na arquitetura é um campo de debate e aplicação teórico-prático.

Não existe um contexto único de aplicação do termo práxis. Autores como Gramsci, Marx e Engels compreendem a práxis como a atividade material do

⁵ Ana Gabriela Godinho Lima (2004), em sua tese *Revendo a história da arquitetura: uma perspectiva feminista*, aborda as ondas feministas e as fases dos estudos feministas de arquitetura. Leitura complementar sugerida para melhor contextualização do tema.

sujeito social, e não apenas como uma atividade prática, sendo por meio da práxis que o sujeito é capaz de transformar o meio e a si mesmo. Segundo a socióloga Sabrina Fernandes (2019), “a práxis revolucionária, práxis na totalidade política, também tem a ver com a erradicação da separação entre as formas de conduta prática e teóricas”. Essa visão da práxis como força política é compartilhada por Gramsci e Paulo Freire, quando não separam a teoria da prática, mas sim utilizam uma como complemento da outra, unindo-as dialeticamente e reconhecendo as transformações das condições materiais, sem negar o apanhado teórico necessário para tal. Ou seja, compreender revoluções filosoficamente seria uma forma de realizá-las eliminando o máximo possível de contradições intelectuais e atividades práticas (FERNANDES, 2019).

Compreendemos então que, para a produção de um novo exercício profissional que reconheça e valorize seus membros femininos, é necessário compreender a práxis “não simplesmente como prática dentro da dialética, mas como a unidade dialética da teoria e prática” (FERNANDES, 2019), constituindo uma atividade prático-crítica. Não é apenas por meio da apreciação de mulheres que desafiaram o *status quo* que será possível superá-lo, mas sim por meio da construção cognitiva de uma superação, alinhando a consciência prática à teórica a fim de mudar a realidade. A maneira mais concreta de se realizar isso é por meio de um trabalho educacional que confronte as hegemonias e tenha caráter crítico e questionador. Esse questionamento se inicia pelo da historiografia arquitetônica.

Logo, quando se observam os trabalhos recorrentes de visibilização, deve-se questionar como utilizá-los como ferramenta de aut capacitação para atender ao desejo coletivo de mudança. Isso remete ao que é discutido por Paulo Freire (1987) em *Pedagogia do oprimido*, quando diz que a mudança acontece a partir da reflexão e ação dos sujeitos sobre o mundo, visando transformá-lo. Esse processo se dá em dois momentos: quando os oprimidos desvelam o mundo da opressão e se comprometem com sua transformação, e quando a realidade opressora é transformada (FREIRE, 1987, p. 41), ou seja,

A práxis se constitui a razão nova da consciência oprimida e que a revolução, que inaugura o momento histórico desta razão, não pode encontrar viabilidade fora dos níveis de consciência oprimida (FREIRE, 1987, p. 53).

Concluimos que a melhor abordagem para a construção de uma nova classe de arquitetos e urbanistas ocorre por meio da formação. Como se trata de uma construção que necessita de leituras críticas, investigação prática e diálogo entre academia e prática profissional, utilizar o feminismo para uma base educacional requer compreender que ele não é apenas uma ferramenta, mas também uma perspectiva e um enfoque epistemológicos.

ABORDAGENS OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do caso da Fazenda Magepe-Mirim, conclui-se que ainda é necessário, dentro da arquitetura, o aumento das argumentações que visem questionar o machismo e sexismo reproduzidos pelo discurso ideológico do passado,

considerado aqui uma reprodução impensada e omissa em parte de sua bibliografia. Essa bibliografia desconsidera a existência de modelos familiares diferentes ou mesmo atenta ao longo de seus parágrafos sobre qual classe social se discute, ou sob qual tipo de poder esse Estado se encontrava. E, por mais que possa parecer redundante o fato já incluído no senso comum, as escolas de arquitetura e os discursos patrimoniais não apresentam atualização multidisciplinar ou bibliografia adequada para alguns questionamentos recorrentes no campo das ciências sociais e da história. Como foi posto por Ana Gabriela Godinho Lima (2004, p. 112),

[...] um texto que aparenta ser neutro do ponto de vista da distinção de gêneros, na verdade, pode estar carregado de distinções muito claras quanto à disposição das mulheres e dos homens no campo profissional. Este é um aspecto importante ao revermos a História da Arquitetura, uma vez que, ao longo de seus anos de formação, a aluna de graduação em arquitetura será convidada a ler dezenas de textos que, pouco a pouco, constituirão o universo de referências e possibilidades de seu mundo profissional. Não devemos subestimar a interferência dessas leituras na formação das mentes das estudantes.

Ou seja, é importante ressaltar que o ambiente construído é moldado com ideias predefinidas sobre gênero, raça e sexualidade. Afirmar isso não é suficiente para superar o quão negligentes os estudos em arquitetura e urbanismo têm sido no que diz respeito às questões das mulheres. Corrigir essa negligência parte da construção curricular que não se assume neutra, pois a ideologia da classe dominante perpassa as ideias dominantes.

É necessário compreender a “indissolubilidade da ação e da significação” (EAGLETON, 1997, p. 73), ou seja, quando é proposto o questionamento histórico da mulher ante o exercício profissional e como sujeito na arquitetura e no urbanismo, é essencial o complemento teórico sobre onde essa situação pretende chegar e a quem pretende atingir.

A filósofa mexicana Eli Bartra (2017, p. 82-83), pioneira na investigação da relação entre mulheres e arte popular, ressalta que, ao ensinar a disciplina estética com cunho feminista, passa a considerar os contextos tanto quanto as obras de arte. Então, para a criação de uma disciplina feminista dentro do currículo arquitetônico, seria necessária a inclusão curricular de uma série de elementos capazes de contextualizar essa abordagem. No caso da Fazenda Magepe-Mirim, por exemplo, apenas com uma abordagem feminista classista seria esclarecido quais mulheres tiveram a oportunidade de ter posturas diferenciadas na sociedade colonial. E, em sequência, realizar uma pesquisa mais ampla, com os aparatos teóricos necessários, para a investigação espacial de um conjunto de edificações coloniais administradas por mulheres, principalmente engenhos da região fluminense, apresentados por Mary Del Priore (2008) inicialmente em seu artigo “Mulheres de açúcar: vida cotidiana de senhoras de engenho e trabalhadoras da cana no Rio de Janeiro, entre a Colônia e o Império”.

Uma ementa efetiva para discussão dentro do campo acadêmico brasileiro, nas primeiras fases de formação discente, deveria ser composta por uma breve

introdução à teoria feminista (dentro e fora da arquitetura), a historiografia de direitos femininos, definindo a linha temporal a partir do princípio de nossa colonização. Explorar os arredores dos assentamentos coloniais, os espaços internos e externos sem generalizações, nas esferas rurais e urbanas, poderia ser um interessante primeiro passo. O entrelaçamento das descrições espaciais e construídas com material literário resultaria em novos vocabulários e materiais didáticos. Ao longo do curso, seria ideal a abordagem de tópicos como o confinamento doméstico, esferas públicas e privadas, a espacialidade descrita nas utopias feministas e a evolução do espaço feminino com reflexos na literatura, de modo a acoplar um novo tipo de material para uma nova construção profissional e romper com referências ditas intocáveis desde os séculos passados.

Por fim, a discussão aqui pretendida se coloca como um argumento, entre tantos possíveis, para o protagonismo do patrimônio cultural perante as questões feministas necessárias para uma reescrita da história, da historiografia e do currículo arquitetônico. Retomando o título deste artigo e seu primeiro parágrafo, apenas por meio dessas considerações amplas seria possível afirmar e explicar uma arquitetura que não considera a mulher “o outro”, que não apenas cria recortes e justificativas que não vão ao cerne da produção arquitetônica. Mas sim iniciar a preparação de uma produção que considera mulheres sujeitas históricas para finalmente termos a opção de uma arquitetura à qual pertença.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, L. P. S. G. Questões de gênero em arquitetura: história(s), espaço(s) e experiências profissionais e arquitetônicas. *ex aequo*, n. 33, p. 67-81, 2016.
- ARAÚJO, A. R. C. de. Estudos de gênero em arquitetura: um novo referencial teórico para a reflexão crítica sobre o espaço residencial. *Cadernos PPG-AU/UFBA*, Salvador, v. 5, n. 1, p. 11-22, 2006.
- BARTRA, E. Estudios feministas, arte popular y educación popular. *In: MACHADO, R. de C. F.; CASTRO, A. M. (org.). Educação popular em debate*. Jundiaí: Paco, 2017.
- BOITO, C. *Os restauradores*. Tradução de Paulo e Beatriz M. Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- CARDOZO, J. Um tipo de casa rural do Distrito Federal e estado do Rio. *In: CARDOZO, J. Forma estática – forma estética*. Brasília: Edições Câmara, 2009. p. 77-104.

- CARVALHO, S. S. de. *Centro de Memória Magepe-Mirim: reabilitação de antiga fazenda colonial em Magé/RJ*. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- DEL PRIORE, M. Mulheres de açúcar: vida cotidiana de senhoras de engenho e trabalhadoras da cana no Rio de Janeiro, entre a Colônia e o Império. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 169, n. 438, p. 57-90, jan./mar. 2008.
- EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- FERNANDES, S. *Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2013.
- FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. *Inventário dos bens culturais do município de Magé*. Rio de Janeiro: Fundrem, 1984.
- GORENSTEIN, L. O criptojudáismo feminino no Rio de Janeiro (séculos XVII e XVIII). *Projeto História*, São Paulo, n. 37, p. 115-138, dez. 2008.
- KOUTSOUKOS, S. S. M. *A casa e a "trastaria": história e iconografia de interiores de moradias da cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*. 1994. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- LIMA, A. G. G. *Reverendo a história da arquitetura: uma perspectiva feminista*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MENDES, F. R.; VERÍSSIMO, F.; BITTAR, W. *Arquitetura no Brasil: de Cabral a Dom João VI*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2010.
- PIZARRO E ARAÚJO, J. de S. A. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-1946. 11 v. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182898>. Acesso em: dez. 2016.

RANGEL, P. D.; AMARAL, J. P. P. do. Reflexões críticas sobre o campo patrimonial a partir de uma perspectiva feminista e decolonial. *In: Genealogías críticas de la colonialidad*. Buenos Aires: Clacso – Programa Sur Global, Idaes, Unsam, 2014.

RUSKIN, J. *A lâmpada da memória*. Tradução Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SIQUEIRA, D.; BANDEIRA, L.; YANNOULAS, S. Resenha: ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidade no Brasil colônia. *Textos de História*, v. 2, n. 3, p. 148-157, 1994.


WOOLF, V. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

Arquitetas em nome do pai, do filho e do marido

Architects in the name of the father, the son and the husband

Arquitectas en nombre del padre, del hijo y del marido

Andréa Halász Gáti, doutora em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe).

E-mail: andrea.gati@ufpe.br  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1858-0037>

Para citar este artigo: GATI, A. H. Arquitetas em nome do pai, do filho e do marido. *Cadernos de Pós-Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 96-106, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n2p96-106

Submissão: 2020-08-31

Aceite: 2021-02-05

Resumo

O somatório de bens materiais e renda, escolarização, relações sociais e *status* configura poder e privilégio, isto é, distinção. A teoria de Pierre Bourdieu é ratificada e atualizada pela antropóloga Mariza Corrêa (2003) que discorre sobre a distinção obtida por meio do sobrenome distinto, muitas vezes herdado do pai ou do marido, quando adquirido por conta do casamento, refletindo em benefícios ou prejuízos gerados a partir do renome ou da renomeação. Sabendo-se que, durante muito tempo, a arquitetura foi um campo majoritariamente masculino, apresentamos, por meio de estudo de caso, uma análise da contribuição masculina familiar na inserção e no reconhecimento profissional, complementada pela intervenção dos mestres na formação acadêmica. Analisamos a trajetória da arquiteta pernambucana Myriam

Pessoa de Melo para verificar de que forma sua carreira profissional foi influenciada ou até mesmo direcionada pelo pai, filho, marido e pelos professores.

Palavras-chave: Myriam Pessoa de Melo; Arquitetura moderna; Gênero.

Abstract

The sum of material goods and income, schooling, social relations and status constitute power and privilege, that is, distinction. Pierre Bourdieu's theory is ratified and updated by anthropologist Mariza Corrêa (2003) who discusses the distinction obtained through the distinguished surname, often inherited from the father, or the husband, when acquired through marriage, reflecting on benefits or losses generated by this renaming. Knowing architecture as for a long time mostly a male field, we present, through the case study, an analysis of the family male contribution in the insertion and professional recognition, complemented by the intervention of the masters in academic formation. This paper has analyzed the trajectory of Pernambuco architect Myriam Pessoa de Melo to see how her professional career was influenced or even directed by her father, son, husband and teachers.

Keywords: Myriam Pessoa de Melo; Modern architecture; Gender.

Resumen

La suma de bienes materiales e ingresos, escolaridad, relaciones sociales y estatus constituye poder y privilegio, es decir, distinción. La teoría de Pierre Bourdieu es ratificada y actualizada por la antropóloga Mariza Corrêa (2003) quien discute la distinción obtenida a través del apellido distinguido, muchas veces heredado del padre, o del marido, cuando se adquiere por matrimonio, reflexionando sobre los beneficios o pérdidas generados por el cambio de nombre. Conociendo la arquitectura desde hace mucho tiempo como un campo mayoritariamente masculino, presentamos, a través de un estudio de caso, un análisis del aporte familiar masculino en la inserción y reconocimiento profesional, complementado con la intervención del máster en formación académica. Analizamos la trayectoria de la arquitecta de Pernambuco Myriam Pessoa de Melo para ver cómo su carrera profesional fue influenciada o incluso dirigida por su padre, hijo, esposo y maestros.

Palabras clave: Myriam Pessoa de Melo; Arquitetura moderna; Gênero.

INTRODUÇÃO

A pesquisa acerca da participação das mulheres no campo da arquitetura muitas vezes se utiliza das teorias de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, sobretudo aquelas contidas nas publicações *História da sexualidade* (2017) e *A dominação masculina* (2014), respectivamente. Para tratarmos da inserção no campo profissional e do reconhecimento do trabalho das arquitetas, devido, entre outros aspectos, às questões relacionadas às relações familiares, especialmente entre as mulheres e seus pais, maridos e, em alguns casos, seus próprios filhos, optamos por inserir o aporte complementar de Gwendolyn Wright (2000), Mariza Corrêa (2003) e Beatriz Colomina (2010), além do próprio relato de uma das arquitetas em estudo e de alguns de seus pares.

Considerando o período acadêmico como ponto de grande importância na trajetória de qualquer profissional, faz-se necessária uma investigação adicional nesse ambiente para somar aos aspectos domésticos abordados neste estudo.

Destacamos, como ponto de partida, uma citação do sociólogo francês Michel Foucault (2017, p. 94, no capítulo intitulado “Eu e os outros”, de *História da Sexualidade*, no qual discorre sobre o papel matrimonial afirmando que na Grécia antiga “a mulher ao se casar tinha a transferência para o marido da tutela exercida até então pelo pai”.

Pierre Bourdieu (2007) também nos indica importante chave das relações sociais e familiares em *A distinção*. Segundo o sociólogo francês: “toda estrutura social é um sistema hierarquizado de poder e privilégio, que advém da soma de capitais por ele denominados: capital econômico, cultural, social e simbólico” (BOURDIEU *apud* SETTON, 2010), ou seja, do somatório de bens materiais, escolarização, relações sociais e *status*. A afirmação de Bourdieu é ratificada e atualizada pela antropóloga Mariza Corrêa (2003) que discorre sobre a diferença obtida por meio do sobrenome “distinto” muitas vezes herdado do pai ou adquirido por conta do casamento.

Na introdução da sua obra *Antropólogas e antropologia*, Mariza Corrêa (2003) denuncia a dificuldade de localizar Dina Lévi-Strauss, cujo sobrenome incorporado do seu ilustre marido Claude Lévi-Strauss acarretou o seu tratamento público de “a mulher de Lévi-Strauss” ou como parte do “casal Lévi-Strauss”. A autora apresenta um sem-número de nomes de pesquisadoras que aparecem como “a esposa de...”, pois todas adotaram o sobrenome do marido, fato que dificulta o acesso às trajetórias pelo próprio nome de solteira, nome de estudante.

A partir dessa constatação, a autora lança o conceito de “notoriedade retrospectiva” que apresenta a noção de renome, do verbo renomear, ser nomeada novamente. Para Corrêa (2003), o novo nome adquirido a partir de um certo momento, como o casamento, pode iluminar a vida inteira de um personagem. No caso exemplificado, a notoriedade de Claude Lévi-Strauss iluminou e, ao mesmo tempo, obscureceu a biografia de Dina Dreyfus (Lévi-Strauss).

Renome também significa “excesso de prestígio; boa reputação que resulta de ações e qualidades incomuns; fama”. Dessa forma, as esposas renomeadas por

meio do casamento muitas vezes herdavam a boa reputação que o renomado sobrenome do marido carregava, contudo, “ao serem renomeadas, essas mulheres tornam-se então esposas em primeiro lugar – e são assim também consideradas” (CORRÊA, 2003).

Conforme pontua a autora, no início do século XX, era raro uma mulher pesquisadora em busca de renome, de reconhecimento acadêmico. O mais frequente era se considerar uma “pesquisadora-esposa” ou “uma esposa-assistente” (CORRÊA, 2003). Vale destacar a análise feita pela autora no que diz respeito às possibilidades de atuação e de conseqüente reconhecimento profissional das mulheres nesse campo, o que se dava de duas formas: 1. parcerias com os maridos e 2. herança do renome do pai. Ou seja, a figura masculina pautava as carreiras femininas por meio do nome ou renome.

Sabe-se que, durante anos, o campo da arquitetura foi uma área de formação e atuação majoritariamente masculina. Ao estudarmos as trajetórias de algumas arquitetas, constatamos a importância do incentivo paterno para que suas filhas ingressassem no ensino superior. Outro dado verificado é que muitas arquitetas se casaram com colegas de faculdade, o que tornou a vida profissional delas um campo de interseção entre o doméstico e o público.

Selecionamos a arquiteta pernambucana Myriam Pessôa de Melo (1938), mãe dos arquitetos Flávia Pessôa de Melo e Ricardo Pessoa de Melo, e casada, durante 47 anos, com Vital Pessôa de Melo (1936-2010), representante do *star-system* da arquitetura moderna pernambucana, atuantes no Recife a partir da década de 1960.

De Myriam Cordeiro a Myriam Pessôa de Melo

Myriam Cordeiro foi uma menina branca da classe média, que nasceu e cresceu no Recife, morou em bairros privilegiados e frequentou as melhores escolas da cidade. Recebeu grande incentivo paterno para os estudos, nos quais sempre se destacou como excelente aluna.

Ingressou na Faculdade de Arquitetura do Recife em 1957 e formou-se em 1961, assim como seu marido Vital Pessôa de Melo. Eles se conheceram desde o cursinho preparatório para o vestibular em 1956. Aprovados no ano seguinte, estudaram juntos durante os cinco anos da graduação, sendo Myriam uma das quatro mulheres da sua turma.

A Faculdade de Arquitetura do Recife, desde a sua fundação, admitiu a entrada de mulheres, talvez por sua gênese na Escola de Belas Artes de Pernambuco (Ebat) (1932), associada aos cursos de pintura e escultura, aos fazeres artísticos, nos quais o ingresso feminino já seria considerado natural, o que poderia, portanto, indicar uma predominância de mulheres. Apesar disso, a sociedade local não incentivava as moças a cursar arquitetura, pois entendia-se como uma área de perfil masculino, para “habilidades masculinas”, de modo que, por muito tempo, recomendou-se que elas frequentassem cursos como Magistério ou Enfermagem. Acredita-se que o curso de Arquitetura era bastante procurado pelos homens por

sua forte ligação com a construção civil, inclusive com professores ligados aos cursos de Engenharia.

Entretanto, segundo a arquiteta entrevistada, a recomendação explícita da sociedade da época era para que elas se dedicassem a arranjar um bom casamento. Todavia, Myriam ressalta o apoio paterno como fundamental para ultrapassar as primeiras barreiras sociais a serem enfrentadas por ela que queria estudar, especialmente arquitetura, dado o desconforto pelo qual passaria, tendo em vista que, no caso do curso de Arquitetura, era comum a presença de apenas uma ou duas estudantes (PESSÔA DE MELO, 2016).

Conforme o acesso formal à educação superior não se apresentava como um obstáculo intransponível, pelo menos àquelas para aquelas mulheres pertencentes à elite cultural e econômica da região, o ambiente da faculdade, silenciosamente, diferenciava a presença das mulheres, o que era percebido através de pelas condutas de professores e alunos, pela ausência de docentes do sexo feminino, pela falta de exemplos de arquitetas bem-sucedidas na profissão, entre outros aspectos.

De fato, segundo depoimentos recorrentes, não tão silenciosamente, o arquiteto e professor Delfim Amorim, um dos grandes “mestres” da arquitetura local, tanto no âmbito acadêmico como na atuação como projetista, repercutia padrões que reproduziam uma imagem estereotipada sobre a presença das mulheres aspirantes a arquitetas. Ainda que de forma recreativa, reduzia suas presenças no curso de Arquitetura à convenção social do casamento, afirmando que “as moças só procuravam o curso de Arquitetura para arranjar marido”, dado que o curso era predominantemente masculino.

Como se sabe, durante muito tempo, reproduziu-se a ideia de que a arquitetura era um dom nato, um talento, em especial conferido aos homens. Talvez, por isso, o professor Delfim Amorim se utilizasse da anedota “Mulher para fazer arquitetura tem que ter bigode”¹ para explicitar e reforçar os preconceitos acerca da arquitetura como uma profissão masculina.

Contextualizando no tempo e no espaço da sociedade patriarcal vigente no Recife e ainda em razão da relação hierárquica entre professor e aluno, não se contestava a fala de Amorim. O juízo de valor do comportamento, comum à época, não era objetivado, mas, ao contrário, até naturalizado socialmente por meio do artifício das piadas ou brincadeiras que contribuía para embaçar a realidade do preconceito e a gravidade das discriminações praticadas e vivenciadas no ensino e na profissão. Observe-se que o humor era utilizado como um componente para encobrir a hostilidade, hipótese apresentada no recente livro *Racismo recreativo*, de Adilson Moreira (2019). As falas de Amorim verdadeiramente causaram efeitos no comportamento e na formação das estudantes, tal como verificado nas entrevistas, colaborando para perpetuar sua marginalização.

Certamente, o professor Delfim Amorim não era o único a pensar assim, mas, dentre as arquitetas entrevistadas, nenhuma citou qualquer outro professor que as constrangesse. Não se pretende personalizar o perfil social machista de uma

¹ O artefato denominado “bigode” era uma escova usada constantemente pelos estudantes para limpar os papéis de desenhos.

época na figura de um único professor, mas a ilustração do caso específico, centralizado na figura de Prof. Delfim, é essencial para a compreensão do ambiente de formação das arquitetas e de suas repercussões nas trajetórias acadêmica e profissional das alunas, especialmente por se tratar de um professor da área de projeto arquitetônico, figura medular na formação em arquitetura.

Curiosamente, quando perguntamos aos entrevistados homens, arquitetos e ex-professores, sobre a conduta do Prof. Amorim, eles foram unânimes em atenuar os recorrentes comentários preconceituosos, como se se tratasse de “uma brincadeira, na verdade, uma ‘estratégia’ para estimular as mulheres a provar o contrário, e projetar com a ‘garra masculina’” (SANTANA, 2018), o que de fato, acaba por colocá-los na mesma posição de preconceito e discriminação a respeito da presença e do talento das mulheres na Faculdade de Arquitetura.

Delfim Amorim lecionava “Pequenas Composições”. Como a disciplina era o primeiro contato no curso com o projeto arquitetônico, podemos supor que a trajetória das alunas como projetistas poderia estar de alguma forma comprometida desde o início de seus estudos. Note-se que, tradicionalmente e no Brasil pelo menos até os anos 1970, o projeto de edificações era pensado como espinha dorsal dos cursos de Arquitetura, e o trabalho do arquiteto era especialmente associado e distinguido por seu talento ou sucesso como projetista. As dúvidas e resistências dos meios acadêmico e profissional, de professores e colegas homens, quanto às suas condições de paridade no pleno acesso à carreira, talvez tenham direcionado as escolhas das estudantes mulheres para campos satélites do projeto, como o paisagismo, o desenho de interiores e o *design* ou detalhamento de mobiliário, áreas de atuação nas quais a presença feminina se mostrou preponderante. As disciplinas de projeto denominadas “Pequenas Composições” e “Grandes Composições” – designações herdadas da matriz tradicional da Ebaop – eram o eixo do curso, consideradas como a parte mais preciosa da formação para o fazer arquitetônico, e foram ministradas durante quase 40 anos apenas por arquitetos homens (GÁTI, 2017).

Dessa forma, muito embora Myriam tenha sido estimulada no ambiente doméstico a estudar e tido acesso garantido pelos privilégios relatados, encontrou um ambiente acadêmico preconceituoso. Segundo Myriam, os impactos causados por esse ambiente preconceituoso a afetaram a ponto de evitar seu comportamento natural, exemplificando que, quando, a partir do segundo ano do curso, iniciou o namoro com Vital, evitava qualquer demonstração pública do relacionamento nos corredores da faculdade por causa dos comentários do referido professor.

Myriam Cordeiro destaca ainda que as mulheres, além de serem raridade no curso, estavam em desvantagem também na avaliação dos trabalhos das disciplinas (PESSÔA DE MELO, 2016). O curso de Arquitetura era dado em período integral, os trabalhos de projetos só podiam ser feitos na faculdade, e não era permitido levar o trabalho para desenvolver em casa. Dessa forma, os alunos, quando solicitados para um trabalho de projeto, podiam ficar na faculdade até tarde da noite, inclusive pernoitar na universidade, fato impensável para as estudantes da época, pois “moças de família” deveriam estar de volta à casa antes do anoitecer. Portanto, segundo Myriam Cordeiro, elas tinham que se desdobrar

para que pudessem chegar ao nível de desenvolvimento dos rapazes, já que seriam avaliadas da mesma maneira.

Myriam Cordeiro e Vital Pessôa de Melo casaram-se em 1963 (Figura 1), e, a partir de então, ela adotou o sobrenome do marido e sócio com quem sempre trabalhou, passando a usar profissionalmente o nome Myriam Pessôa de Melo.



Figura 1: Casamento de Myriam Cordeiro com Vital Pessôa de Melo em 1963. Fonte: Acervo da arquiteta Myriam Cordeiro.

A dissertação de mestrado da arquiteta Clara Reynaldo (2013), intitulada *A arquitetura de Vital Pessôa de Melo*, foi acessada de forma complementar. Encontram-se em duas passagens, referência ao nome de Myriam Cordeiro, que mereceram destaque. Primeiramente:

Além dos seus filhos Ricardo e Flávia que vieram a se juntar ao escritório, Vital contou com a *ajuda constante de Myriam*, sua colega de turma no curso de arquitetura com quem veio a se casar em 1963 e com quem *trabalhou lado a lado* no escritório até o final da sua vida (REYNALDO, 2013, p. 133, grifos nossos).

No excerto, percebe-se a ideia de coadjuvante, aquela que “ajudou” o marido, mesmo tendo “trabalhado lado a lado no escritório até o final da sua vida”. Essa citação nos remete ao texto no qual Beatriz Colomina (2010) identifica a relação estabelecida na parceria por meio dos conectivos “e” ou “com”, nos quais o uso do “e” estabelece uma relação de equidade, enquanto o “com” estabelece uma hierarquia.

Na metodologia de trabalho do escritório de ambos, cabia a Vital Pessôa de Melo conduzir as ideias iniciais da concepção do projeto arquitetônico. Essa etapa projetual define o partido arquitetônico, e todas as etapas subsequentes se vinculam a ela. Pode-se dizer que, nessa etapa, o papel de “gênio criador” se constitui. Myriam Cordeiro acabou se especializando na etapa dos *detalhes construtivos dos projetos*. Com seus papéis definidos, trabalharam em harmonia durante mais de 50 anos, até o falecimento de Vital Pessôa de Melo, em 2010.

A página segue com apenas uma citação ao nome de Myriam Cordeiro:

Em conjunto *com sua esposa, Myriam*, estabeleceu escritório e foi responsável por criar obras de grande representatividade na arquitetura pernambucana, podendo-se citar a Residência Emir Glasner, o Edifício Sahara, o Edifício Jean Mermoz e a CELPE (em parceria com o também professor arquiteto Reginaldo Esteves) (REYNALDO, 2013, p. 133, grifo nosso).

O nome da sócia-esposa aparece sem o sobrenome, no entanto um outro parceiro profissional é citado no mesmo parágrafo com a titulação e o sobrenome.

Essas abordagens contribuíram para que o nome de Myriam Cordeiro não tivesse o merecido reconhecimento social como o do marido. Contudo, sem dúvida alguma, seu trabalho e mérito profissional foram amplamente reconhecidos pela equipe e pelos clientes do escritório.

Apesar desse reconhecimento circunscrito, há um fato que chama a atenção, configurado como um lapso, que indica uma “violência simbólica”, sem a intenção de diminuir a importância da arquiteta, mas que contribuiu para a distinção de Vital Pessôa de Melo em relação a Myriam Cordeiro, cujo nome nunca atingiu a mesma notoriedade do nome do marido. Esse fato se confirma na citação da referida dissertação, em sua segunda passagem:

[...] como colaboradores e sócios, Vital teve a mulher, *Myriam Cordeiro Pessôa de Melo*, e os filhos Flávia Pessôa de Melo e Ricardo Pessôa de Melo. Em virtude desta sociedade o escritório passou a se chamar *VRF Arquitetos* no ano de 2003 (REYNALDO, 2013, p.134, grifos nossos).

Apesar de Myriam Cordeiro ser sócia do escritório desde a sua fundação, o VRF tinha apenas as iniciais de Vital, Ricardo e Flávia. Tal situação perdurou até a morte de Vital Pessôa de Melo, em 2010, quando foi necessário alterar o estatuto do escritório. O filho, que aqui aparece como protagonista no papel de dirimir a omissão perpetuada por tantos anos, aproveitou a oportunidade para acrescentar o “M” ao nome do escritório (Figura 2). Significativo simbolicamente, o nome de Myriam Cordeiro só aparece com a morte do marido (PESSÔA DE MELO, 2016).

Segundo Myriam Cordeiro, ter sido esposa-sócia de Vital Pessôa de Melo lhe acrescentou muito profissionalmente, chegando a afirmar que, se não fosse pelo marido, não teria continuado no exercício da arquitetura, pois Vital foi muito importante para o crescimento dela como arquiteta. Questionada sobre seu

sombreamento na história da arquitetura pernambucana, Myriam Cordeiro respondeu com genuinidade: “Posso me considerar muito feliz, dentre as raras mulheres no curso de Arquitetura, ou melhor, no ensino superior, eu fiz o curso que sempre sonhei, e exerci minha profissão de formação, isso já foi muito para uma mulher naquela época” (PESSÔA DE MELO, 2016).

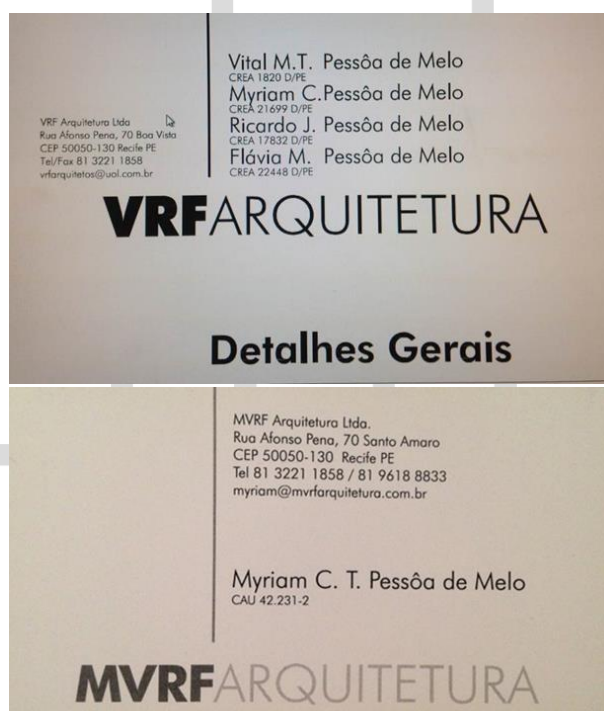


Figura 2: Logomarcas do escritório de arquitetura Vital Pessôa de Melo. Fonte: Acervo da arquiteta Myriam Cordeiro.

ATRÁS DE UM GRANDE HOMEM, HÁ SEMPRE UMA GRANDE MULHER...

Assim diz o ditado popular. Nosso estudo não propõe a inversão dessa máxima que por si só caiu em desuso, mas que por muito tempo pautou e revelou as bases de uma sociedade patriarcal.

Os estudos ditos feministas no campo da arquitetura não estão interessados em inverter os sinais das operações, com o propósito de substituir o papel do dominante por um equivalente do sexo oposto, mas tentam a criação um ambiente de equidade e justo reconhecimento, no qual os diversos papéis dentro do complexo fazer projetual da arquitetura e do urbanismo e de suas áreas correlatas sejam devidamente creditados, a fim de corrigir omissões e gerar representatividade, na qual as mulheres ganharão visibilidade e não apenas atribuições excepcionais. Essas atribuições excepcionais, nocivamente, se apresentam como modelo a ser atingido e acabam por gerar frustrações, dado que são metas muito altas e fora do padrão e contexto da maioria das arquitetas que têm que lidar com suas funções domésticas e profissionais.

A trajetória profissional de Myriam Pessôa de Melo se apresenta como uma carreira de sucesso, conforme tenha usufruído de muitas facilidades. Os obstáculos que se apresentaram não a impediram de exercer seu ofício de formação, e, por isso, ela se considera realizada. As figuras do professor e do marido se apresentaram de forma paradoxal. O primeiro ensinou, mas restringiu o pleno aprendizado. O segundo trabalhou em parceria, com respeito e admiração ao trabalho da esposa, mas limitou o reconhecimento dela. Por fim, nas duas pontas da trajetória, o pai e o filho, um como grande incentivador preliminar e o outro como reparador do seu sombreamento profissional. Conforme apresentado, a presença masculina na vida das arquitetas interfere – positiva e negativamente, social e profissionalmente – nas trajetórias delas. Simbolicamente por meio dos sobrenomes e efetivamente nas suas trajetórias profissionais.

Este artigo se apresenta como intenção de agregar reconhecimento ao trabalho da arquiteta Myriam Pessôa de Melo, que é uma das preciosas arquitetas da história da arquitetura moderna pernambucana.

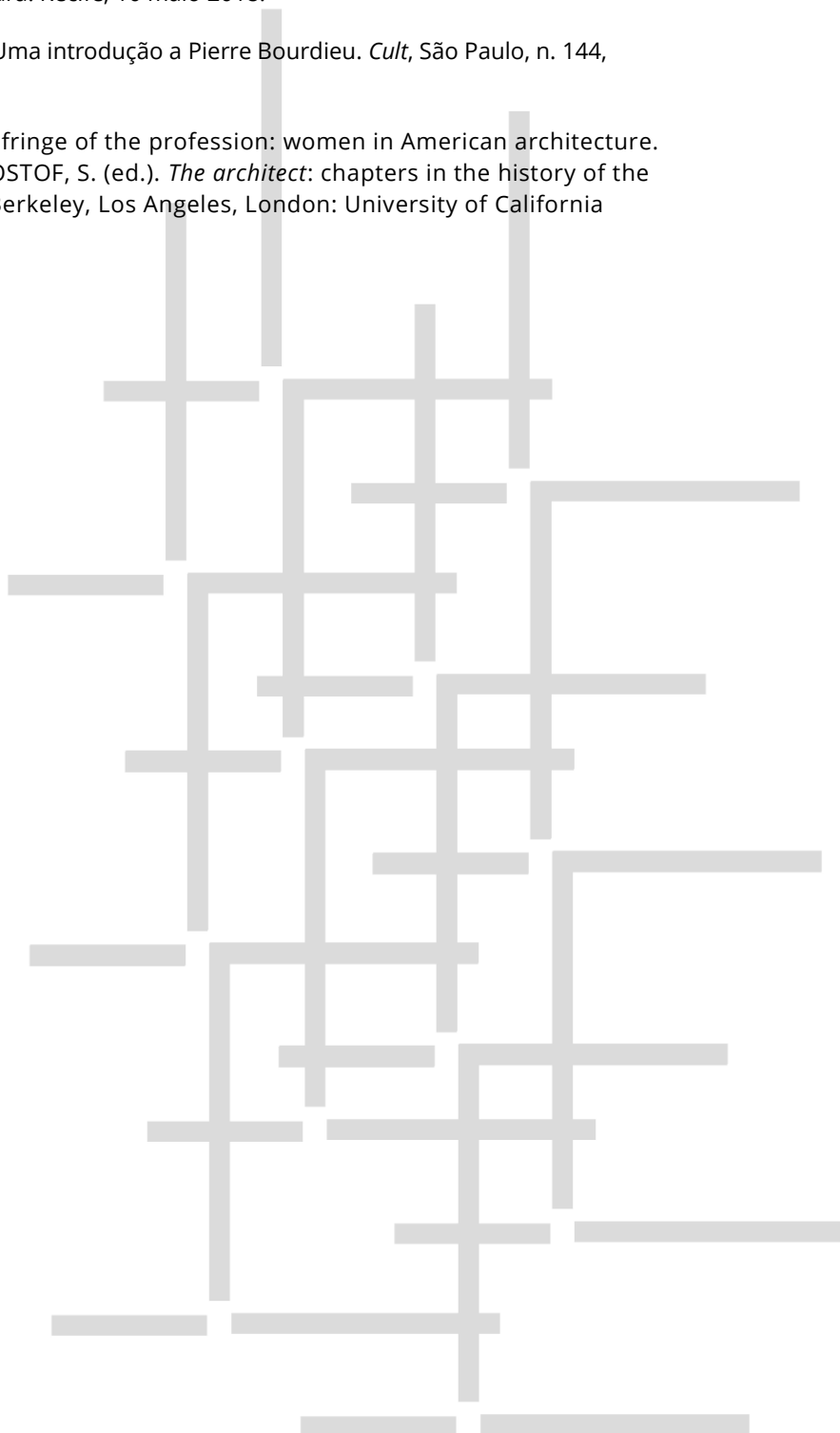
REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
- COLOMINA, B. With, or without you: the ghosts of Modern Architecture. In: BUTLER, C.; SCHWARTZ, A. (ed.). *Modern women: women artists at the Museum of Modern Art*. New York: Moma, 2010
- CORRÊA, M. *Antropólogas e antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: o cuidado de si*. São Paulo: Paz e Terra, 2017. v. 3.
- GÁTI, A. As questões de gênero no ambiente acadêmico da Faculdade de Arquitetura do Recife. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: A LÍNGUA QUE HABITAMOS, 4, 2017, Inhotim, Belo Horizonte. Belo Horizonte: Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2017.
- MOREIRA, A. *Racismo recreativo*. São Paulo: Pólen, 2019.
- PESSÔA DE MELO, M. Myriam Pessôa de Melo: entrevista concedida a Andréa Gáti e realizada na residência da entrevistada. Recife, 16 mar. 2016.
- REYNALDO, C. de O. *A arquitetura de Vital Pessôa de Melo*. 2013. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi: 10.11606/D.16.2013.tde-06082013-110327.

SANTANA, G. Geraldo Santana: entrevista concedida a Andréa Gáti e realizada no Café Santa Clara. Recife, 10 maio 2018.

SETTON, M. da G. J. Uma introdução a Pierre Bourdieu. *Cult*, São Paulo, n. 144, mar. 2010.

WRIGHT, G. On the fringe of the profession: women in American architecture. [1977]. In: KOSTOF, S. (ed.). *The architect: chapters in the history of the profession*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2000.




Os saberes localizados da prática das arquitetas no Nordeste brasileiro

The situated knowledges of the practice of the women architects in the Northeast of Brazil

El conocimiento situado de la práctica de las arquitectas en el Noreste brasileño

Guilah Naslavsky, doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) da Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe).

E-mail: guilah14@gmail.com  ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3367-9657>

Maria Luiza Rocha Mariz Valença, graduanda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe).

E-mail: malumariz12@gmail.com  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8579-5548>

Rafaela Silva Lins, graduanda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe). Pesquisadora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (Propesqi) da Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe).

E-mail: rafaelaslins@hotmail.com  ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0490-1239>

Para citar este artigo: NASLAVSKY, G.; VALENÇA, M. L. R. M.; LINS, R. S. Os saberes localizados da prática das arquitetas no Nordeste brasileiro. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 107-127, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n2p107-127

Submissão: 2020-09-01

Aceite: 2021-02-05

Resumo

Este artigo foi desenvolvido no âmbito da pesquisa "Arquitetas no Nordeste brasileiro: migrações, regionalismo e gênero" e tem como objetivo explorar o tema do uso de saberes localizados (HARAWAY, 1995) no campo da arquitetura popular como uma estratégia de afirmação profissional usada por arquitetas no Nordeste brasileiro. Para tal, fez-se uma retomada crítica da experiência do escritório Arquitetura 4 – uma das primeiras equipes inteiramente femininas a surgir na cidade do Recife – a partir dos anos 1970, e, após a análise de sua trajetória, concluiu-se que o grupo subverte a geração anterior e usa a imagem das arquiteturas populares do Nordeste reinterpretada à luz das ideias propagadas pelas correntes regionalistas e pós-modernistas de viés clássico, a fim de se diferenciar das produções de seus contemporâneos e disputar o concorrido mercado de arquitetura ainda predominantemente masculino da época.

Palavras-chave: Saberes localizados; Gênero; Regionalismo; Pós-modernismo; Arquitetura popular.

Abstract

This article was developed within the scope of the research project "Female architects in the Brazilian Northeast: migrations, regionalism and gender", and aims to explore the theme of situated knowledges (HARAWAY, 1995) in the popular architectural field as a professional strategy used by female architects in the Brazilian Northeast. For this, a critical resumption of the experience of the Arquitetura 4 firm was made – one of the first entirely female architects teams to emerge in the city of Recife – from the 1970s and, after analyzing its trajectory, it was concluded that this group subverted the previous generation by using Northeastern popular architectural images reinterpreted in the light of regionalist and postmodernist currents ideas, in order to differentiate themselves from their male pairs and dispute in the competitive architectural field, by that time, mostly male.

Keywords: Situated knowledges; Gender; Regionalism; Postmodernism; Popular architecture.

Resumen

Este artículo fue construido en el ámbito de la investigación "Mujeres arquitectas en el Noreste brasileño: migraciones, regionalismo y género", y tiene como objetivo explorar el tema del uso del *conocimiento situado* (HARAWAY, 1995), en el campo del regionalismo como estrategia de afirmación profesional utilizada por arquitectas del Noreste. El texto hace una reanudación crítica de la experiencia de la firma Arquitetura 4 – uno de los primeros equipos enteramente femeninos a surgir en la ciudad de Recife – de la década de 1970 y, después de analizar su trayectoria, se concluye que el grupo subvierte la generación anterior y utiliza la imagen de la arquitectura popular del Noreste reinterpretada a la luz de las ideas propagadas por las corrientes regionalistas y posmodernas de orientación clásica, para diferenciarse de las producciones contemporáneas y competir en el mercado todavía predominantemente masculino en la época.

Palabras clave: Conocimiento situado; Género; Regionalismo; Posmodernidad; Arquitectura popular.

INTRODUÇÃO

Buscando construir uma história da arquitetura na América Latina mais ampla e diversa, Torre (2002) apontou a ausência da contribuição das mulheres no discurso cultural, especialmente aquelas que trazem juntas as culturas indígena, ibero-americana e africana. Meltem Ö. Gürel e Kathryn H. Anthony (2006), em "The canon and the void: gender, race, and architectural history texts", evidenciaram a ausência das mulheres e de afro-americanos nos textos de história da arquitetura adotados nas principais universidades norte-americanas, os quais também são utilizados em suas versões originais e traduzidas nas escolas de arquitetura do Brasil. Dessa forma, tanto as arquitetas como os profissionais de regiões "periféricas" do globo são omitidos das narrativas hegemônicas por não seguirem o padrão masculino, europeu ou norte-americano (HEYNEN; WRIGHT, 2012).

Para Lima (2014), a atuação feminina no contexto latino-americano foi até então eclipsada pelas figuras masculinas tidas como "gênios", que deslocaram a participação feminina para uma posição marginal na arquitetura. Em Pernambuco, a atuação das arquitetas formadas nos anos 1960, na escola local, esteve submetida às parcerias estabelecidas com seus cônjuges (GÁTI, 2014). Lima (2014) e Gáti (2014) evidenciam a necessidade de revisões na historiografia brasileira de modo a inserir a contribuição feminina no campo da arquitetura.

Na historiografia nacional, além das ausências femininas, também estão as ausências que dizem respeito às arquiteturas fora do eixo Rio-São Paulo (NASLAVSKY, 2014, 2018). As arquitetas fora desse eixo têm seus feitos e trajetórias duplamente ignorados, uma vez que as arquiteturas modernas e contemporâneas do Nordeste por muito tempo estiveram omitidas da historiografia da arquitetura brasileira. Uma das razões para tal exclusão pode ser a noção de alteridade construída pela historiografia brasileira para a região. Nordeste¹ foi um conceito inventado para explicar a alteridade brasileira, um espaço de saudades e territórios de revolta e utopia. Foi desenvolvido no âmbito da cultura brasileira e utilizado para opor e diferenciar o Sul (Sudeste) do Norte (ALBUQUERQUE JR., 2009).

A partir da pesquisa "Arquitetas no Nordeste brasileiro: migrações, gênero e regionalismo",² foram refeitos os passos de arquitetas que atuaram na região e verificou-se que várias delas utilizaram a cultura do Nordeste como estratégia de afirmação profissional. Neste artigo, revisa-se a produção arquitetônica de um

1 O termo nordeste foi cunhado em 1919 para designar a área de atuação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs), utilizado sempre em oposição ao Sul (Sudeste) para diferenciá-lo do Norte e do Sul: "O Nordeste não é feito apenas por seus intelectuais, não nasce apenas de um discurso sobre si, mas se elabora a partir de discursos sobre e do seu outro, o Sul. O Nordeste é uma invenção não apenas nortista, mas, em grande parte, uma invenção do Sul, de seus intelectuais que disputam com os intelectuais nortistas a hegemonia no interior do discurso histórico e sociológico" (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 117).

2 Pesquisa de iniciação científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (Propesqi) da Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe), desenvolvida por Maria Luiza Mariz (2019-2020) e sob orientação de Guilah Naslavsky, pertencente ao projeto de pesquisa "Arquitetas no Nordeste brasileiro: migrações, gênero e regionalismo" (2018-atual), coordenado por Guilah Naslavsky.

grupo de mulheres, o Arquitetura 4,³ sob a luz do estudo de Donna Haraway (1995) "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial", com o propósito de explorar a arquitetura popular⁴ do Nordeste como um saber localizado.

As arquitetas da FAUR e a formação de escritórios femininos

O curso de arquitetura da Universidade do Recife, considerada nos anos 1950 a terceira cidade mais importante do país,⁵ foi responsável pela formação de arquitetos oriundos de diversos locais. Era uma das sete escolas de Arquitetura nacionais (com Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade Nacional de Arquitetura (atual UFRJ), Univesidade Federal da Bahia, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal do Rio Grande do Sul), um dos poucos centros representativos do ensino de arquitetura e formação de jovens arquitetos no país e o único no Norte/Nordeste (MARQUES, 1983).

Nos anos 1960, esse curso de Arquitetura foi responsável pela formação das arquitetas que atuaram em todo o Nordeste brasileiro, que começam a encher os bancos das salas de aula e findam por participar mais ativamente da vida profissional, tendo contribuído para a disseminação dos conhecimentos sobre a profissão e para o direcionamento profissional de muitas de suas alunas. Muitas mulheres migraram de outras cidades e estados do Nordeste, tais como Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, em busca de formação superior, provocando uma migração intrarregional.

3 O acervo do escritório Arquitetura 4 foi emprestado ao Laboratório da Imagem da Arquitetura e Urbanismo (Liau) da Ufpe. Ele conta com dezenas de projetos, além de diversos desenhos originais do grupo e de seus colaboradores.

4 Diante da dificuldade de elaborar uma síntese do que seria a arquitetura popular, Weimer (2005) pontua como suas características gerais a simplicidade, adaptabilidade e criatividade, destacando que se trata de uma arquitetura que é "própria do povo e por ele realizada".

5 Nos anos 1950, Recife, capital do estado, era a terceira cidade nacional em população e em renda, líder regional no Nordeste. Centro de uma região, era o local da clientela especializada, erudita e endinheirada.

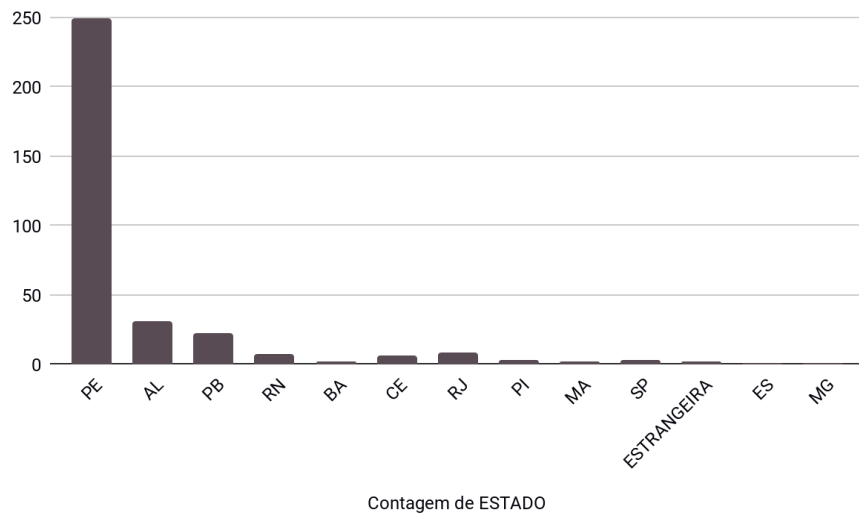


Gráfico 1: Quantidade de concluintes mulheres por estado de nascimento. Fonte: Gráfico elaborado por Maria Luiza Mariz, 2019.⁶

Apesar do aumento do alunato feminino nos anos 1970, elas ainda não eram tratadas em condições de igualdade: as estudantes relataram episódios de discriminação de gênero no âmbito dos bancos escolares – em épocas e contextos distintos, com histórias distribuídas em intervalos de vários anos – praticados por professores de projeto, área mais privilegiada da profissão, em relação às discentes do sexo feminino, confirmados em depoimentos.⁷

Contudo, com o passar dos anos, as mulheres passaram a ter mais acesso ao ensino da profissão, e a geração graduada na primeira metade da década de 1970 – em maior número, por causa das mudanças sociais causadas pelo movimento feminista e da reforma universitária fomentada na década anterior – teve maiores oportunidades de se dedicar ao projeto arquitetônico e firmar sua atuação em escritórios.

Nesse período, surgiram grupos compostos apenas de mulheres, como a equipe formada por Miriam Melo Machado, Maria Alice Cerqueira e Zilma Farias Neves em 1972; o escritório Arquitetura 4, com as integrantes Vera Pires, Carmen Mayrinck, Liza Stacishin e Clara Calábria em 1973 (objeto do artigo em questão); o ArqGrupo, com as arquitetas Ana Barros, Amélia Reynaldo, Kátia Costa, Suely Maciel e Norma Lacerda em 1978; e a equipe formada por Fátima Lúcia Nascimento Cisneiros, Helena Lezan Bittencourt, Nara de Oliveira Melo Correa e Vera Lucia Soares de Melo Alencar, criada também em 1978.

⁶ Gráfico elaborado em pesquisa de iniciação científica do Pibic da Propesqi da Ufpe, sob orientação de Guilah Naslavsky.

⁷ Edileusa da Rocha (2016), ex-arquiteta da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene (formada em 1957), relatou que as estudantes do sexo feminino eram confundidas com “esperando marido” nos cursos de Arquitetura, sobretudo porque os professores, que em sua grande maioria eram do sexo masculino, ocupavam as cadeiras de projeto dos primeiros anos do curso. Sônia Marques (2016), ex-aluna entre 1968 e 1972 e ex-professora do curso de Arquitetura da Ufpe, relatou episódios de mesma natureza em época distinta.

A partir desse momento, a luta das arquitetas seria principalmente pela inserção em um mercado de trabalho predominantemente masculino. Para isso, elas buscaram estratégias de diferenciação dentro da profissão, como o aprofundamento na cultura popular, e apoiaram-se na formação de grupos, uma vez que a ideia de um “gênio” com produção arquitetônica individual favorecia os homens e não as mulheres (HEYNEN, 2013). Muitas das arquitetas nordestinas, a partir de uma visão crítica e interpretativa, encontraram nos saberes localizados uma forma de definir um campo de atuação na profissão pautado na ideia de regionalismo⁸ e na reinterpretação da cultura local.

Migrações, gênero e regionalismo: desvendando a cultura do Nordeste

A inserção das arquitetas no mercado de trabalho se consolidou com muita luta e foi marcada pela criação de estratégias de inovação e diferenciação provenientes da atitude de desbravar campos que eram pouco valorizados pelos homens, como paisagismo, habitação social, *design* de interiores, museografia, cenografia, entre outros (WRIGHT, 1977). A relação com o regional e a cultura popular é um ponto marcante na produção de várias dessas profissionais, seja em pesquisas, catálogos, inventários ou na prática projetual. Esse é um tema recorrente e foi utilizado por mulheres de diferentes épocas e países em diversas áreas da arquitetura e urbanismo como local de resistência a um “cânone” do qual muitas foram excluídas (HEYNEN, 2008, 2013; LEE; SIDDIQI, 2018).

O conhecimento e a *expertise* das arquitetas sobre a cultura popular são exemplos do uso de saberes localizados – uma forma de prática de objetividade feminista. Para Donna Haraway (1995), apenas uma perspectiva parcial pode oferecer uma visão mais crítica, interpretativa e adequada do mundo. Esse fazer científico se difere do modelo de ciência habitual, que reflete os contextos social e histórico que o produziram – hegemonicamente ocidental, burguês e masculino –, pesquisando e observando o mundo de uma perspectiva “onipresente” e universalista. A objetividade feminista busca, portanto, um olhar “localizado territorial, social e temporalmente” e, sobretudo, humano.

Explorar os saberes localizados requer a atitude de voltar os olhos para um campo de conhecimento ainda pouco analisado e explorado. Atitude de Sibyl Moholy-Nagy (1957) no livro *Native genius in anonymous architecture* que se destaca pelo trabalho de inventário e valorização da arquitetura popular⁹ norte-americana como estratégia de afirmação profissional; portanto, um campo ainda pouco reconhecido pelos homens arquitetos (HEYNEN, 2008). Além dela, a arquiteta Scott Brown também se dedicou à pesquisa da cultura popular norte-americana

8 O conceito de regionalismo crítico foi proposto por Liane Lefavre e Tzonis Alexander (1981) e amplamente divulgado por Kenneth Frampton (1983), ganhando destaque em meados da década de 1980. Frampton atribuía à expressão um caráter “anticentrista” em razão de sua busca pela independência cultural por meio da exploração da identidade local. A expressão foi entendida como uma forma de resistência ao universalismo moderno e amplamente criticado no Seminário de Arquitetura Latino-Americana (SAL). As contradições na teoria do regionalismo crítico residem no fato de que, “no lugar de se impor fórmulas, deveríamos entender melhor a riqueza do discurso interno local em sua amplitude e complexidade [...]” (EGGENER, 2002).

9 Do original em inglês *vernacular*. Adota-se no artigo o termo “popular” que, segundo Günter Weimer (2005), é mais adequado para a língua portuguesa.

(HEYNEN, 2008, 2013). Outro trabalho que pode ser entendido de forma semelhante é o da arquiteta Minette de Silva (1998) – *The life and work of an Asian woman architect* – que atuou na Índia e em seus projetos enfatizou a adaptação aos trópicos e as questões regionais.

No plano nacional, o Nordeste tem sido objeto de pesquisa e formulação de inventários e levantamentos fotográficos desde as expedições dos pesquisadores modernistas brasileiros, a exemplo da missão de Mário de Andrade, que buscava material cru e não corrompido pela civilização industrial – sobretudo devido ao seu caráter isolado – ainda presente na região na época, especialmente no sertão e agreste (ALBUQUERQUE JR., 2009).

Tal como os modernistas da primeira geração, a arquiteta italiana Lina Bo Bardi que atuou na Bahia entre 1958 e 1964 fez expedições para o interior do estado. Essas incursões no Nordeste brasileiro proporcionaram a Lina Bo Bardi um conhecimento mais aprofundado da cultura da região: o olhar para a casa nordestina, as técnicas construtivas tradicionais, o artesanato popular, os utensílios domésticos e os assentamentos urbanos (RISÉRIO, 1995, p. 120). Os conhecimentos adquiridos no Nordeste brasileiro foram definidores dos novos rumos trilhados pela arquiteta a partir de então.

Igualmente, descobrir a riqueza dos inventários e a arquitetura popular como alternativa para a melhorar a construção da habitação social e das residências contemporâneas foi o caminho percebido por diversas arquitetas nordestinas em busca de afirmação profissional. É o que se pode constatar em *Métodos tradicionais construtivos do Nordeste*, de Neide Mota de Azevedo¹⁰ (1932-2015), formada arquiteta pela Escola de Belas Artes de Pernambuco (1953-1957) com as arquitetas Liana Mesquita e Ivone Salsa, esta também foi a fotógrafa do grupo. Elas documentaram toda a Zona da Mata e o agreste, relacionando-se com os habitantes das pequenas cidades da região e traduzindo as suas realidades em busca de elementos que pudessem ser enriquecidos com conhecimentos acadêmicos, ou seja, produzindo saberes localizados.¹¹

O artesanato do Nordeste foi a fonte de inspiração para a arquiteta pernambucana Janete Costa¹² (1932-2008). Na década de 1970, ela ganhou notoriedade ao utilizar peças de artesanato local ainda pouco valorizado nos projetos de *design* de interiores. Criou o projeto "Interferências" que previa:

[...] a identificação dos grupos e comunidades de artesãos atuantes na região Nordeste do Brasil,

10 Neide Mota de Azevedo nasceu na cidade de São Bento do Una, no interior do estado de Pernambuco, e era filha de agricultores. Aos 9 anos, foi para Recife, a fim de continuar os estudos. Como estudante, integrou a equipe do Escritório Técnico da Cidade Universitária, no qual atuou como arquiteta de 1958 a 1964, por indicação do professor Evaldo Bezerra Coutinho (LAPROVITERA, 2009).

11 As pesquisas desenvolvidas por Neide Mota na Ufpe sob os auspícios da SudeNE (1962-1963) auxiliaram Acácio Gil Borsoi e Gildo Guerra na construção de Cajueiro Seco, experiência que favoreceu a fundação do Centro de Habitação da Universidade do Recife (LAPROVITERA, 2009; SOUZA, 2010).

12 Janete Costa viveu em Garanhuns (Pernambuco), João Pessoa (Paráíba), Paulista (Pernambuco) e Natal (Rio Grande do Norte) até os 20 anos de idade. Em 1952, passou a morar no Recife e ingressou na Faculdade de Arquitetura da Escola de Belas Artes de Pernambuco. Em 1956, transferiu o curso para a Faculdade Nacional de Arquitetura no Rio de Janeiro, onde se formou em 1961 (GÁTI, 2014). Passou a infância e adolescência no Nordeste brasileiro, sobretudo no agreste, onde conheceu o artesanato nos utensílios domésticos e de caráter utilitário que fizeram parte de seu cotidiano e de suas brincadeiras.

classificação por matéria prima utilizada e por funções dos produtos/objetos artesanais produzidos, mapeamento dos grupos e comunidades identificadas e identificação dos grupos/comunidades possíveis de trabalharem em conjunto para a consecução do Projeto-piloto (COSTA, 2003).¹³

No fim dos anos 1960 e durante a década de 1970, o escritório Borsoi Arquitetos Associados – local onde Janete Costa e seu marido Acácio Gil Borsoi trabalhavam juntos e tiveram uma profícua parceria (GÁTI, 2019) –, que funcionava na Rua das Ninfas, em Boa Vista, foi um importante ponto de encontro dos arquitetos da cidade e palco de discussão de ideias inovadoras na cidade. Esse escritório foi espaço de formação de arquitetos e arquitetas no Recife, complementando a educação da Escola de Arquitetura. Vários estudantes fizeram estágio e trabalharam com o casal, como Gilson Gonçalves Miranda e Antônio Amaral, e também as arquitetas que viriam a constituir, em 1973, um escritório de arquitetura, entre outros, exclusivamente feminino do Recife: o Arquitetura 4.

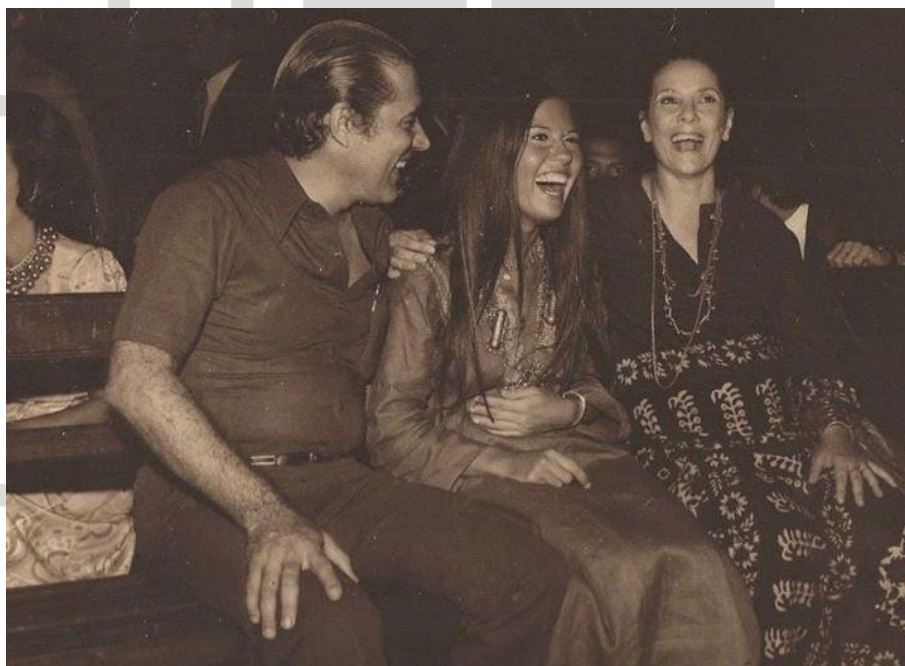


Figura 1: Janete Costa e Acácio Gil Borsoi acompanham Vera Pires em sua formatura, 1971. Fonte: Acervo Pessoal Vera Pires.

¹³ Janete Costa foi destaque nacional: ganhou a Medalha Monte dos Guararapes, do governo do estado de Pernambuco; a Medalha João Ribeiro, da Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro; homenagem na Casa Cor (2006); e, em 2007, a arquiteta recebeu dos jornais *Gazeta Mercantil* e *Jornal do Brasil* o prêmio "As mulheres mais influentes do Brasil" (GÁTI, 2014).

Arquitetura 4: os trânsitos regionais e a reinterpretação da casa colonial

As experiências de documentação local aliadas ao contexto de recepção dos questionamentos do debate internacional enriqueceram a percepção de arquitetos pernambucanos e impulsionaram iniciativas desenvolvidas nos anos 1970 e no início dos anos 1980, que incorporaram o olhar para a arquitetura popular.

Nos anos 1970, surgem reflexões acerca da modernidade, principalmente nos países fora do eixo europeu/norte-americano, que passam a questionar e reivindicar outros valores como a cultura popular local, configurando assim um momento de deslocamento de arquiteturas tidas como “marginais” para o “centro” (WAISMAN, 2013). Por isso, questões referentes à identidade cultural e à busca por valores locais marcam esse momento, em que várias investidas nesse sentido passam a ser realizadas (LIMA, 2014).

Vera Pires,¹⁴ Carmen Mayrinck,¹⁵ Clara Calábria¹⁶ e Liza Stacishin¹⁷ se formaram arquitetas pela Universidade do Recife entre os anos de 1970 e 1971, e juntas fundaram o escritório Arquitetura 4, o qual esteve formalmente ativo até 1997. Durante a sua formação, as quatro arquitetas trabalharam como estagiárias no escritório de Acácio Gil Borsoi e Janete Costa por um período de quatro anos e, posteriormente, iniciaram a trajetória em sua própria equipe.

O escritório do grupo surgiu em 1973, a partir de demandas de uma classe média por projetos de baixo custo:

[...] o trabalho inicial, restrito à arquitetura residencial, foi sendo gradualmente ampliado para projetos e construções de edifícios residenciais, arquitetura comercial, religiosa e institucional, especialmente edifícios públicos, como as agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica (MUNIZ, 2009, p. 60).

Nessa diversa gama de projetos, dentre os que já foram catalogados, a arquitetura residencial, objeto deste estudo, é a área mais explorada com mais de 100 projetos concebidos, incluindo também conjuntos residenciais e edifícios. Em outros usos, o grupo soma outras dezenas de projetos, e, nesse conjunto, podem-

14 Vera Pires (Sousa, Paraíba, 1947-), natural do interior nordestino, cresceu numa família de fazendeiros e se estabeleceu no litoral recifense, onde cursou Arquitetura na Universidade do Recife, graduando-se em 1971. Os frequentes deslocamentos do sertão paraibano (sua terra natal) ao litoral do Nordeste tornaram a arquitetura local recorrente em sua memória. Atua no escritório VPRG, com o marido Roberto Ghione, desde 1998 (MUNIZ, 2009).

15 Carmen Mayrinck (Recife, 1947-) formou-se em Arquitetura na Ufpe (1971). Paralelamente às atividades do escritório, dedicou-se à cenografia e a figurinos de peças de teatro, além de ter sido docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (Faupe) entre 1990 e 1991. Atuou no escritório até 1997.

16 Clara Calábria (Catende, Pernambuco, 1944-) formou-se em Arquitetura na Ufpe (1971), pós-graduou-se em Planejamento Urbano na Universidade Técnica de Berlim (Technisch Universität Berlin – TUB) (1980) e fez mestrado em Desenvolvimento Urbano na Ufpe (1989). Foi docente da Ufpe e pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

17 Liza Stacishin (Recife, 1946-) formou-se em Arquitetura na Ufpe (1970) e deixou o grupo em 1985 para morar nos Estados Unidos, onde reside até hoje. Nos anos 2000, fez nova sociedade com Carmen Mayrinck e Clara Calábria (Nova Studio Arquitetura) em trabalhos no Brasil e nos Estados Unidos. Atualmente também é artista plástica.

se destacar a Igreja do Bom Samaritano e o concurso para o edifício sede da Caixa Econômica Federal no Recife.

O grupo atribuiu à arquiteta Janete Costa a representatividade feminina e o estímulo necessário para a formação do Arquitetura 4:

Janete Costa desempenhou papel fundamental nessa decisão, ao testemunhar, através de seu trabalho, ser possível uma vida profissional ativa, independente, com competência e normalidade. Às vezes, até, pelo fato de sermos mulheres nos sentimos mais exigentes quanto ao próprio trabalho (WOLF, 1989, p. 104).

Afirmativa semelhante foi feita por Waisman (1969) ao atestar que, para as mulheres vencerem numa profissão, ainda predominantemente masculina nos anos 1960, elas têm de ser muitas vezes melhores do que seus pares masculinos.

As dificuldades decorrentes do campo predominantemente masculino foram apontadas por Lisa Stacishin em entrevista concedida ao *Diário de Pernambuco*, na qual reivindica a presença de mulheres na elaboração de grandes projetos:

As pessoas querem dar sexo à capacidade profissional. Se o cliente tem um edifício para projetar, muitas vezes ele dá a um homem; porém, a parte de ambientação cabe sempre à mulher. Isso tudo, sem falar na remuneração que, para a mulher, tende a ser bastante baixa ("ARQUITETURA: UMA PROFISSÃO AINDA DISCRIMINADA PARA MULHERES", 1979).



Figura 2: Integrantes do grupo Arquitetura 4, da esquerda para a direita: Vera Pires, Liza Stacishin, Clara Calábria e Carmen Mayrinck. Fonte: Muniz (2012, p. 32).

A discriminação de gênero era uma constante sofrida pelas arquitetas no mercado de trabalho local não só por parte dos empregadores, como também dos próprios clientes. Embora tenham conseguido se afirmar como escritório completamente liderado por mulheres arquitetas, foram uma exceção que confirma a regra, afirmando as dificuldades das mulheres no campo da arquitetura.

O escritório Arquitetura 4 desenvolveu projetos de habitação para classes média e alta levando em conta a sensibilidade e ressignificação da arquitetura popular na região da Zona da Mata e no agreste nordestino. Sua produção se diferenciava dos arquitetos contemporâneos delas por mesclarem à arquitetura aspectos e interpretações de Robert Venturi e Denise Scott Brown da cultura pós-moderna às heranças regionais, ao contrário de outros escritórios, como o formado por Jerônimo da Cunha Lima e Carlos Fernando Pontual, que produziram majoritariamente exemplares de edifícios multifamiliares “nos quais a ousadia se vê em gestos plásticos sutis, como uma curva sinuosa proposital e essencialmente formal [...]” (COSTA, 2012, p. 47), bem como edifícios empresariais, onde também eram empregadas soluções compositivas semelhantes.

O caso desse escritório é emblemático por sua vasta e diferenciada produção. O grupo recifense não se deteve à sua cidade, nem mesmo ao estado de Pernambuco, e estendeu-se por todo o Nordeste produzindo projetos marcados pelas referências à paisagem nordestina com a arquitetura como um reflexo físico da região.

A diferença supracitada reside justamente no uso de estratégias profissionais inovadoras, trazendo uma releitura da arquitetura popular, bem como da arquitetura do período colonial, inspiradas nas arquiteturas domésticas de casas urbanas de classe média e nas imagens cotidianas do Recife, e posteriormente, a partir dos anos 1980, incluindo uma reinterpretação da cultura *pop* local, atitude semelhante ao que fez Denise Scott Brown ao utilizar o *pop* como elemento fundamental de sua obra.

Esse mesmo espírito é expresso nos projetos do grupo pela assimilação entre o moderno e o tradicional por meio da interpretação de tipologias já consolidadas no Nordeste, como as casas-grandes de engenho, os casarios do período colonial português e, sobretudo, as casas neocoloniais simplificadas da década de 1920 (MUNIZ, 2009).

Nessa atitude, é possível perceber uma preocupação com as referências à paisagem e à cultura regional, expressa também por meio do uso de elementos próprios da arquitetura local nordestina, como a telha cerâmica, o uso de madeira nas cobertas e esquadrias, a presença de generosos beirais e terraços, varandas e o uso do sistema construtivo de alvenaria, e, como afirma a equipe,

[...] valorizando o método construtivo, insistindo sempre no domínio da aplicação de materiais capazes de traduzir aspectos potenciais da região – o fazer artesanalmente – nos passou a preocupação com o detalhamento e arremates com

elementos enriquecedores da composição formal de qualquer projeto (WOLF, 1989, p. 103).

A preocupação com a adequação climática e utilização de materiais locais, indicativo de uma boa arquitetura frequentemente presente nas produções locais da época, também é um ponto forte na obra do escritório. Nesse caso, ela é explorada como expressão de uma espacialidade moderna, com o uso de artifícios como transparências e pés-direitos duplos, de forma que haja integração entre os ambientes sem ferir os costumes tradicionais de habitar do período.

Por conta dessa preocupação, o grupo questiona o emprego do pano de vidro por achá-lo “inexpressivo, do ponto de vista formal e ambiental”, e, dessa maneira, elas optam por adaptar a linguagem moderna aos elementos tradicionais, os quais podem ser percebidos pelo uso frequente de composições clássicas com aberturas em intervalos regulares e elementos como venezianas e pedras rústicas numa reinterpretação da casa colonial.

Visto isso, é possível notar a presença de um repertório compositivo que se repete com frequência em seus trabalhos com a contraposição de elementos regionais e modernos, tanto em acabamentos como em formas, atitude similar aos gestos projetuais da arquiteta Janete Costa, com a qual conviveram e de quem receberam os ensinamentos sobre como trabalhar os interiores enquanto desempenhavam atividades como estagiárias, ainda durante a formação acadêmica.

Nos projetos de ambientação do Arquitetura 4, essa tendência aparece na utilização tanto de poltronas modernas de *design* alemão, em acabamentos com tinta automotiva e no uso do concreto – frequentemente eram incorporados móveis estruturais, em concreto ou alvenaria, desenhados pelas próprias arquitetas –, como também de elementos regionais e artesanais, como móveis que remetem à “casa de fazenda”, elementos rendados e de vime, feitos de forma artesanal e característicos da Região Nordeste. Um bom exemplo desse contraponto recorrente é o uso, em diversas salas de jantar, de móveis de madeira, com detalhes em palha contrapostos a lustres em aço. Com isso, o grupo almejava “a definição de uma moradia tecnicamente adequada, porém mais humana e natural” (WOLF, 1989, 107).

É importante salientar que a produção do escritório Arquitetura 4 teve momentos distintos, segundo as próprias arquitetas (WOLF, 1989): inicialmente, elas apresentavam uma clara referência à arquitetura do Nordeste brasileiro, marcada por grandes beirais, pátios e terraços, sendo a coberta fator determinante na composição dos projetos, bem como uma planta livre e fluida, sendo as fachadas mera consequência da organização espacial interna e da composição da cobertura.

Nesse primeiro momento, as profissionais evidenciam os conhecimentos recebidos em sua formação: o cuidado com os detalhes construtivos presente na obra de Borsoi foi incorporado em seu exercício projetual, assim como o

[...] ideário de Delfim Amorim assimilado nos tempos da Faculdade ou na marcação de sua própria paisagem da cidade “através principalmente de sua arquitetura

de residências com um vocabulário formal, onde se identifica a utilização peculiar de lajes inclinadas, telhas cerâmicas, combogós (sic.), elementos que incorporamos interpretativamente na nossa produção (WOLF, 1989, p. 103).

A recepção de *Complexidade e contradição em arquitetura*, de Robert Venturi (1995), foi tardia no âmbito nacional. Ecos do trabalho de Venturi chegam à cena nacional no final da década de 1970, e, só a partir dos anos 1980, a reinterpretação de uma cultura *pop*, inspirada pelos projetos de Venturi e Denise Scott Brown, é integrada ao repertório compositivo do grupo:

Sem dúvida, admite a equipe, foi Venturi quem estimulou essa nova leitura, a mudança mesmo. Ao se utilizar de elementos de uma arquitetura familiar, de sua vivência, mostrou que se poderia fazer algo semelhante, mas a partir de nossa realidade, do Nordeste (WOLF, 1989, p. 105).

Para Vera Pires, “As casas passam a refletir certo ecletismo [...] a cobertura permanece fator dominante, porém mais simplificada, racional e geométrica, sem fragmentação”, e Carmen indica um novo anseio do grupo – “busca-se agora trabalhar o coroamento, resgatar o telhado” – que é concretizado por meio da implementação de coberturas mais geométricas (WOLF, 1989, p. 105).



Figuras 3 e 4: Residência Hilton Gayoso (1984) com os marcantes frontões triangulares do grupo, fachadas principal e posterior. Projeto de Carmen Mayrinck, Liza Stacishin e Vera Pires. Fonte: Acervo Vera Pires.

Nessa fase, as arquitetas passam a recuperar o frontão triangular das arquiteturas cotidianas dos anos 1940 e 1950, pequenos *bungalows* inspirados na cultura das revistas norte-americanas, bem como do neocolonial simplificado das arquiteturas residenciais de bairros de classes média e alta do Recife, tais como Espinheiro e Graças, difundido por construtores locais. Dessa maneira, ecoaram os anseios do pós-moderno norte-americano – à semelhança da obra de Robert Venturi nos anos 1960 – refletindo uma sintonia com as correntes regionalistas norte-americanas e recuperando a memória local do morar recifense nas residências unifamiliares.

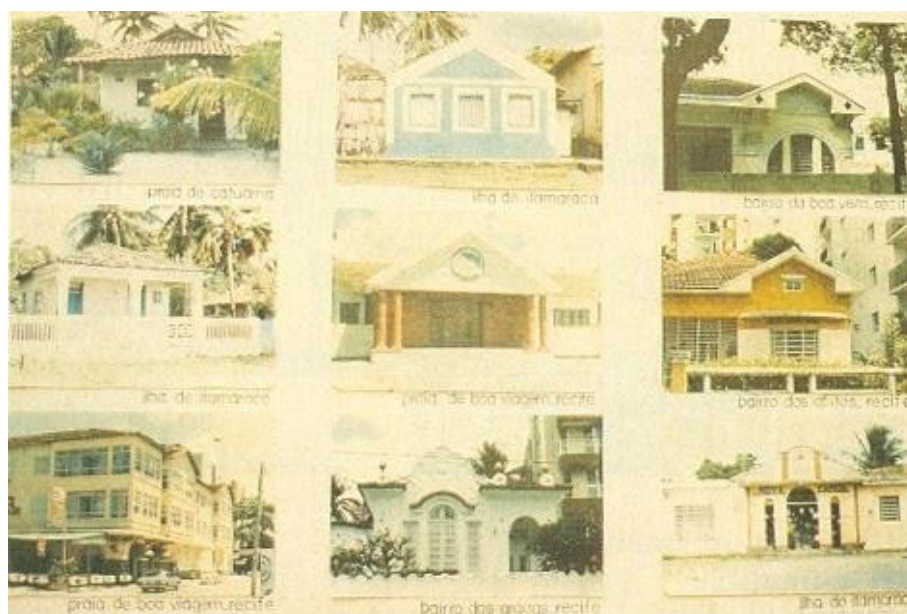


Figura 5: Registros das referências projetuais do escritório Arquitetura 4, sem data. Fonte: Wolf (1989, p. 103).

Ao unir o resgate cultural das casas tradicionais nordestinas aos ideais pós-modernos, o Arquitetura 4 diferencia-se da cena local, marcando a individualidade da produção do escritório. O grupo subverte a geração anterior – e até mesmo a contemporânea – ao introduzir uma nova escala marcada pela verticalidade dos projetos residenciais, pelo uso dos frontões triangulares e pelas colunas inspirados na releitura pós-moderna do estilo clássico.

Não se perdeu da memória das integrantes do escritório a imagem “de uma arquitetura eclética popular, com todos aqueles elementos característicos, varandas, fachadas, telhados, frontões” (WOLF, 1989, p. 102). Essas cenas cotidianas da cidade foram usadas como referência projetual e pesquisadas intensamente a partir de registros fotográficos que orientavam a sua produção, como confirmado na fala de Clara Calábria: “A gente vem trabalhando muito em cima desse tema, como exercício formal constante” (WOLF, 1989, p. 102).



Figura 6: Residência Hidalgo Acioly (1987) demonstrando a verticalidade expressa pela dupla coluna. Projeto de Carmen Mayrinck e Vera Pires com a colaboração de Mariza Dubeux e Bernardo de Aguiar. Fonte: Acervo Vera Pires.

O projeto da Residência Hidalgo Acioly, na segunda metade dos anos 1980, demonstra um estado já maduro dessas ideias, diferentemente da Residência Hilton Gayoso, que se localizava num lote urbano. Esse projeto, situado na praia de Porto de Galinhas, possui mais espaço para se desenvolver, contudo preserva o volume contido e a centralidade – observados na primeira residência –, ao mesmo tempo que adota elementos regionais como as grandes esquadrias de madeira e cobertas em telha cerâmica numa espécie de "classicismo tropical", nas palavras de Vera Pires (2020).



Figura 7: Residência Hidalgo Acioly (1987): visão do jardim nos fundos da residência demonstrando a centralidade no projeto. Fonte: Acervo Vera Pires.

Aqui estão reunidos elementos comuns da linguagem clássica, como simetria, regularidade, colunata incorporando dois níveis,¹⁸ frontão triangular, entre outros, os quais concedem monumentalidade à escala doméstica e se tornaram uma marca registrada desse momento na produção do Arquitetura 4, reforçando uma escala vertical e robusta, e afastando-se da predominante horizontalidade de nossas arquiteturas inspiradas nas velhas casas rurais, sobretudo aquelas de Pernambuco como atesta Pedrosa (1981, p. 262-263).



Figura 8: Estudo de colunas das casas de engenho para definição de formas simplificadas. Fonte: Muniz (2009, p. 82).

¹⁸ Inspiração da arquitetura de Andrea Palladio.

Outro projeto que utiliza a interpretação de elementos locais e a reinterpretação dos elementos de linguagem clássica construída pelo grupo ao longo de toda a década de 1980 é o conjunto Residencial em Enseada dos Corais, em parceria com o colega arquiteto Gilson Miranda Gonçalves.¹⁹



Figura 9: Residencial Enseada dos Corais (1989) por Gilson Miranda e Vera Pires demonstrando a verticalidade expressa pela integração de níveis por meio do uso da coluna sobre arcos de alvenaria. Fonte: Acervo Vera Pires.

Nesse projeto, a ideia de ritmo clássico está bem definida na composição do conjunto. A fachada principal tem marcação tripartida: 1. base, com os arcos de tijolos cerâmicos maciços que sustentam a passarela de acesso ao pavimento principal; 2. corpo, que é marcado por cinco colunas cilíndricas, as quais ganham expressividade plástica e definem a marcação divisória entre as residências, os capitéis das colunas escultóricas encimados por figuras femininas executadas por artista local, e estabelecem um ritmo clássico bem preciso e definido;²⁰ 3. coroamento, o qual é feito pelo telhado cerâmica que marca a horizontalidade do conjunto.

Segundo Gilson Miranda Gonçalves (2020): “o terraço de acesso às casas é um espaço contínuo de integração entre as casas, convívio entre os vizinhos e contemplação, com bancos [...] revestidos com cacos de cerâmica, aproveitando o fazer artesanal dos próprios moradores”. Esse espaço “cria uma recepção dos fluidos e ventos bons que vêm do mar [...] a colunata e os capitéis de cabeças femininas têm sentido simbólico: recepcionar quem vem de fora, a coluna não é apenas uma coluna, é um elemento de marcação da entrada” (GONÇALVES, 2020).

¹⁹ Gilson Miranda Gonçalves foi um colaborador assíduo do escritório, participando não só do desenvolvimento de projetos, mas também de seminários e exposições em parceria com as arquitetas.

²⁰ As colunas cilíndricas foram feitas em alvenaria de tijolos pelo mestre Sr. Antônio que trabalhava para Borsoi (GONÇALVES, 2020).

O arquiteto enfatiza a habilidade de Vera Pires no desenho: “trazendo nos traços uma interpretação dos valores da arquitetura e da cultura locais” (GONÇALVES, 2020).



Figura 10: Desenho do detalhe das colunas cilíndricas e de seus capitéis no Residencial Enseada dos Corais (1989). Fonte: Acervo Gilson Gonçalves.

A linguagem clássica foi utilizada de forma sutil em diversos projetos do Arquitetura 4, bem como em colaborações das integrantes do grupo com outros arquitetos, sem criar estranheza, remetendo à simplicidade de nossas arquiteturas rurais de coberturas cerâmicas e alvenarias caiadas de branco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao associarem elementos clássicos (colunas, arcos, capitéis, frontões e telhados cerâmicos) com interpretações de nossa arquitetura rural e popular citadina, o Arquitetura 4 reinterpretou as lições de Venturi (1995) e contribuiu com manifestações pioneiras da pós-modernidade local.

Embora os escritórios modernos também tenham interpretado a arquitetura de herança do passado colonial como inspiração para a arquitetura residencial, o grupo Arquitetura 4 subverte essa geração anterior, predominantemente masculina, ao usar o mesmo passado colonial, inserindo outros elementos populares e concedendo monumentalidade e verticalidade à arquitetura residencial antes não verificada. As próprias referências do grupo representam várias arquiteturas populares de tempos distintos sobrepostas, indicativo do uso do método *both-and* de fazer arquitetura de Venturi (1995), resgatando exemplares desvalorizados da construção local.

A comunhão de elementos clássicos e regionais trouxe pioneiramente respostas locais às correntes pós-modernas internacionais e expressou os saberes localizados de nossa arquitetura popular e doméstica, reinterpretados em elementos arquitetônicos expressivos que puderam captar as formas de morar do cotidiano nordestino e resgatam aspectos peculiares do bem viver das casas rurais e litorâneas do Nordeste.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR., D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Prefácio de Margareth Rago. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.
- ARQUITETURA: uma profissão ainda discriminada para mulheres. *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 dez. 1979. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/147183. Acesso em: 30 ago. 2020.
- COSTA, C. *O pós-moderno na arquitetura nordestina (1985-2000)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- COSTA, J. Feito com as mãos. [Anotação pessoal sobre o artesanato]. Recife, jun. 2003.
- EGGENER, K. Placing resistance: a critique of critical regionalism. In: CANIZARO V. B. (ed.). *Architectural regionalism: collected writings on place, identity, modernity and tradition*. New York: Princeton Architectural Press, 2007. p. 395-407.

- GÁTI, A. H. *Arte e artesanato na arquitetura de interiores moderna de Janete Costa*. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- GÁTI, A. H. Esposas: a consorte nas parcerias profissionais entre arquitetos. *Revista Arquitetas Invisíveis*, Brasília, v. II, p. 23-26, 2018.
- GONÇALVES, G. M. Entrevista a Guilah Naslavsky em 1 set. 2020.
- GÜREL, M. Ö.; ANTHONY, K. H. The canon and the void: gender, race, and architectural history texts. *Journal of Architectural Education*, v. 59, p. 66-76, 2006.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HEYNEN, H. Anonymous architecture as counter image: Sibyl Moholy-Nagy's perspective on American vernacular. *The Journal of Architecture*, v. 113, n. 4, 469-491, 2008.
- HEYNEN, H. Genius, gender and architecture: the star system as exemplified in the Pritzker. KU Leuven University Library, Feb. 2013.
- HEYNEN, H.; WRIGHT, G. (2012). Introduction: shifting paradigms and concerns. In: CRYSLER, C. G.; CAIRNS, S.; HEYNEN, H. (ed.). *The Sage handbook of architectural theory*. London: Sage, 2012.
- LAPROVITERA, E. L'architecte et le peuple à Recife (Brésil): 1959-2009. École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris, 2009.
- LEE, R.; SIDDIQI, A. A woman's situation: transnational mobility and gendered practice. In: CFP: EAHN, Tallin, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/33845580/CFP_EAHN_Tallinn_2018_A_Woman_s_Situation_Transnational_Mobility_and_Gendered_Practice. Acesso em: 30 set. 2017.
- LIMA, A. G. G. *Arquitetas e arquiteturas na América Latina do século XX*. São Paulo: Altamira, 2014.
- MARQUES, S. *Maestro sem orquestra: um estudo da ideologia do arquiteto no Brasil – 1820-1950*. 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983.
- MARQUES, S. Entrevista a Guilah Naslavsky, 2016.
- MOTA, N.; MESQUITA, L. *Métodos construtivos tradicionais do Nordeste*. Recife: UFPE/Sudene, mimeo, 1978.
- MOHOLY-NAGY, S. *Native genius in anonymous architecture*. New York: Horizon Press, 1957.

- MUNIZ, M. B. O escritório Arquitetura 4: continuidade e mudança na arquitetura residencial no NE (1973-1997). 2009. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- MUNIZ, M. B. *A experiência residencial na obra de Vera Pires e Roberto Ghione*: 1998-2012. 2012. Dissertação (Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- NASLAVSKY, G.; MARIZ, M. L. As “outras” do outro: pioneiras arquitetas no Nordeste brasileiro: migrações, gênero e regionalismo. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 13., 2019, Salvador. *Resumos [...]*. Salvador: Instituto dos Arquitetos do Brasil, 2019.
- PEDROSA, M. Arquitetura moderna no Brasil (1953). In: AMARAL, A. (org.). *Dos muros de Portinari aos espaços de Brasília*. São Paulo: Perspectiva, 1981. p. 255-264.
- PIRES, V. Arquitetura 4: Casa de praia, Porto de Galinhas, 1987. Simetria clássica. Modernidade e classicismo tropical. Recife, 23 ago. 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=129662508837797&id=100053821449801. Acesso em: 25 jan. 2021.
- RISÉRIO, A. *Avant-garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo Bardi e Pietro Maria Bardi, 1995. 259 p.
- ROCHA, E. de O. Entrevista a Guilah Naslavsky, 2016.
- SILVA, M. de. *The life and work of an Asian woman architect*. Colombo, 1998. v. 1.
- SOUZA, D. B. I. de. *Reconstruindo Cajueiro Seco: arquitetura, política e cultura popular em Pernambuco (1960-64)*. São Paulo: Annablume, 2010. 218 p.
- TORRE, S. Teaching architectural history in Latin America: the effusive unifying architectural discourse. *Journal of the Society of Architectural Historians*, v. 61, n. 4, p. 549-558, Dec. 2002. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/991875>. Acesso em 7.12.2015.
- VENTURI, R. *Complexidade e contradição em arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- WAISMAN, M. La mujer en la arquitetura. *Revista de la Universidad Nacional de Córdoba*, n. 1-2, p. 379-395 jun. 1969.
- WAISMAN, M. *O interior da história: historiografia para uso de latino-americanos*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- WEIMER, G. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- WOLF, J. Arquitetura 4. Sob inspiração da paisagem regional. *Revista AU*, São Paulo, n. 22, fev./mar. 1989.
- WRIGHT, G. *On the fringe of the profession. Women in American architecture*. Spiro Kostof (dir.), *The Architect. Chapters in the history of the profession*. New York: Oxford University Press, 1977.

A construção da escola para a liberdade na obra de Mayumi Souza Lima: a experiência da Escola Estadual João Kopke

Building the school for freedom in Mayumi Souza Lima work: João Kopke School experience

La construcción de la escuela por la libertad en el trabajo de Mayumi Souza Lima: la experiencia de la Escuela Estatal João Kopke

Tereza Beatriz Ribeiro Herling, doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). Professora de Projeto e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

E-mail: tereza.herling@mackenzie.br  ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4828-2855>

Para citar este artigo: HERLING, T. B. R. A construção da escola para liberdade na obra de Mayumi Souza Lima: a experiência da Escola Estadual João Kopke. *Cadernos de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 128-142, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n2p128-142

Submissão: 2020-09-16

Aceite: 2021-05-21

Resumo

A trajetória profissional da arquiteta Mayumi Watanabe de Souza Lima foi dedicada a revelar e apontar alternativas às relações de poder inerentes à produção e ao uso do espaço escolar, especialmente entre projetos pedagógicos apoiados em práticas autoritárias e disciplinadoras. Das experiências realizadas para transformar essas relações, destaca-se a construção da Escola Estadual João Kopke em 1977, projeto descontinuado pela prática autoritária de sua direção e que seria ressignificado em

2015, durante o movimento de ocupação de escolas pelos estudantes contra seu fechamento pelo governo estadual. Colocadas em diálogo, as experiências indicam caminhos para a transformação da escola pública no período pós-pandemia de Covid-19 com a valorização de seu papel como lugar da educação para a liberdade.

Palavras-chave: Arquitetura escolar; Projetos participativos; Autonomia estudantil.

Abstract

The professional trajectory of the architect Mayumi Watanabe de Souza Lima was dedicated to revealing and pointing out alternatives to the power relations inherent in the production and use of schools, especially among pedagogical projects supported by authoritarian and disciplinary practices. Of the experiments carried out to transform these relationships, the construction of the João Kopke School, in 1977, stands out a project, discontinued by the authoritarian practice of its directors and which would be re-signified in 2015, during the movement of school occupation by students against its closure by the government state. Placed in dialogue, the experiences indicate ways for the transformation of public schools in the post-pandemic period of Covid-19 with the enhancement of its role as a place of education for freedom.

Keywords: School architecture; Participatory projects; Student's autonomy.

Resumen

La trayectoria profesional de la arquitecta Mayumi Watanabe de Souza Lima se dedicó a revelar y señalar alternativas a las relaciones de poder inherentes a la producción y uso del espacio escolar, especialmente entre proyectos pedagógicos sustentados en prácticas autoritarias y disciplinarias. De los experimentos llevados a cabo para transformar estas relaciones, destaca la construcción de la Escuela João Kopke, en 1977, un proyecto descontinuado por la práctica autoritaria de su gestión y que sería resignificado en 2015, durante el movimiento de ocupación escolar por parte de los estudiantes contra su cierre por parte del gobierno de estado. Situadas en diálogo, las experiencias señalan caminos para la transformación de las escuelas públicas en el período pospandémico de Covid-19 con la potenciación de su papel como lugar de educación para la libertad.

Palabras clave: Arquitectura escolar; Proyectos participativos; Autonomía del estudiante.

INTRODUÇÃO

Os portões da Escola Estadual João Kopke estão fechados desde março de 2020 (Figura 1), quando a pandemia da Covid-19 colocou o mundo em alerta e as atividades humanas em suspensão. Um cenário de profundas rupturas e transformações se conforma a partir do agravamento da já deflagrada crise econômica e financeira mundial, do acirramento da crise ambiental global e do esgarçamento de pactos democráticos em diversas partes do planeta. Um cenário que nos convoca a refletir e imaginar futuros possíveis para nossas crianças e jovens, a partir de um de seus territórios primordiais de descoberta e construção do mundo que é a escola.



Figura 1: Portão de entrada da Escola Estadual João Kopke. Fonte: Google Street View, 2020.

Os portões da João Kopke permanecem fechados em setembro de 2020. No entanto, seu corpo, rendado por barras de ferro fundido sinuosas e leves, abre-se ao olhar de quem passa pela rua. Nosso olhar atravessa suas frestas, em busca de pistas sobre como retornar à vida cotidiana e à escola.

Caminhamos por seus jardins e já estamos em 16 de novembro de 2015, observando a movimentação frenética de jovens em luta pela reconquista dessa escola como território da produção coletiva de conhecimento emancipatório. Ocupam todas as frestas da escola para evitar seu fechamento, proposto pelo governo do Estado no bojo do chamado processo de reorganização escolar. De posse de um molho de chaves, alunas e alunos vão reabrindo todos os ambientes proibidos, até chegarem a um antigo depósito abandonado com carteiras e mesas velhas.

Ao abrirem esse depósito, saltam para o ano de 1978 e se deparam com uma jovem senhora japonesa desenhando ao lado de um aquário habitado por um bernardo-eremita. Ela lhes mostra seus desenhos, pensados com os alunos para

transformar aquele depósito de carteiras velhas em espaço de educação para a liberdade. Ela se chama Mayumi Watanabe de Souza Lima, e este texto foi escrito para trazê-la ao encontro desses jovens que, mais de 30 anos depois, iriam resgatar o espírito de suas intervenções naquele espaço abandonado.

Mayumi Souza Lima (1934-1994) pensou arquitetura e educação como áreas indissociáveis da construção de espaços para a liberdade. Interessava-lhe revelar as relações de poder em todas as etapas de construção do espaço da educação – tanto entre processos de decisão realizados pelo planejamento centralizado e suas disparidades com as demandas locais, quanto entre os processos de decisão realizados pelo projeto de arquitetura e o trabalho alienado do canteiro de obras, e, especialmente, entre a transmissão vertical de conhecimento padronizado entre professores e o disciplinamento de corpos dos alunos em sala de aula.

Em sua trajetória, buscou ir além da crítica, abrindo brechas nas instituições por onde passou para a construção de alternativas, em contextos políticos adversos a experimentações libertárias. As alternativas que construiu são valiosas por sua dupla potência – de reação a processos padronizadores de produção e uso do espaço e de criação de alternativas com a participação de trabalhadores, de alunos e de toda a comunidade escolar. Aversa à idealização do gênio criativo do arquiteto individual, sua prática profissional visava sempre à construção compartilhada do conhecimento em todos os níveis.

Sua atuação contra-hegemônica talvez explique a incipiente produção acadêmica sobre sua obra. Contudo, a reação criativa de jovens durante as ocupações de escolas em 2015 trouxe atualidade às suas proposições.

Ao colocar essas vozes em diálogo, no campo das transformações da Escola Estadual João Kopke, este artigo busca revelar a atualidade das contribuições de Mayumi para a construção coletiva do espaço da educação emancipatória e apontar caminhos de reinvenção da escola como um projeto civilizatório contra a barbárie, de novos modos de conviver em um território de futuros possíveis no período pós-pandemia.

Mayumi Souza Lima e a construção da escola para a liberdade

Mayumi W. Souza Lima foi arquiteta e ativista política de caráter republicano, democrático e inovador para seu contexto histórico. Esteve profundamente comprometida com a transformação da sociedade brasileira, por meio do exercício profissional em instituições públicas ligadas ao planejamento urbano e à produção de equipamentos públicos e espaços educativos, por meio de sua militância política em prol da redução de desigualdades e por meio da prática docente, sempre generosa e instigante.

Sua atuação em todas essas frentes a fez reconhecida por seus pares como uma profissional versátil – “uma árvore de mil galhos a abrigar tantos e tantas”, no dizer de seu amigo Flávio Império. Contudo, essa atuação recebeu até o momento poucas análises e registros, dos quais merece destaque a dissertação de mestrado

de Cássia Schroeder Buittoni (2009), intitulada *Mayumi Watanabe Souza Lima: a construção do espaço para a educação*. A dissertação merece destaque por seu inestimável esforço de sistematização da trajetória profissional e política de Mayumi, a partir da digitalização de seu acervo técnico, atualmente abrigado na Fundação Perseu Abramo. Mayumi escreveu dois livros curtos, com registros de suas pesquisas e experiências sobre espaços educacionais para crianças e jovens – *A cidade e a criança* (LIMA, 1989) e *Espaços educativos* (LIMA, 1988a). Após a morte de Mayumi, seu marido Sergio Souza Lima organizou uma compilação dos principais textos da arquiteta no livro *Arquitetura e educação* (LIMA, 1995).

Anos de formação: construção da democracia como um valor ético e estético

Mayumi nasceu em Tóquio, em 1934. Quatro anos mais tarde, seus pais – militantes marxistas antimilitaristas – viriam para o Brasil, autoexilados de um Japão cada vez mais comprometido com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Seus pais associavam a expansão do capitalismo ao abandono dos valores éticos próprios da cultura japonesa. Segundo Lima (1995, p. 13), “Em um certo sentido, o significado radical do marxismo revolucionário no Japão representou um esforço para reintegrar valores mais tradicionais, como o coletivismo e formas cooperativas de produção, ameaçadas pelo mercado desordenado dos anos vinte e trinta”.

Acreditamos que sua formação política não só se mesclou à busca constante de atualização desses valores tradicionais, mas também às memórias de sua infância,¹ já nas áreas rurais do interior do estado de São Paulo, onde percorria cerca de quatro quilômetros diários para chegar à escola. Corpo, memória e princípios ético-políticos estiveram sempre presentes na formulação de seus projetos para espaços educacionais.

Em 1954, formou-se arquiteta pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) e em 1957 casou-se com o arquiteto Sergio Souza Lima, seu companheiro de vida toda. Discípulos do engenheiro-arquiteto João Batista Vilanova Artigas, militaram numa dissidência do Partido Comunista com os arquitetos Rodrigo Lefèvre, Sérgio Ferro e Flávio Império, que mais tarde iriam compor o grupo Arquitetura Nova. Juntos, analisavam criticamente a função social do arquiteto e do papel do desenho como instrumento de cisão entre o saber e o fazer, e, portanto, de alienação dos trabalhadores do produto de seu trabalho.

No início da década de 1960, Mayumi muda-se para uma recém-inaugurada Brasília, onde leciona como assistente do arquiteto João Filgueiras Lima – o Lelé – na Universidade de Brasília (UnB). Muitas das aulas do curso de Arquitetura eram dadas no Centro de Planejamento da UnB (Ceplan), onde eram elaborados e executados os projetos de construção da própria universidade. A experiência acadêmica na UnB foi fundante na formulação de práticas pedagógicas posteriores, nos cursos experimentais das faculdades de Arquitetura e Urbanismo

¹ Depoimentos à autora, durante o período em que trabalhamos juntas de 1984 a 1992.

de Santos (1970-1971) e de São José dos Campos (1972-1974),² bem como no Departamento de Arquitetura da Escola de Engenharia de São Carlos (1987-1993).

Construção da escola democrática

Mayumi desenvolveu um conjunto vasto de trabalhos e documentos acerca do planejamento da rede escolar para instituições dos três níveis de governo: federal (Ministério da Educação e Cultura – MEC), estadual (Fundação Estadual de Construções Escolares – Fece, Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo – Conesp e Secretaria do Estado da Educação – SEE) e municipal (Departamento de Edificações – Edif e Empresa de Urbanização de São Paulo – Emurb). Sua trajetória foi sempre pautada por uma visão crítica das formas centralizadas de planejamento e massivas de produção de escolas, que reduziam as especificações técnicas dos ambientes escolares populares, fazendo emergir uma “escola de segunda classe”. Associadas às práticas pedagógicas tecnicistas e produtivistas, as escolas se tornariam cada vez mais suporte para a organização vertical dos espaços, para o exercício da disciplina e do poder – do professor, da direção, da política educacional – sobre os estudantes.

Mayumi foi superintendente de planejamento na Conesp em duas ocasiões. A primeira, ainda durante o período da ditadura militar, entre 1974 e 1977, abriu brecha no ritmo acelerado de produção de mais de duas mil salas de aula por ano para experimentar uma nova forma de projeto com a participação dos estudantes para a construção da nova sede da Escola Estadual João Kopke.

A segunda, entre 1983 e 1984, ocorreu no período de abertura democrática, no governo de Franco Montoro (1983-1987), que instaurou um novo período na gestão pública com a defesa da democratização da administração, participação da população e descentralização dos processos decisórios. Na Conesp, Mayumi propõe medidas para democratizar o planejamento da rede escolar por meio da participação das comunidades escolares e do controle democrático das decisões de planejamento. A resistência à descentralização das decisões veio tanto de setores superiores quanto de parte do corpo técnico da Conesp (LIMA, 1988b) inviabilizando esse projeto. Ainda assim, abrindo brechas e ocupando espaços, Mayumi realizou duas novas experiências inovadoras – a construção das escolas estaduais do Jardim Fortaleza (Guarulhos) e do Jardim Varginha (extremo sul de São Paulo) com participação da comunidade escolar. A parceria entre poder público e comunidade delegou à Conesp a responsabilidade pelo fornecimento dos projetos, dos materiais de construção e da assessoria técnica para obra e pelo pagamento da mão de obra. A Sociedade Amigos de Bairro ficou responsável por selecionar e contratar os trabalhadores, divulgar o processo junto à comunidade e administrar a obra. Os trabalhadores formaram cooperativas como estímulo à sua organização autônoma, além de serem incentivados a participar ativamente das decisões de canteiro. Mayumi reafirmava assim seu alinhamento com as propostas do grupo Arquitetura Nova, em especial com o tratamento do canteiro

² Conforme “O surgimento das novas escolas” no Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura, 1976, reproduzido em Lima (1995).

como espaço de formação dos cidadãos e de transformação das relações de produção na obra (LEFÈVRE, 1981).

Essa experiência seria radicalizada durante a implantação do Centro de Desenvolvimento de Equipamentos Comunitários (Cedec), a partir de 1990. Em um contexto político favorável – redemocratização do país, promulgação da Constituição Federal em 1988, fortalecimento das organizações e movimentos sociais –, Luiza Erundina foi eleita prefeita de São Paulo, inaugurando um conjunto de experiências inovadoras em várias áreas, como os mutirões autogeridos na habitação. O secretário municipal de Educação Paulo Freire (1989) convoca toda a comunidade escolar a participar da construção coletiva do saber. Alinhada com o secretário, Mayumi reafirma suas propostas de construção do espaço escolar como o espaço democrático e coletivo de construção do conhecimento.

O Cedec era constituído por uma equipe de projetos e uma fábrica de elementos construtivos em argamassa armada para a produção de equipamentos sociais, obras de infraestrutura e mobiliário urbano. A equipe do Cedec investiu na formação técnica dos trabalhadores, especialmente para fomentar sua organização autônoma e consciente. Os projetos eram elaborados com a participação da comunidade, que também participava da montagem das escolas, por meio de cooperativas de mão de obra contratadas pela prefeitura. Essa experiência – que demandaria tempo maior de maturação para a comprovação de seus benefícios sociais e econômicos na produção seriada e flexível de equipamentos sociais – foi interrompida pela gestão seguinte, ideologicamente avessa a processos participativos emancipatórios tão radicais como esse.

A (re)construção da Escola Estadual João Kopke

A Escola Estadual João Kopke foi fundada em 1900 com o nome de Grupo Escolar da Alameda Triunfo. Em 1926 teve seu nome alterado para Grupo Escolar João Kopke e em 1930 mudou-se para um antigo casarão situado na Alameda Cleveland, 331, em Campos Elíseos.

Construído por volta de 1890, o casarão abrigou durante muito tempo apenas uma família da aristocracia do café e seus empregados. As constantes adaptações arquitetônicas para ajustar o casarão ao funcionamento da escola foram insuficientes para proporcionar condições sanitárias adequadas aos seus alunos, que somavam 1.300 em 1976. No ano seguinte, a Conesp decidiu substituir o casarão por um prédio novo no mesmo terreno, uma vez que não havia terrenos próximos para desapropriação. Foi proposta então a construção de uma nova escola ao lado do casarão, como forma de mantê-lo em funcionamento durante a obra. Com a conclusão do novo prédio, o casarão daria lugar à quadra esportiva e às demais áreas livres.

Mayumi aproveitou essa oportunidade para experimentar o processo de transformação dos espaços escolares com os estudantes. Ainda que não pudessem interferir no projeto da nova escola (em função do prazo exíguo de 12 meses para a conclusão da obra), os estudantes viveriam esse processo de transformação dos espaços intensamente e, ao final, projetariam e ocupariam um espaço especialmente dedicado a eles.

Uma equipe especial foi constituída para a realização dessa experiência, composta por uma série de atividades lúdicas com um grupo de alunos formado pelos representantes de todas as turmas. Para Mayumi, essas experiências:

[...] procuraram iniciar um trabalho constante junto às crianças para se captar a percepção que elas têm do espaço que ocupam e vivem e para saber como se daria a apropriação desse espaço pelas próprias crianças, caso tal apropriação lhes fosse permitida. Uma outra questão se colocava: como a criança manipula os elementos construtivos do espaço como instrumento de aprendizado (LIMA, 1979, p. 75).

As atividades – realizadas quinzenalmente durante um ano – incluíam brincadeiras sobre o movimento do corpo no espaço, pela imitação dos passos de uma baronesa em seu casarão ou de uma gueixa em seu quimono. Ou ainda sobre os movimentos necessários à sobrevivência dos bernardos-eremitas, moluscos marítimos que costumam se esconder de seus predadores em conchas, mudando-se para conchas cada vez maiores à medida em que vão crescendo.



Figuras 2 e 3: Atividades lúdicas realizadas com as crianças pela equipe Conesp, com Mayumi à frente na Figura 2. Fonte: Irineu Yoshihara, 1979.

Conforme Mayumi:

Havia na proposta a ideia de que construção e destruição são faces indissolúveis de uma mesma realidade que se transforma. Propunha-se ao grupo que todos participassem desse processo, conquistando cada novo espaço, sabendo o que se destruíria, o que se conservaria e principalmente como se apropriaria, através do uso, do estabelecimento de novas relações entre pessoas – alunos, professores e funcionários. O projeto terminaria, portanto, numa grande festa de destruição simbólica do velho prédio, por todos os usuários da escola que assistiram logo depois à derrubada final de suas paredes, dando lugar à construção da área de lazer e da quadra de esportes (LIMA, 1979, p. 76).

Uma maquete da nova escola foi instalada no saguão de entrada, junto a um painel com fotos da obra e ao aquário marinho com os bernardos-eremitas, para que as crianças e os jovens acompanhassem suas transformações. Uma urna recebia sugestões que poderiam ser anônimas ou não. Nos primeiros meses, os bilhetes depositados expressavam insatisfações, desconfianças e até xingamentos que, aos poucos, deram lugar a expressões mais positivas e mesmo pedidos de ajuda.

A equipe responsável pelas atividades realizou passeios com os alunos para reconhecimento do território do entorno da escola e de suas casas. Foram distribuídas máquinas fotográficas para registro e posterior indicação desses locais em uma foto aérea impressa.

Ao reconhecer as precárias condições de moradia das crianças, em geral cortiços e apartamentos pequenos, a equipe propôs a construção de um espaço exclusivamente destinado a elas na escola, para atividades de estudos complementares e lazer. Inicialmente os alunos propuseram uma piscina e uma discoteca, mas viram que não seria possível e decidiram então por um grêmio, com espaço para mesa de jogos e pequena arena para apresentações artísticas. A construção desse novo espaço utilizou elementos do casarão antigo, escolhidos pelos alunos como simbólicos de sua história: colunas de ferro fundido, um domo de cristal, um lustre de bronze e peças de cerâmica do piso original.



Figuras 4 e 5: Elementos do casarão reaproveitados para a construção do grêmio. Fonte: Irineu Yoshihara, 1979.

Cada representante de turma recebeu uma chave desse espaço para que, juntos, administrassem seu uso. No entanto, após a saída da equipe da Conesp, o grêmio foi tomado dos alunos pela diretoria da escola e transformado em depósito. Foram instaladas grades no pátio. Em 2015 essas chaves seriam recuperadas pelos estudantes, ainda que temporariamente, num processo inusitado de ocupação em defesa da escola e de ressignificação de seus espaços, reverberando as propostas de Mayumi de maneira igualmente combativa e lúdica.



Figuras 6 e 7: Festa de inauguração do grêmio. Fonte: Irineu Yoshihara, 1979.

A (re)ocupação da Escola Estadual João Kopke pelos estudantes em 2015

Em 23 de setembro de 2015, o governador de São Paulo anunciou na imprensa um plano para redistribuir os alunos das escolas estaduais em três grupos distintos de escolas, cada um deles relacionado com um dos três ciclos de ensino. Com o intuito de racionalizar o uso das instalações escolares, essa redistribuição, chamada pelo governo de Plano de Reorganização Escolar, levaria ao fechamento de 94 escolas e à realocação de mais de 300 mil estudantes.

Os estudantes rapidamente compreenderam que essa proposta afetaria de várias formas a qualidade já precária da educação oferecida, por meio da superlotação de salas de aula, do aumento da distância entre casa e escola, trajeto realizado por um transporte público já deficitário, da redução de oportunidades (por fechamento de cursos noturnos) para estudantes que trabalham e até mesmo do fechamento de salas de educação de jovens e adultos.

Contrários à proposta, os estudantes iniciaram uma série de tratativas para negociar com o governo estadual – desde propostas de reuniões até manifestações de rua –, todas sem sucesso. Em meados de novembro, os estudantes realizaram, então, uma virada tática de mobilização e passaram a ocupar as escolas para impedir seu fechamento. Em menos de um mês, mais de 200 escolas foram ocupadas. A proposta conquistou grande parte da opinião pública, por seu ineditismo e pela coragem de estudantes em enfrentar a força policial e a arbitrariedade de diretores. O conteúdo simbólico dessa luta – estudantes enfrentando a força em defesa do conhecimento – ganhou imagens que se espalharam pela mídia, ampliando seu apoio por diferentes setores da sociedade.

Estudantes autônomos, orientados por princípios de horizontalidade, democracia direta e apartidarismo, constituíram “um movimento estudantil de novo tipo, não burocrático e com novas táticas, voltado à ação direta de resistência às reformas educacionais gerenciais de caráter autoritário, tecnocrático e/ou reacionário” (XIMENES, 2019, p. 53).

O movimento ganhou força e conquistou, em 4 de dezembro de 2015, não só a demissão do secretário estadual de Educação, mas também o anúncio da suspensão do projeto pelo governador. Documentários registraram “a quente” o calor dos acontecimentos. Estudos acadêmicos e registros artísticos têm jogado luz ao debate. É nesse conjunto de informações e análises que buscamos o registro do aspecto das ocupações que dialoga com as proposições de Mayumi Souza Lima – a transformação do espaço pelos próprios estudantes como forma de produção de conhecimento de si e do mundo.

O avanço do neoliberalismo e a consequente retirada de investimentos públicos na educação correspondem ao período da educação denominado por Saviani (2010) de neotecnista e neoprodutivista, resultantes dos efeitos da globalização do capital nos arranjos produtivos locais. Exacerbam-se os processos de empobrecimento e padronização dos currículos das escolas públicas em âmbito nacional, desconsiderando as especificidades locais, o apostilamento do ensino, as avaliações externas em larga escala.

Os estudantes ocuparam a Escola Estadual João Kopke em 16 de novembro de 2015 e se apropriaram de todos aqueles ambientes de acesso controlado (e raramente permitido) pelos adultos – cozinha, biblioteca, sala de informática, o antigo grêmio e até a cobertura. Traçaram planos, arrecadaram mantimentos, cozinham, distribuíram informações, conhecimento, poesia. E convidaram famílias, professores, filósofos e artistas a conhecer esse processo. Um desses artistas foi Fernando Sato, que registrou um testemunho vibrante desse processo, transcrito a seguir:

Na escola João Kopke, participei da entrega das chaves. Vi a biblioteca antes e depois. Antes eram caixas fechadas, livros jogados pelos cantos, carteiras e mesas amontoadas. Eles arrumaram gôndolas, deixaram tudo separado, criaram uma área de leitura que antes não existia. Dava para ver uma diferença entre a forma como eles montaram o espaço e a forma como ele normalmente é montado. Eles organizaram o espaço para qualquer um usar, não para uma pessoa especialista ter controle dele.

[...] alguns alunos me perguntaram “quer ir a um lugar muito legal?” e pegaram as chaves e me levaram ao teto da escola, que fica no bairro da Luz, na “Cracolândia”. Foi um momento de silêncio, de contemplação, no meio de uma região complicada, que vive em litígio. “Olha, ali fica tal coisa!”, “ali fica outra”, foi muito bonito como, lá do alto, eles foram mostrando o bairro. A escola era um castelo e eles estavam na torre. Aquele espaço, que antes não era deles, nas ocupações passou a ser (GRUPO CONTRAFILÉ, 2016, p. 105).

Protagonismo e autonomia estudantil na construção do espaço da educação

Após entregar as chaves do grêmio aos estudantes da João Kopke, Mayumi voltou à escola em duas ocasiões, nas quais pôde verificar que o grêmio

permanecia fechado, pela ação ilegítima e autoritária de sua direção. Registrou e avaliou essa experiência em artigos e livros já citados e continuou abrindo brechas através de novas experiências. Não poderia imaginar que, 38 anos depois, os estudantes da João Kopke retomariam essas chaves confiscadas, para evidenciar e radicalizar algumas de suas propostas. Como uma ideia potente à espera de realização, sua experiência sobre a apropriação do espaço escolar pelos estudantes viria a ser atualizada pelos próprios estudantes, que reivindicavam o protagonismo de suas transformações.

Mayumi partia da crítica sobre como os adultos domesticam o potencial libertário de corpos autônomos:

A organização e a distribuição dos espaços, a limitação dos movimentos, a nebulosidade das informações visuais e até mesmo a falta de conforto ambiental estavam e estão voltadas para a produção de adultos domesticados, obedientes e disciplinados – se possível limpos – destituídos de vontade própria e temerosos de indagações.

[...] Porque os grupos que detêm o poder na sociedade sabem da potencialidade do ato autônomo e criativo na apropriação do espaço ambiente, reprimem-se as iniciativas; os espaços por eles definidos se voltam para a criação da ilusão de sua superioridade; são programados para facilitar o controle e a repressão; e aumentam a dependência e a submissão dos dominados (LIMA, 1989, p. 10).

Em 1977, durante o processo de construção do novo prédio da Escola Estadual João Kopke, as experiências de reconhecimento e transformação dos espaços foram provocadas por uma ação inovadora, externa ao movimento dos estudantes. O espaço normatizado pelos professores estava tão assimilado pelos alunos que foi necessário que a equipe da Conesp cobrisse as mesas e cadeiras para que as crianças e os jovens pudessem se soltar e entrar na brincadeira sobre os diferentes movimentos do corpo.

Durante a ocupação da escola em 2015, essas carteiras foram descobertas. Assumiram outros significados e funções: tornaram-se escudos, vestiram corpos que se arriscavam para fora da sala de aula, pelas ruas da cidade. Sinalizaram fronteiras nos chamados tranços de ruas. Ganharam asas para que pudessem se tornar ideia-força desenhada com alto poder de comunicação.



Figuras 8 e 9: Diferentes apropriações da carteira escolar. Fonte: Jornalistas Livres, Grupo Bijari, 2015.

Ao final de sua construção, as chaves do grêmio da João Kopke foram confiscadas pela direção, e o espaço transformou-se em depósito de carteiras. Em registro sobre essa experiência, Mayumi afirmaria:

Repetindo Mendel, diríamos que a diferença real que existe entre o adulto e a criança está na desigualdade da força entre ambos, material ou financeira. Esta diferença faz com que, desde a primeira infância, a criança vá sendo subjugada por diferentes formas de autoridade que a impede, principalmente na fase escolar, de manifestar-se livremente ou de conceber outros padrões que não sejam aqueles adotados pelos adultos. Mas se esta situação ocorre, as experiências sugerem, também, que as crianças mostram uma capacidade maior para responder positivamente aos estímulos novos, transformando os espaços através de um uso que lhes é próprio, desde que se assegurem condições para sua participação (LIMA, 1979. p. 80).

Se a condição de participação foi subtraída logo após a saída de cena da equipe da Conesp, a eclosão autônoma do movimento estudantil em 2015 recriaria as condições para transformar aquelas ocupações em verdadeira apropriação dos espaços escolares para a construção compartilhada de conhecimento – de si e do mundo. Os alunos ocuparam todos os espaços, reabrindo o grêmio e liberando as carteiras para novas apropriações.

Mais um depoimento do grupo Contrafilé (2016, p. 100) registra esse movimento:

Os alunos limpando (a escola), pintando a parede (da escola), cozinhando (na escola) comidas frescas (tudo porque querem, porque acreditam que isso é importante como gesto) são atos extremamente políticos em uma escola

pública no Estado de São Paulo, nos dias de hoje, porque agir dessa forma, em sua simplicidade formal, não é coisa banal. Não é banal cuidar da escola com carinho. Não é banal o sentimento de amor pelo território que nos constitui e atravessa, pelas pessoas que não conhecemos, pelos espaços por onde passamos, mesmo por aqueles que conhecemos.

As experiências realizadas por Mayumi e pelos estudantes em 2015, se colocadas em diálogo, revelam potência de transformação. Apontam saídas para uma escola mais aberta, com usos livres de suas dependências pelos alunos e pelas alunas, com uma programação e um projeto pedagógico afeitos às suas necessidades de crescimento, autonomia e emancipação.

Os portões da Escola Estadual João Kopke devem ser reabertos em breve, para que os estudantes se aproximem com cuidado e encontrem o necessário acolhimento de sua comunidade escolar, após o traumático período de isolamento e privações decorrentes da pandemia de Covid-19. Haverá muito a ser reconstruído. Construção e destruição como faces indissociáveis de um mesmo processo de transformação... como nos mostrou Mayumi Souza Lima.

REFERÊNCIAS

- BUITONI, C. S. *Mayumi Watanabe Souza Lima: a construção do espaço para a educação*. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- FREIRE, P. Aos que fazem educação conosco em São Paulo. *Diário Oficial do Município*, São Paulo, edição especial, 1º fev. 1989.
- GRUPO CONTRAFILÉ. *A batalha do vivo*. Caderno publicado por ocasião da exposição *Playgrounds 2016*, realizada no Museu de Arte de São Paulo (Masp) e Sesc Interlagos. São Paulo, 2016. Disponível em: https://issuu.com/grupocontrafile/docs/a_batalha_do_vivo. Acesso em: 13 set. 2020.
- LEFÈVRE, R. B. *Projeto de um acampamento de obra: uma utopia*. 1981. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- LIMA, M. W. S. A criança e a percepção do espaço. *Cadernos de Pesquisa*, n. 31, p. 73-80, dez. 1979.
- LIMA, M. W. S. *Espaços educativos: uso e construção*. Brasília: MEC, CEDATE, 1988a.

LIMA, M. W. S. Estado e movimentos populares na construção do prédio escolar: confronto ou colaboração. Texto apresentado para exame geral de qualificação/doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1988b.

LIMA, M. W. S. *A cidade e a criança*. São Paulo: Nobel, 1989.

LIMA, M. W. S. *Arquitetura e educação*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2010.

XIMENES, S. B. Contra quem os estudantes lutam? As ocupações secundaristas no epicentro das disputas sobre a escola pública. In: MEDEIROS, J.; JANUÁRIO, A.; MELO, R. (org.). *Ocupar e resistir*. Movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016). São Paulo: Editora 34, 2019.

Indicadores urbanos de cidades inteligentes: agentes de transformação no espaço urbano-arquitetônico

Urban indicators of smart cities: transformation agents in the urban-architectural space

Indicadores urbanos de ciudades inteligentes: agentes de transformación en el espacio urbano-arquitectónico

Tháisa Leal da Silva, doutora em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores pela Universidade de Coimbra (UC). Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo (PPGARQ) da Faculdade Meridional (Imed).

E-mail: thaisa.silva@imed.edu.br  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5356-3398>

Letícia Muller, menestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo (PPGARQ) da Faculdade Meridional (Imed).

E-mail: letimuller18@hotmail.com  ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0676-184X>

Para citar este artigo: SILVA, T. L. da; MULLER, L. Indicadores urbanos de cidades inteligentes: agentes de transformação no espaço urbano-arquitetônico. *Cadernos de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n.2, p. 143-159, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n2p143-159

Submissão: 2020-05-31

Aceite: 2020-11-20

Resumo

O ambiente urbano tem sido permeado por importantes mudanças advindas do fenômeno da urbanização. Tal fenômeno gera algumas das principais problemáticas das cidades contemporâneas, nas dimensões social, ambiental e econômica. Assim,

planejar e gerir as cidades tem sido um desafio para os gestores públicos. Uma iniciativa que busca auxiliar nesse processo é o conceito de cidades inteligentes, que utiliza as TIC como agentes de transformação no meio urbano. Uma das ferramentas advindas desse conceito é a utilização de indicadores para mensuração dos serviços e da infraestrutura nas cidades. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar os indicadores urbanos de meio ambiente da cidade de Passo Fundo. Na metodologia, utilizaram-se como referência os indicadores do *Ranking Connected Smart Cities*, bem como um recorte regional das cidades de médio porte mais bem classificadas no *ranking*. Os resultados demonstram que a maioria dos índices de Passo Fundo são inferiores aos das cidades analisadas. Entretanto, a cidade apresenta índices satisfatórios, como o atendimento urbano total no abastecimento de água e 98,1% de cobertura de coleta de resíduos sólidos, que são importantes iniciativas na busca por tornar-se uma cidade mais inteligente e sustentável.

Palavras-chave: Indicadores urbanos; Meio ambiente; Cidades inteligentes; Passo Fundo; Espaço urbano.

Abstract

The urban environment has been permeated by important changes arising from the phenomenon of urbanization. Such phenomenon generates some of the main problems of contemporary cities, in the social, environmental and economic dimensions. Thus, planning and managing cities has been a challenge for public managers. An initiative that seeks to assist in this process is the concept of smart cities, which uses ICT as agents of transformation in the urban environment. One of the tools derived from this concept is the use of indicators to measure services and infrastructure in cities. In this sense, the objective of this article is to analyze the urban indicators of environment of the city of Passo Fundo. In the methodology, the indicators of the Ranking Connected Smart Cities were used as a reference, as well as a regional section of the medium-sized cities best classified in the ranking. The results show that most of the Passo Fundo indices are lower than those of the cities analyzed. However, the city has satisfactory rates, such as total urban service in water supply, and 98.1% coverage of solid waste collection, which are important initiatives in the quest to become a more intelligent and sustainable city.

Keywords: Urban indicators; Environment; Smart cities; Passo Fundo; Urban space.

Resumen

El entorno urbano ha estado impregnado de importantes cambios derivados del fenómeno de la urbanización. Tal fenómeno genera algunos de los principales problemas de las ciudades contemporáneas, en las dimensiones social, ambiental y económica. Así, planificar y gestionar ciudades ha sido un desafío para los gestores públicos. Una iniciativa que busca ayudar en este proceso es el concepto de *smart cities*, que utiliza las TIC como agentes de transformación en el entorno urbano. Una herramienta derivada de este concepto es el uso de indicadores para medir servicios e

infraestrutura en las ciudades. En este sentido, el objetivo de este artículo es analizar los indicadores urbanos de medio ambiente de Passo Fundo. En la metodología, los indicadores del Ranking de Ciudades Inteligentes Conectadas se utilizaron como referencia, así como una sección regional de las ciudades medianas mejor clasificadas en el *ranking*. Los resultados muestran que la mayoría de los índices de Passo Fundo son más bajos que los de las ciudades analizadas. Empero, la ciudad tiene tasas satisfactorias, como servicio urbano total en el suministro de agua y 98,1% de recolección de residuos sólidos, que son iniciativas importantes en la búsqueda de convertirse en una ciudad más inteligente y sostenible.

Palabras clave: Indicadores urbanos; Medio ambiente; Ciudades inteligentes; Passo Fundo; Espacio urbano.

INTRODUÇÃO

O intenso processo de urbanização tem transformado as cidades contemporâneas. Habitar o presente é desafiador quando olhamos os elementos relacionados às necessidades básicas de morar neste século XXI (BRANDÃO NETO, 2002). Logo, é necessário entender qual é o papel das cidades, como elas funcionam, suas dinâmicas, suas necessidades e sua relação com a sociedade.

O cenário de globalização no qual as cidades se encontram tem alterado seus papéis. Hoje, elas surgem como protagonistas, e adaptá-las a esse novo contexto tem sido um grande desafio (CASTELLS, 2009). A cidade é muito mais do que seus edifícios e suas arquiteturas, ela é constituída por partes fundamentais da vida urbana, como redes de transporte, vias, espaços de mercadorias, áreas verdes e ambientes de convivência (SOLÁ-MORALES, 2002).

Nesse sentido, é fundamental a compreensão das inter-relações entre o homem e o ambiente construído, e as dinâmicas que acontecem nessa envoltória. As ações humanas sobre o meio ambiente natural ou construído, assim como os ambientes resultantes de projetos de arquitetura ou de planos urbanísticos, geram consequências e afetam a qualidade de vida e o bem-estar dos seus usuários (RHEINGANTZ; ALCANTARA; DEL RIO, 2005).

Esse cenário de inter-relação exige que o planejamento e gerenciamento das cidades estejam em constante transformação, alinhando as diretrizes projetuais com os desejos e anseios da sociedade (LEITE; AWAD, 2012). Desse modo, planejar e gerir um ambiente tão dinâmico requer métodos cada vez mais inovadores, visando mitigar os problemas atuais e concentrando-se em possíveis articulações de agentes urbanos, com o intuito de explorar as reais possibilidades das cidades (BRANDÃO NETO, 2002).

Assim, iniciativas que buscam auxiliar na construção de cidades mais sustentáveis têm surgido de forma proeminente, como o conceito de cidades inteligentes ou *smart cities* (WEISS, 2017). Esse novo paradigma é caracterizado por utilizar as tecnologias da informação e comunicação (TIC) como uma ferramenta de transformação nas cidades, a fim de otimizar a dinâmica urbana e combater desperdícios de recursos, tempo e dinheiro público, promovendo uma melhor qualidade de vida aos cidadãos (CARAGLIU; DEL BO; NUKAMP, 2009).

Cada vez mais, o conceito de cidades inteligentes se configura como uma política de modelação urbana evidenciada, principalmente, pela mensuração e avaliação de indicadores urbanos (ALVES; DIAS; SEIXAS, 2019). Desse modo, o desenvolvimento de cidades inteligentes tem sido capaz de transformar a realidade das cidades, contribuindo para a tomada de decisões concretas no espaço urbano, com consequências diretas sobre a concepção contemporânea da cidade, das políticas urbanas e da cidadania (GONZÁLEZ, 2015).

No Brasil, desde 2015 a Urban Systems divulga anualmente o *Ranking Connected Smart Cities* – RCSC (CONNECTED SMART CITIES, 2019), que classifica as cem

idades mais inteligentes do país. O ranqueamento ocorre de acordo com a análise de 11 áreas ou eixos principais que são compostos por um total de 70 indicadores. Tais indicadores corroboram a Agenda 2030 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015), que contempla 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas dimensões econômica, social e ambiental.

Perante o cenário apresentado e sob a ótica de cidades inteligentes, a presente pesquisa objetiva realizar uma análise dos indicadores urbanos de meio ambiente da cidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, utilizando como referência os indicadores das cidades de médio porte mais classificadas no RCSC mais recente. Além disso, buscou-se realizar uma análise crítica sobre os dados levantados, identificando-se pontos positivos e pontos a melhorar no contexto dos indicadores analisados.

O espaço e o homem: convergência e transformação no meio urbano

O espaço se configura a partir do conjunto de relações que vinculam um determinado ambiente a quem o percebe. Logo, podemos considerar o espaço como uma das dimensões da existência humana e o espaço urbano-arquitetônico como uma concretização desse espaço existencial (AUGÉ, 1994; RHEINGANTZ; ALCANTARA; DEL RIO, 2005).

O espaço é funcional e simbólico, no qual as pessoas exercem funções e produzem significados, incorporando a ele as dimensões política, econômica e cultural (DE PAOLI, 2013). É nesse espaço que a vida objetiva e subjetiva, com desigualdades, idiosincrasias, ritmos e identidades, desenvolve-se (HAESBAERT, 2005).

Coelho (2008) ressalta que é nesse olhar sobre as relações que acontecem nos espaços de transição entre o habitar e a cidade que se encontram soluções estimulantes que aproximam tais espaços das dimensões humanas, produzindo pedaços de cidade desejavelmente habitados e atuando nas edificações e nas relações que o espaço construído estabelece com seu contexto urbano.

Nesse sentido, é importante pensar e planejar as cidades alinhando esses conceitos, em que, o projeto abandona a posição passiva, preestabelecida, e passa a atuar de forma ativa, criando oportunidades para o desenvolvimento local (BRANDÃO NETO, 2002).

Assim, percebemos como o espaço e a sociedade estão diretamente relacionados. Não se concebe um espaço sem uma sociedade e, igualmente, não se pensa em uma sociedade sem pensar no componente espacial (DE PAOLI, 2013). É uma relação conjunta, na qual os usuários criam e modificam o espaço, ao mesmo tempo que são influenciados por ele de distintas maneiras.

Os projetos e planos passam a ter um significado estratégico e funcionam de maneira articulada com outros agentes urbanos, provocando efeitos e benefícios multidimensionais que transcendem os limites da área de intervenção, e

exploram as reais possibilidades da cidade (BRANDÃO NETO, 2002; DE PAOLI, 2013).

No cenário contemporâneo, não faltam aos gestores recursos técnicos e oportunidades para otimizar o espaço urbano. O avanço das TIC possibilita o uso de técnicas apuradas de controle e análise de dados, permitindo ainda a participação efetiva da população na tomada de decisões (MEDRANO, 2010).

Cidades inteligentes: a leitura do meio urbano por meio de indicadores

As cidades contemporâneas são caracterizadas pelo desenvolvimento econômico e pelo aumento populacional, e, além disso, são produtos da organização espacial dos locais onde se inserem. Acerca disso, Weiss (2017) observa que as cidades têm se posicionado centralmente no cenário global, conformando-se como vetores para a integração dos fluxos de informação, conhecimentos e negócios.

O progresso na era da informação apresenta o surgimento de uma sociedade em rede, na qual os avanços das TIC geram importantes reflexos sociais, inclusive em relação às cidades (CASTELL, 2009). Neste contexto, com a implantação das TIC no meio urbano, surgem as Cidades Inteligentes.

A expressão *smart city* (cidade inteligente) foi utilizada no início da década de 1990, a fim de conceituar o fenômeno de desenvolvimento urbano dependente da tecnologia, inovação e globalização, principalmente voltada para uma perspectiva econômica (GIBSON; KOZMETSKY; SMILOR, 1992). Já nos anos 2000, o conceito ganhou maior amplitude no debate científico, sendo objeto de discussões e reflexões em várias esferas da sociedade (GIFFINGER *et al.*, 2007; LEITE; AWAD, 2012).

Giffinger *et al.* (2007) acreditam que o conceito de cidade inteligente tem como premissa a questão de inteligência, com cidadãos independentes e conscientes. O conceito proposto por Batty, Axhausen e Giannotti (2012) coloca as TIC como principal característica do conceito e, ademais, aponta que as cidades inteligentes são instrumentos para melhorar a competitividade da comunidade.

Gil-Garcia, Pardo e Nam (2016) identificam alguns pontos convergentes dentro das principais definições e objetivos das cidades inteligentes: 1. uso das TIC na cidade; 2. presença de infraestrutura física e de rede; 3. melhoria na prestação e qualidade dos serviços públicos à população; 4. integração e interconexão de sistemas e infraestrutura, permitindo o desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental; 5. melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.

Nam e Pardo (2011) destacam que criar cidades inteligentes não é uma revolução nem um fenômeno localizado particularmente, ao contrário, trata-se de uma evolução, de desenvolvimento socioeconômico e de um fenômeno global.

Nesse sentido, o gerenciamento de uma cidade inteligente pode ser considerado um motor básico para a transformação dos serviços e das inovações dessa cidade,

mudando significativamente os princípios de gestão do meio urbano (USTUGOVA *et al.*, 2017).

As ferramentas de gestão advindas das cidades inteligentes são evidenciadas principalmente por indicadores e *rankings*. Segundo Giffinger *et al.* (2007, p. 6), “os *rankings* tornaram-se um instrumento central para avaliar a atratividade de algumas regiões urbanas”. Por conta disso, os *rankings* são de grande importância para verificar o nível de inteligência em que se encontram as cidades, gerando competitividade entre elas (PALETTA; VASCONCELOS; GONÇALVES, 2015).

Desse modo, os indicadores urbanos devem contemplar a diversidade dos problemas urbanos contemporâneos e, ao mesmo tempo, permitir incorporar questões relacionadas à gestão, às políticas públicas e às iniciativas de sustentabilidade. É necessário dar um sentido durável à cidade que surge, cresce e se transforma, estabelecendo relações entre o homem e o meio ambiente como um todo (MARTINS; CÂNDIDO, 2015).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), o objetivo dos indicadores urbanos é identificar variações, processos e tendências, uma vez que estes permitem o monitoramento constante, de modo a estabelecer comparações e facilitar o entendimento do público em relação ao tema. Dessa forma, os indicadores servem como um subsídio para mensuração e compreensão do *status quo*¹ de uma parcela territorial (LEITE; AWAD, 2012).

O Brasil tem experimentado algumas iniciativas de cidades inteligentes, e uma delas é o RCSC que visa mapear as cidades com maior potencial de desenvolvimento no Brasil, por meio de indicadores que retratam a inteligência, a conexão e a sustentabilidade das cidades (CONNECTED SMART CITIES, 2019).

O RCSC é composto por 11 eixos principais – mobilidade, urbanismo, meio ambiente, energia, tecnologia e inovação, economia, educação, saúde, segurança, empreendedorismo e governança –, os quais são constituídos por um total de 70 indicadores (CONNECTED SMART CITIES, 2019).

Outra iniciativa nacional que trabalha com indicadores de cidades inteligentes é a ABNT NBR ISO 37122 – “Cidades e comunidades sustentáveis – indicadores para cidades inteligentes”. Trata-se da primeira normativa no país a apresentar a aplicação e mensuração de indicadores de cidades inteligente. A normativa utiliza parâmetros internacionais, a International Organization for Standardization (ISO), com métricas mundialmente reconhecidas. Para aplicação no cenário brasileiro, a ISO passou por uma adequação para realidade local, considerando indicadores nacionais.

A ABNT NBR ISO 37122 é dividida em 22 eixos, que são compostos por 80 indicadores. Esses indicadores estão vinculados à possibilidade de proporcionar um ambiente de vida melhor, em que políticas, práticas e tecnologias inteligentes sejam colocadas a serviço dos cidadãos.

¹ Status quo = expressão derivada do latim que significa “estado atual”.

Tanto os indicadores do RCSC como os da ABNT NBR ISO 37122 estão relacionados aos ODS. Destaque para o ODS 11, acerca das cidades e comunidades sustentáveis, o qual visa transformar significativamente a construção e a gestão do espaço urbano em prol do desenvolvimento sustentável. Temas relacionados à gestão de resíduos sólidos e saneamento básico estão incluídos nas metas apresentadas nos ODS (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Para a presente pesquisa, elencaram-se os indicadores de meio ambiente do RCSC para a realização de uma análise mais aprofundada, já que eles estão atualizados e monitorados em várias cidades.

A próxima seção abordará os processos metodológicos, apresentando as etapas e os métodos utilizados na realização desta pesquisa. Ademais, será realizada a apresentação do objeto de estudo e de suas características.

Procedimentos metodológicos

O desenvolvimento do trabalho baseou-se em um estudo de caso, na medida em que busca analisar o contexto dos indicadores de meio ambiente na cidade de Passo Fundo, utilizando como referência o RCSC. A partir do objetivo principal proposto nesta pesquisa, foi adotado o cumprimento dos procedimentos específicos, resultando em quatro etapas conforme apresentado na Figura 1.

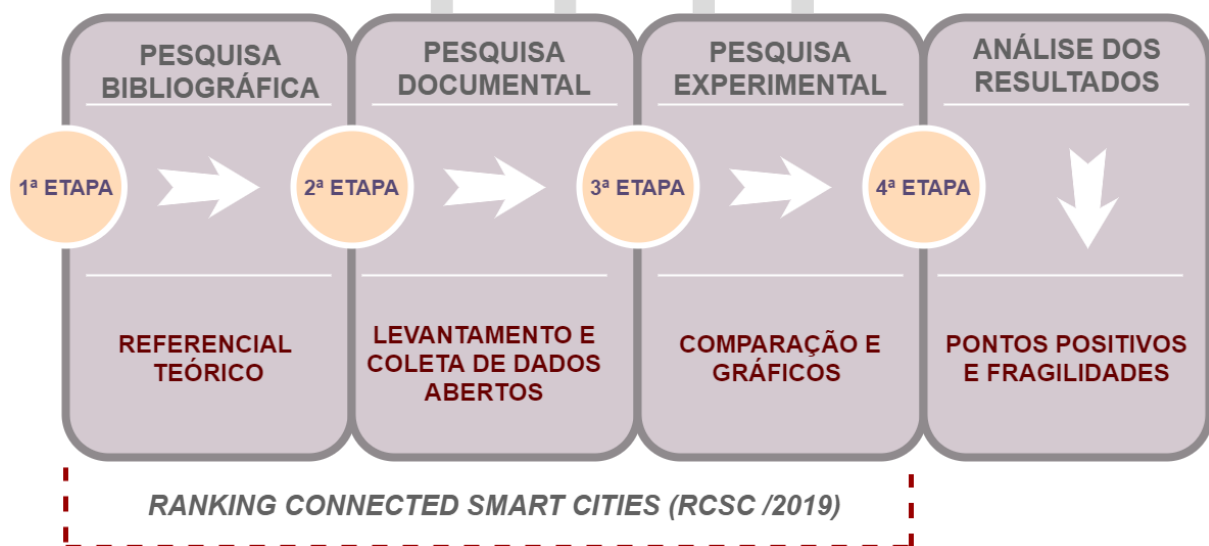


Figura 1: Etapas dos procedimentos metodológicos. Fonte: Elaborada pelas autoras.

Conforme apresentado na Figura 1, as etapas são embasadas nos indicadores do RCSC. Tais indicadores apresentam características específicas que serão detalhadas na subseção a seguir.

Ranking Connected Smart Cities

Para a aplicação da metodologia, os dados abertos utilizados foram levantados e coletados em plataformas e bancos de dados oficiais. O Quadro 1 apresenta os indicadores que compõem o eixo de meio ambiente do RCSC, bem como a unidade de medida de cada indicador e a fonte dos dados abertos em que são coletados.

EIXO	INDICADORES	UNIDADE	FONTE
MEIO AMBIENTE	% Atendimento urbano de água	%	Snis
	Paralisação do abastecimento	Horas médias	Snis
	% Na perda de distribuição de água	%	Snis
	% Atendimento urbano de esgoto	%	Snis
	% Tratamento de esgoto	%	Snis
	% Recuperação de materiais recicláveis	%	Snis
	% Cobertura de coleta de resíduos sólidos	%	Snis
	Monitoramento de áreas de risco	Sim/não	Cemaden
	% Resíduos plásticos recuperados	%	Snis

Quadro 1: Indicadores do eixo de meio ambiente. Fonte: Elaborado pelas autoras.

Conforme apresentado no Quadro 1, o eixo de meio ambiente é composto por nove indicadores. Tais indicadores englobam questões relacionadas ao saneamento básico, ao abastecimento de água potável e aos resíduos sólidos. Os dados foram coletados na plataforma do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis) e do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

A escolha do eixo meio ambiente se deve ao fato de a temática de saneamento básico representar um dos maiores problemas da urbanização brasileira, afetando diretamente a saúde da população. Serviços sanitários precários ou inexistentes ameaçam o cotidiano da população, enquanto a disposição final dos resíduos sólidos e efluentes impactam ambientalmente áreas em níveis local e regional.

Desse modo, este trabalho busca analisar o contexto de Passo Fundo no que diz respeito aos indicadores mencionados, que englobam questões de cunho ambiental, social e econômico. Ademais, tais indicadores são importantes agentes

na construção e conformação do espaço urbano. Na subseção a seguir, será apresentado o objeto do estudo de caso, a cidade de Passo Fundo.

Passo Fundo

Localizada na parte setentrional do Rio Grande do Sul, Passo Fundo figura como a principal cidade do noroeste gaúcho, caracterizada pelo alto Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (2015). Passo Fundo é uma cidade de porte médio,² reconhecida como importante polo econômico, médico e educacional.

A região noroeste, onde Passo Fundo está inserido, se caracteriza por ser uma rede urbana formada majoritariamente por municípios pequenos, que buscam em municípios maiores acesso a bens e serviços que não encontram em seus pequenos núcleos. Nesse sentido, Passo Fundo torna-se referência regional, participando da dinâmica socioeconômica e populacional das cidades próximas (FERRETTO, 2012).

A proposição de utilizar Passo Fundo como objeto do estudo de caso se deu com o intuito de verificar em que patamar a cidade se encontra em relação a algumas das principais cidades inteligentes do país, segundo o RCSC. Para tanto, foram selecionadas as cidades de porte médio, localizadas na Região Sul do Brasil, mais bem classificadas no *ranking* de 2019. A Tabela 1 traz a relação das cidades selecionadas, bem como seu número de habitantes e sua classificação no RCSC de 2019.

	CIDADE	Nº DE HAB.	POSIÇÃO RCSC 2019
RCSC 2019	Florianópolis - SC	492.977	7º
	Blumenau - SC	352.460	9º
	Itajaí - SC	215.895	16º
	Balneário Camboriú - SC	138.792	17º
	Passo Fundo - RS	201.767	-----

Tabela 1: Cidades de médio porte da Região Sul mais bem classificadas no RCSC de 2019. Fonte: Elaborada pelas autoras com base no RCSC (2019).

Conforme apresentado na Tabela 1, a comparação do objeto de estudo (Passo Fundo) foi realizada com outras quatro cidades da Região Sul, todas localizadas no estado de Santa Catarina. Esse recorte regional permitiu realizar análises e

² Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, são classificadas como cidades de médio porte aquelas que têm de 100 mil a 500 mil habitantes.

comparações com cidades que possuem características climáticas e influências semelhantes às de Passo Fundo.

Após o estudo dos indicadores de meio ambiente do RCSC a serem utilizados na pesquisa e depois da seleção das cidades a serem comparadas, foi realizada a segunda etapa da pesquisa que consistiu na coleta e no levantamento dos dados abertos dessas cidades. Posteriormente, realizou-se a comparação desses dados (terceira etapa) conforme apresentado na seção de resultados a seguir.

Resultados e discussões

O resultado da aplicação da metodologia resultou em dados comparativos que foram representados por meio de gráficos. Os indicadores de meio ambiente analisados foram agrupados por área temática, sendo respectivamente: sistema de água, sistema de esgoto, resíduos sólidos e áreas de risco.

A primeira análise realizada foi acerca do sistema de água potável, que engloba três indicadores: atendimento urbano de água, perdas na distribuição e horas de paralisação, os quais estão apresentados no Gráfico 1.

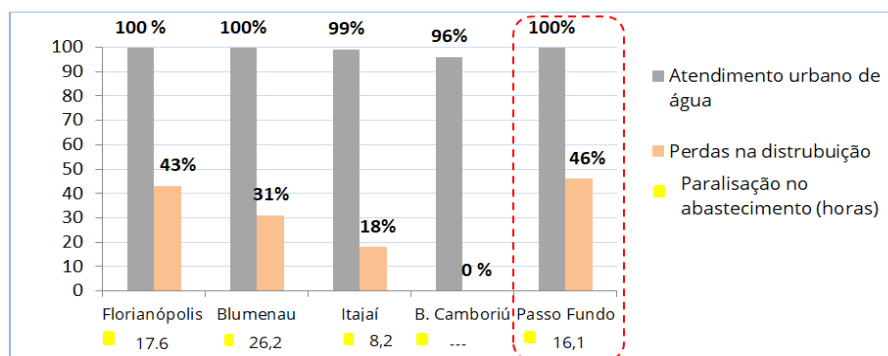


Gráfico 1: Indicadores relacionados ao sistema de água. Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os resultados do Gráfico 1 demonstram que Passo Fundo atende a toda a área urbana do município no que diz respeito ao abastecimento de água, entretanto apresenta o maior índice de perda na distribuição, em relação às demais cidades. O déficit nesse indicador representa desperdício de recursos naturais e econômicos, e, ademais, ressalta os problemas relacionados à infraestrutura urbana. Quanto ao indicador horas de paralisação no abastecimento de água, Passo Fundo tem uma média de 16,01 horas durante o ano, um coeficiente relativamente positivo quando comparado com as outras cidades que apresentam índices maiores.

O segundo contexto analisado apresenta os indicadores acerca do sistema de esgoto, sendo dois indicadores avaliados respectivamente: atendimento de esgoto urbano e tratamento de esgoto urbano, apresentados no Gráfico 2.

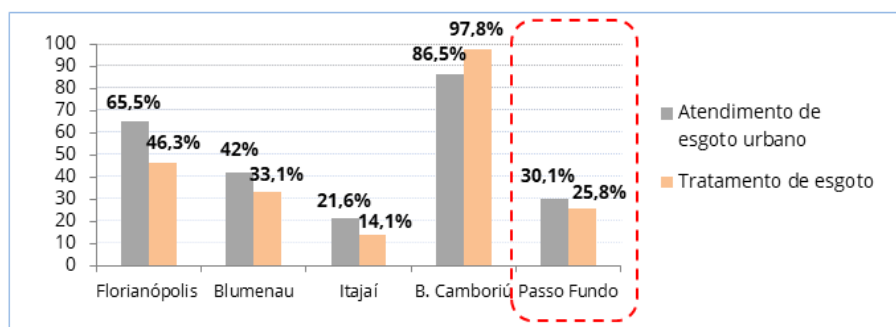


Gráfico 2: Indicadores relacionados ao sistema de esgoto. Fonte: Elaborado pelas autoras.

Conforme apresentado no Gráfico 2, no primeiro indicador referente à porcentagem de atendimento de esgoto dentro do perímetro urbano, Passo Fundo apresenta um valor muito abaixo do ideal. Entretanto, essa situação ocorre também nas cidades de Blumenau e Itajaí. Logo, esse dado evidencia o desafio da universalização desse sistema no Brasil. Vale ressaltar que, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (2018), apenas 53% da população brasileira tem acesso à coleta de esgoto, e cerca de cem milhões de brasileiros não têm acesso a esse serviço.

O segundo indicador analisado no Gráfico 2, acerca do saneamento básico, está diretamente associado ao primeiro, já que, a partir do percentual de atendimento de esgoto, faz-se a relação de quanto desse esgoto recebe destinação e tratamento correto. Os índices de tratamento de esgoto são ainda mais preocupantes, apresentando baixos patamares, que não chegam à metade da quantidade coletada.

A terceira área temática analisada foi acerca dos resíduos sólidos, a qual abrange três indicadores, respectivamente: recuperação de materiais recicláveis e resíduos plásticos recuperados (Gráfico 3), e cobertura da coleta de resíduos sólidos (Gráfico 4).

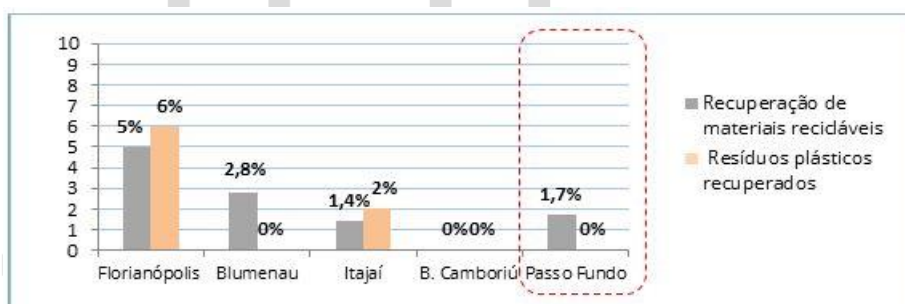


Gráfico 3: Indicadores relacionados a resíduos sólidos. Fonte: Elaborado pelas autoras.

Conforme apresentado no Gráfico 3, é possível analisar que tanto o indicador referente à recuperação de materiais recicláveis quanto o indicador de resíduos plásticos recuperados têm valores baixíssimos, não alcançando a casa dos 5%.

Apesar da existência de cooperativas e grupos que trabalham com reciclagem em Passo Fundo, o coeficiente de reciclagem ainda é pequeno. Ademais, são imprescindíveis educação ambiental, conscientização e colaboração da população para uma separação correta dos resíduos, de modo a facilitar a coleta e reciclagem. Já quanto aos resíduos plásticos recuperados, Passo Fundo não apresenta nenhuma taxa nesse quesito, bem como as cidades de Blumenau e Balneário Camboriú.

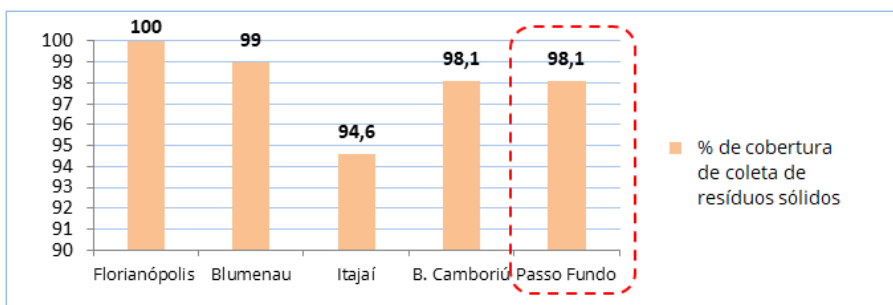


Gráfico 4: Indicadores relacionados à coleta de resíduos sólidos. Fonte: Elaborado pelas autoras.

A partir do Gráfico 4, que apresenta o indicador “% de cobertura de coleta de resíduos sólidos”, pode-se verificar que Passo Fundo ainda não atingiu a meta de 100% de recolhimento de resíduos sólidos da cidade, apesar de estar perto desse valor. Esse serviço ainda apresenta alguns pontos sem cobertura, principalmente nas áreas mais afastadas do centro.

O último indicador trabalhado foi o “monitoramento das áreas de risco”, que avalia se a cidade apresenta ou não o monitoramento de áreas sensíveis quanto a ações de chuvas, deslizamentos, enchentes, entre outras emergências. O Quadro 2 apresenta esses dados.

	CIDADE	Nº DE HAB.
CEMADEN	Florianópolis – SC	SIM
	Blumenau – SC	SIM
	Itajaí – SC	SIM
	Balneário Camboriú – SC	SIM
	Passo Fundo – RS	NÃO

Quadro 2: Monitoramento de áreas de risco. Fonte: Elaborado pelas autoras.

Conforme mostra o Quadro 2, todas as cidades comparadas apresentam o monitoramento de áreas de risco, exceto Passo Fundo que até o momento não faz a supervisão dessas áreas. Salienta-se que o principal intuito do monitoramento é preservar a vida e reduzir danos e transtornos socioeconômicos provenientes de adversidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios de implementar iniciativas de cidades inteligentes no Brasil não são pequenos, principalmente quando se abordam questões sociais. Contudo, o Brasil tem experimentado algumas iniciativas, como é o caso do RCSC (CONNECTED SMART CITIES, 2019).

Nesse contexto, este artigo realizou uma análise dos indicadores urbanos de meio ambiente da cidade de Passo Fundo. O estudo utilizou como referência os indicadores do RCSC, bem como os índices das cidades de médio porte da Região Sul mais bem classificadas nesse *ranking*. A análise proveniente do levantamento de dados foi de fundamental importância para a compreensão dos indicadores. Os resultados expressos em gráficos trouxeram a dimensão do contexto estudado e das peculiaridades de cada cidade comparada.

Após essa análise mais aprofundada, foi possível observar que os índices de Passo Fundo ainda são um pouco inferiores àqueles das cidades de porte médio analisadas (Florianópolis, Blumenau, Itajaí e Balneário Camboriú), estando distantes dos valores necessários para tornar-se uma cidade mais sustentável e inteligente.

A principal fragilidade demonstrada pelos resultados, no que diz respeito à cidade de Passo Fundo, é a questão relacionada aos indicadores de saneamento básico, pois, além de atender apenas a um terço da área urbana, o tratamento correto dos efluentes corresponde a apenas 25% da área atendida. Vale ressaltar que o acesso a serviços e infraestruturas de saneamento básico de qualidade é essencial para o desenvolvimento socioambiental.

Os indicadores relacionados à temática de reciclagem e materiais recuperados também apresentaram baixo desempenho. Iniciativas de conscientização e educação ambiental têm engajado a população nessa causa. Entretanto, ainda há uma lacuna entre a retórica e a prática.

Entre os pontos positivos apresentados pelos indicadores, podemos ressaltar o abastecimento de água que atende à totalidade da área urbana de Passo Fundo. Esse indicador está alinhado com o ODS 6 que visa assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água para todos.

A concepção dos espaços urbano-arquitetônicos tem como premissa o desenvolvimento em todas as suas dimensões, trata-se de uma construção coletiva, em que projeto e espaço urbano se complementam. Assim sendo, a implantação de iniciativas de cidades inteligentes em cidades de médio porte pode ser uma importante aliada na construção de um planejamento mais eficiente e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. A.; DIAS, R. C.; SEIXAS, P. C. *Smart cities* no Brasil e em Portugal: o estado da arte. *Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11, p. 1-15, nov. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/urbe/v11/2175-3369-urbe-11-e20190061.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 37122. Cidades e comunidades sustentáveis – indicadores para cidades inteligentes. Disponível em: <https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=446967>. Acesso em: 2 nov. 2020.
- AUGÉ, M. *Pour une anthropologie des mondes contemporains*. Paris: Aubier, 1994.
- BATTY, M.; AXHAUSEN, K. W.; GIANNOTTI, F. Smart cities of the future. *The European Physical Journal*, v. 214, p. 481-518, 2012.
- BRANDÃO NETO, J. S. O papel do desenho urbano no planejamento estratégico: a nova postura do arquiteto no plano urbano contemporâneo. 2002. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.025/773>. Acesso em: 27 maio 2020.
- CARAGLIU, A.; DEL BO, C.; NUKAMP, P. Smart cities in Europe. *In: CENTRAL EUROPEAN CONFERENCE IN REGIONAL SCIENCE*, Kosice 3., 2009. Disponível em: https://inta-aivn.org/images/cc/Urbanism/background%20documents/01_03_Nijkamp.pdf. Acesso em: 27 de abr. 2020.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS. Disponível em: <http://www.cemaden.gov.br/categoria/redededados/>. Acesso em: 27 maio 2020.
- COELHO, A. B. Habitar as relações entre bairro e habitação. *Revista Infohabitar*, Lisboa, v. 1, n. 226, p. 226-223, 2008. Disponível em: <http://infohabitar.blogspot.com/2008/12/habitar-as-relaes-entre-o-bairro-e.html>. Acesso em: 27 maio 2020.
- CONNECTED SMART CITIES. Construção de cidades mais inteligentes, humanas e sustentáveis. 2019. Disponível em: <https://www.connectedsmartcities.com.br/>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- DE PAOLI, D. *O valor do desenho urbano na construção de bairros habitacionais e comunidades*. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- FERRETTO, D. *Passo Fundo: estruturação urbana de uma cidade média gaúcha*. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.


- GIBSON, D.; KOZMETSKY, G.; SMILOR, R. *The technopolis phenomenon: smart cities, fast systems, global networks, rowman and littlefield*. Rowman & Littlefield Publishers: New York, 1992.
- GIFFINGER, R. *et al. Smart cities: ranking of European medium-sized cities*. Vienna: Centre of Regional Science, Vienna University of Technology, 2007.
- GIL-GARCIA, R.; PARDO, T. A; NAM, T. (org.). *Smarter as the new urban agenda: a comprehensive view of the 21st century city*. Springer International Publishing AG: Cham, 2016.
- GONZÁLEZ, M. F. *La smart city como imaginario socio-tecnológico: la construcción de la utopía urbana digital*. 2015. Tesis (Doctorado en Sociología) – Universidad del País Vasco, Lejona, 2015.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*, 10., 2005, São Paulo. [Anais...]. São Paulo: USP, 2005.
- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO. Passo Fundo. 2015. Disponível em <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico-novo-idese>. Acesso em: 20 maio 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. IBGE, 2012. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ids/tabelas>. Acesso em: 21 maio 2020.
- LEITE, C.; AWAD, J. C. M. *Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano*. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- MARTINS, M. de F.; CÂNDIDO, G. A. Sistemas de indicadores de sustentabilidade urbana: os desafios do processo de mensuração, análise e monitoramento. *Sustentabilidade em Debate*, Brasília, v. 6 n. 2, p. 138-154, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/index>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- MEDRANO, L. Habitação coletiva e cidade: invenção sem ruptura. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, n. 28, p. 54-71, 1º dez. 2010.
- NAM, T.; PARDO, T. A. Conceptualizing smart city with dimensions of technology, people, and institutions. *In: ANNUAL INTERNATIONAL DIGITAL GOVERNMENT RESEARCH CONFERENCE: DIGITAL GOVERNMENT INNOVATION IN CHALLENGING TIMES*, College Park Maryland, 12., 2011. *Proceedings* [...]. ACM: New York, 2011. p. 282-291.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. ONU, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 14 maio 2020.


- PALETTA, F. C.; VASCONCELOS, P. O.; GONÇALVES, Y. S. A biblioteca no contexto das cidades inteligentes. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 1-18, 2015.
- RHEINGANTZ, P. A.; ALCANTARA, D. de; DEL RIO, V. A influência do projeto na qualidade do lugar: percepção da qualidade em áreas residenciais no Rio de Janeiro, Brasil. *Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, Curitiba, v. 2, n. 100, p. 98-115, dez. 2005.
- SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. 2018. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/menu-coleta-dados>. Acesso em: 21 maio 2020.
- SOLÁ-MORALES, I. *Territórios*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002.
- USTUGOVA, S. *et al.* Geonalytical system for support of urban processes management tasks. In: KRAVETS, A. *et al.* (ed.). *Creativity in intelligent technologies and data science*. 2. ed. Volgograd: Cit&ds, 2017. p. 432-463.
- WEISS, M. C. Os desafios à gestão das cidades: uma chamada para ação em tempos de emergência das cidades inteligentes no Brasil. *Revista Direito da Cidade*, v. 9, p. 788-824, 2017.


Projeto Centro Educacional Unificado: Território CEU – Parque do Carmo¹

Project for the Unified Educational Center: CEU Territory – Parque do Carmo¹

Proyecto para el Centro Educativo Unificado: Territorio CEU – Parque do Carmo¹

Cesar Shundi Iwamizu, doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (FAU-Mackenzie) e coordenador da disciplina Estúdio Vertical da AEAUSP Escola da Cidade. Associado da SIAA Arquitetos. E-mail: shundi@siaa.arq.br  ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8940-8886>

Eduardo Pereira Gurian, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universitat Politècnica de Catalunya e pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Docente da Escola da Cidade, da Faculdade de Artes Plásticas da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (FAU-Mackenzie). Associado da SIAA Arquitetos. E-mail: gurian@siaa.arq.br  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7806-144X>

Helena Aparecida Ayoub Silva, doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Docente da FAUSP. Sócia-gerente da Helena Ayoub Silva & Arquitetos Associados. E-mail: lena.ayoub@usp.br  ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5145-5900>

Para citar este artigo: IWAMIZU, C. S.; GURIAN, E. P.; SILVA, H. A. A. Projeto Centro Educacional Unificado: Território CEU – Parque do Carmo. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 160-174, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n2p160-174

1 O projeto contou com a parceria de dois escritórios de arquitetura atuantes na cidade de São Paulo. Primeiro com a SIAA Arquitetos, um coletivo de arquitetos associados com formações e experiências distintas que valoriza a prática profissional e as pesquisas acadêmicas como oportunidades para projetar e refletir sobre questões pertinentes aos temas relacionados à arquitetura, cultura e cidade. Tem atualmente como colaboradores associados os arquitetos Bruno Valdetaro Salvador, Camila Yumi de Campos, Cecilia Prudencio Torrez, Cesar Shundi Iwamizu, Eduardo Pereira Gurian e Maria Fernanda Xavier. Segundo com a Helena Ayoub Silva & Arquitetos Associados, um escritório de arquitetura comandado pela Profa. Dra. Helena Ayubi há quase 20 anos, produzindo projetos significativos e icônicos no setor da educação, assim como outros.

Submissão: 2021-09-03

Aceite: 2021-09-22

Resumo

A proposta arquitetônica do Território CEU surge a partir da compreensão social dos Centros Educaionais Unificados (CEU) para além de seu papel educacional fundamental à sociedade. Como um equipamento público disposto a relacionar infraestruturas institucionais às demandas carentes da cidade, o complexo segue a premissa de integrar a urbanidade local aos seus espaços internos e de uso comum. Com o propósito de conectar suas atividades à vida transeunte da cidade, sua volumetria edilícia é qualificada com o agrupamento de múltiplos usos que se destinam não só à educação, mas também ao esporte, ao lazer e à cultura. No projeto do Território CEU Parque do Carmo, essa relação torna-se perceptível por meio do deslocamento paralelo dos blocos arquitetônicos que abrigam essas atividades: uma artimanha projetual que permitiu a criação de espaços abertos e fluidos com a possibilidade de agrupar atividade públicas às vivências institucionalizadas, agregando a comunidade aos espaços educativos, a fim de que sua estrutura arquitetônica seja um centro estruturador educacional e social da sociedade e da cidade.

Palavras-chave: Território CEU; Integração; Qualificação; Urbanidade; Educação unificada.

Abstract

The architectural proposal of the CEU Territory arises from the social understanding of the Unified Educational Centers (CEU), in addition to its fundamental educational role in society. As a public equipment willing to relate institutional infrastructures to the needy demands of the city, the complex follows the premise of integrating local urbanity with its internal and common-use spaces. With the purpose of connecting its activities to the city life and passerby of the city, its volumetry is qualified with the grouping of multiple uses that are intended not only for education, but also for sport, leisure, and culture. In the CEU Parque do Carmo Territory project, this relationship becomes perceptible through the parallel displacement of the architectural blocks that house these activities: a design trick that allowed the creation of open and fluid spaces with the possibility of grouping public activities to institutionalized experiences, adding the community to educational spaces, so that its architectural structure becomes an educational and social structuring center for society and the city.

Keywords: CEU Territory; Integration; Qualification; Urbanity; Unified education.

Resumen

La propuesta arquitectónica del Territorio CEU surge de la comprensión social de los Centros Educativos Unificados (CEU), además de su papel educativo fundamental en la sociedad. Como equipamiento público dispuesto a relacionar las infraestructuras institucionales con las demandas necesitadas de la ciudad, el complejo sigue la premisa de integrar la urbanidad local con sus espacios internos y de uso común. Con el propósito de conectar sus actividades con la vida de la ciudad y los transeúntes de la ciudad, su volumetría se califica con la agrupación de usos múltiples que se destinan no solo a la educación, sino también al deporte, el ocio y la cultura; con el propósito de conectar sus actividades con la vida de la ciudad y los transeúntes de la ciudad. En el proyecto Territorio CEU Parque do Carmo esta relación se hace perceptible a través del desplazamiento paralelo de los bloques arquitectónicos que albergan estas actividades: un truco de diseño que permitió la creación de espacios abiertos y fluidos con la posibilidad de agrupar actividades públicas a experiencias institucionalizadas, agregando la comunidad a los espacios educativos, de manera que su estructura arquitectónica se convierta en un centro estructurador educativo y social para la sociedad y la ciudad.

Palabras clave: Territorio CEU; Integración; Calificación; Urbanidad; Educación unificada.



Figura 1: Foto aérea do Território CEU – Parque do Carmo. Fonte: Carolina Klocker, 2020.

FICHA TÉCNICA

Data do Projeto: 2014
Conclusão da obra: 2020

PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA: Cesar Shundi Iwamizu, Helena Ayoub, Eduardo Pereira Gurian, Gustavo Madalosso Kerr, Leonardo Nakaoka Nakandakari.

Paisagismo: Soma Arquitetos

Instalações hidráulicas e elétricas: Sandretec

Estrutura: Gepro Engenharia

Orçamento: Félix Bezerra

Climatização: Hty

ESTUDO PRELIMINAR E ANTEPROJETO: SISTEMA PADRONIZADO

Arquitetos prefeitura: Eduardo Dalcanale Martini, Hannah Arcuschin Machado, Igor Cortinove, Leon Yajima, José Oswaldo Vilela, Rafael Polastrini Murolo, Ricardo Aguillar da Silva, Wanderley Ariza.

Estudantes: Johana Miklos, Julia Machado, Julia Reis, Julia Tranches, Priscila Gyenge, Tomás Amaral, Eugênio Vojkovic.

Projeto executivo: sistema padronizado CEU

Arquitetura: HAASA - Helena Aparecida Ayoub Silva, Alexandre Gaiser Fernandes, Alexis Arbelo, Gustavo Madalosso Kerr, Henrique Costa, Julia Caio Siqueira, Marcelo Arend Madalozzo, Thomas de Almeida Ho.

PROJETO EXECUTIVO: CEU Parque do Carmo

Arquitetura: HAASA & SIAA - Helena Aparecida Ayoub Silva, Cesar Shundi Iwamizu, Eduardo Gurian.

Alexandre Gaiser Fernandes, Alexis Arbelo, Andrei Barbosa, Artur Mei, Gustavo Madalosso Kerr, Henrique Costa, Julia Caio Siqueira, Luísa Amoroso Guardado Leonardo Nakaoka, Marcelo Arend Madalozzo, Rafael Carvalho, Rafael Goffinet, Thomas de Almeida Ho.

Estudantes: André Ariza, André Vitiello, Gustavo Cavalcanti (maquete física), Flávia Falcetta, Luca Caiaffa (maquete física), Valéria Waligora, Stephanie Luna.

Estrutura: GEPRO Engenharia

Elétrica: SANDRETEC S. C. Engenharia

Hidráulica: SANDRETEC S. C. Engenharia

Paisagismo: SOMA Arquitetos

Apoio ao gerenciamento: JHE Engenharia

Fotografia: Pregolato & Kusuki

Imagens aéreas: Carolina Klocker

“Para julgar esses prédios, entretanto, é necessário que se levem em conta os dois aspectos da arquitetura. Se, por um lado, é uma técnica a usar os conhecimentos e recursos do seu tempo a respeito dos materiais e uma arte a praticar a coragem de imaginação das novas formas, por outro lado obedece ao programa e aos objetivos da consciência de educação a que estiver servindo” (TEIXEIRA, 1951 p. 176).

“A escola, de fato, é o lugar de aprendizagem legítimo dos saberes curriculares e oficiais na sociedade, mas não devemos tomá-la como única instância educativa. Deste modo, integrar diferentes saberes, espaços educativos, pessoas da comunidade, conhecimentos [...] é tentar construir uma educação que pressupõe uma relação da aprendizagem para a vida, uma aprendizagem significativa e cidadã” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, [s. d.], p. 5).

MEMÓRIA DO PROJETO

O projeto arquitetônico para o Território CEU Parque do Carmo se insere em uma ampla política pública para a construção de conjuntos arquitetônicos destinados à educação, ao esporte, ao lazer e à cultura no município de São Paulo, majoritariamente em áreas mais distantes de seu centro, locais com maior carência de infraestruturas desse tipo.

Em 2001, a primeira geração do Centro Educacional Unificado (CEU) foi projetada por Alexandre Delijaicov, André Takiya e Wanderley Ariza, arquitetos que faziam parte do Departamento de Edificações (Edif), escritório público de projetos cuja responsabilidade é projetar, programar, executar e fiscalizar a construção, os reparos e os serviços de manutenção de edifícios públicos do município de São Paulo.

Nesse primeiro momento, os 21 equipamentos escolares construídos contaram com a colaboração de inúmeros escritórios de arquitetura de São Paulo, sobretudo para adaptação a cada sítio dos projetos padronizados, mas também para concretização de todos os projetos executivos necessários ao processo de construção.

Pensados como "Centros de Estruturação Urbana", os CEUs se localizavam em pontos estratégicos das regiões escolhidas pela equipe de arquitetos e pela Secretaria Municipal de Educação para receber tais edifícios, equipados sempre com o bloco linear pedagógico, o volume circular da creche e uma caixa verticalizada destinada ao ginásio e ao teatro, além de áreas externas com espaços públicos, quadras e piscinas de diversas dimensões e usos.

Dada a diversidade programática intersecretarial, sua escala de caráter metropolitano e posição privilegiada no território, tais conjuntos assumiram o papel de novas centralidades para os bairros onde foram inseridos, com o papel de se relacionar em "rede" com os equipamentos menores "capilares" distribuídos pela região como um todo.

Tal proposta arquitetônica criou, portanto, pontos referenciais na cidade para programas diversos agora agrupados em conjuntos únicos, paradigma que obrigou o trabalho conjunto de diversas secretarias que estavam habituadas a operar com suas políticas de modo independente, ainda que muitas vezes em áreas vizinhas.

Se, por um lado, surgiram muitas críticas relacionadas à dificuldade de gestão por conta da complexidade programática e do alto custo de implantação de tais equipamentos, mesmo em gestões com diferentes orientações políticas, por outro, foram construídos 24 edifícios em uma segunda geração de CEUs (de 2005 a 2012), demonstrando a importância desses equipamentos para a população em geral, ainda que sem a mesma qualidade arquitetônica e urbanística da geração anterior.

O impacto desse programa foi tão grande que prefeituras de municípios como Santo André, São Bernardo do Campo ou Guarulhos criaram outros programas públicos se utilizando da mesma sigla CEU, mesmo que tivessem formulação programática diversa daquela utilizada em São Paulo desde 2001.



Figuras 2 e 3: Fotos aéreas do Território CEU – Parque do Carmo. Fonte: Carolina Klocker, 2020.



Figura 4: Vista exterior, recreação infantil. Fonte: Pregnoloato & Kusuki, 2020.



Figura 5: Vista exterior, conexões. Fonte: Pregnoloato & Kusuki, 2020.

A partir de 2013, na gestão do prefeito Fernando Haddad, sob a coordenação do então secretário de Desenvolvimento Urbano de São Paulo, Fernando de Mello Franco, e da secretária adjunta de Planejamento da Prefeitura de São Paulo daquele momento, Tereza Herling, as diversas secretarias envolvidas (educação, esportes, cultura, assistência social, desenvolvimento urbano) idealizaram uma terceira geração de equipamentos denominada Território CEU, a partir de projeto arquitetônico realizado por uma equipe coordenada por José Oswaldo Vilela, Wanderley Ariza e Eduardo Martini, sendo este último responsável também pela coordenação do projeto executivo do padrão funcional e do desenvolvimento das diversas implantações.

Nesse momento, as glebas disponíveis para a construção de novos CEUs possuíam dimensões menores que aquelas utilizadas para as duas primeiras gerações, exigindo um projeto composto por blocos compactos, de modo a favorecer maior flexibilidade de implantação por meio de diferentes arranjos funcionais.

Dividido em três blocos principais – esportivo, cultural e pedagógico –, o projeto dos módulos padrões foi desenvolvido pela SP Urbanismo em conjunto com a equipe coordenada pela arquiteta Helena Ayoub Silva, a partir de uma licitação pública que avaliou a técnica e o preço proposto por cada interessado.

Da mesma forma, os projetos para a implantação das diversas unidades propostas para o Território CEU também foram efetivamente contratados por licitações técnica e preço, oferecendo oportunidades a diversos concorrentes, em busca de diluir a enorme quantidade de trabalho por diferentes equipes, a fim de se garantir a exequibilidade dos exíguos prazos contratuais para o início efetivo das obras.

Em cada caso, além das documentações de habilitação das empresas e dos valores ofertados para a realização dos projetos, exigia-se uma ampla documentação capaz de explicitar o conhecimento do problema por parte dos interessados, assim como uma proposta específica de implantação no terreno proposto.



Figura 6 e 7: Vista exterior, esportes – quadra e piscina. Fonte: Pregolato & Kusuki, 2020.

No caso específico do projeto para o Território CEU Parque do Carmo, desenvolvemos uma proposta preliminar de implantação realizada para o processo licitatório (talvez mais semelhante aos CEUs da primeira geração), que se somou à proposta dos técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e SP Urbanismo definida por duas lâminas paralelas e desencontradas, gerando, conseqüentemente, a criação de dois espaços abertos de maior escala.

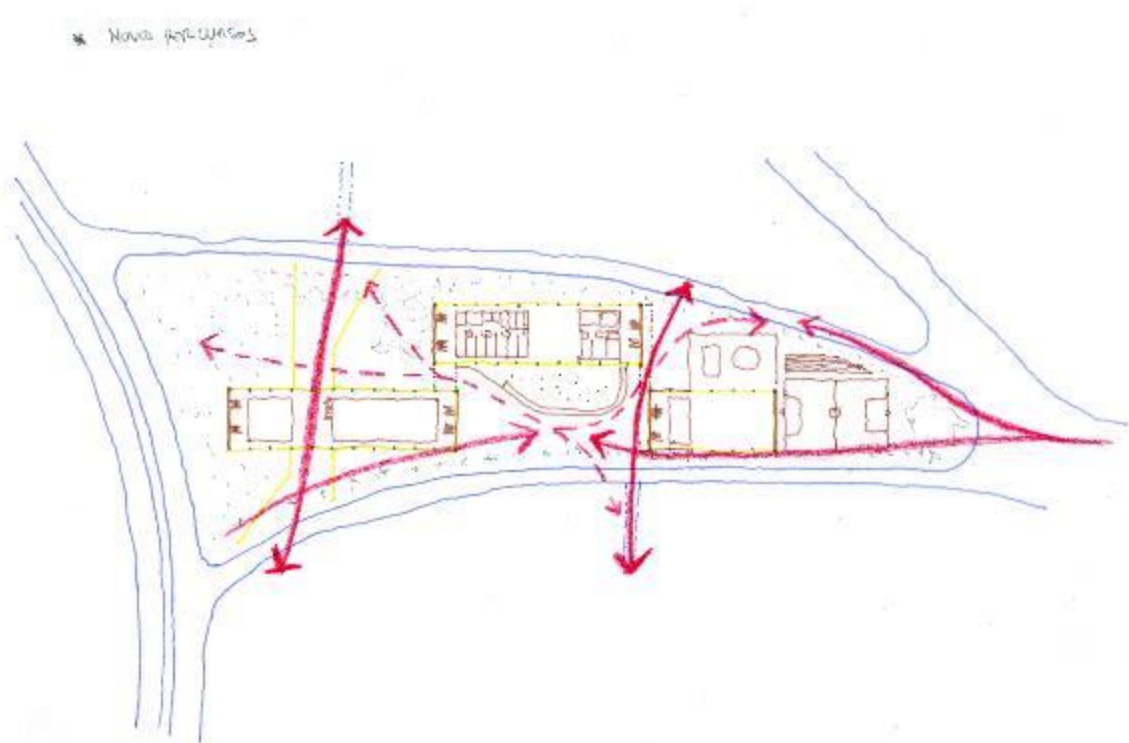


Figura 8: Croqui, sistema de circulações. Fonte: SIAA + Helena Ayoub Silva & Arquitetos Associados, 2020.

Em ambos os casos, a pequena infraestrutura do clube municipal existente seria demolida para a chegada do novo equipamento, mas dentro do entendimento de que os programas novos manteriam o caráter do conjunto com suas funções de lazer e esporte, agora acrescidas pelos blocos pedagógicos e culturais.

Provocados por essa segunda versão, mas confrontando também uma minuciosa leitura do território em questão, decidimos propor uma terceira versão tripartida, criando três espaços vazios intercalados aos três blocos programáticos, implantados de modo alternado.

Tal disposição considerava a presença da mata arbórea do Parque do Carmo junto à avenida, a pequena escola estadual ao lado e sua pequena praça que poderia ser incorporada ao conjunto, as diversas travessas destinadas à servidão de drenagem urbana, mas que constituíam atalhos para os moradores do bairro em

direção ao CEU, e a área verde de grandes dimensões na extremidade oposta ao Parque do Carmo.

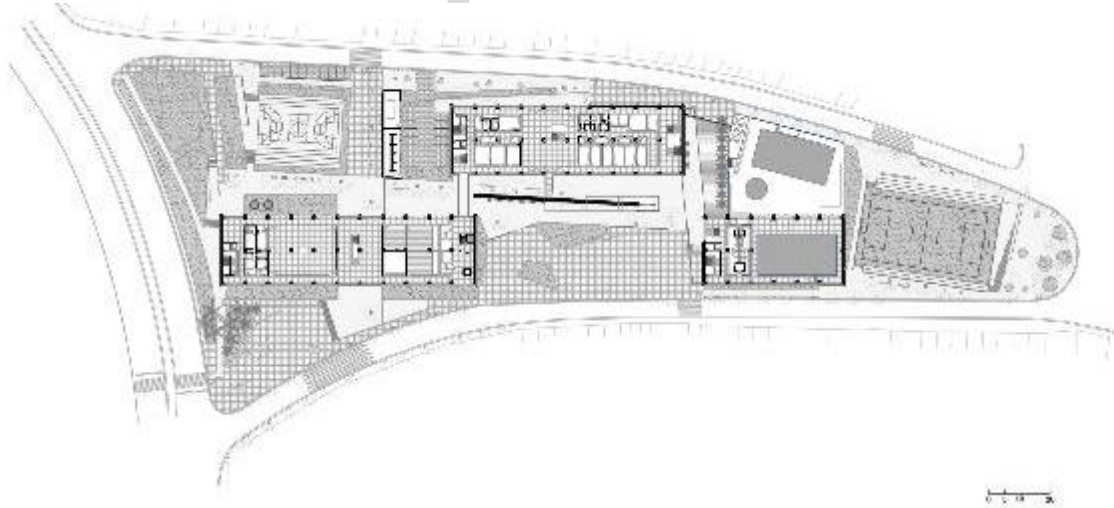


Figura 9: Implantação geral. Fonte: SIAA + Helena Ayoub Silva & Arquitetos Associados, 2020.

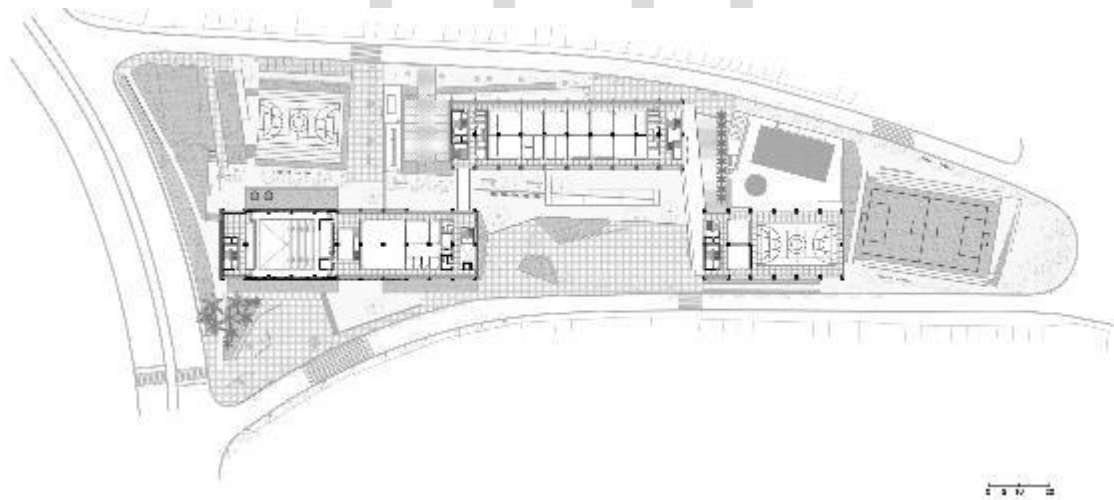


Figura 10: Planta geral - primeiro pavimento. Fonte: SIAA + Helena Ayoub Silva & Arquitetos Associados, 2020.

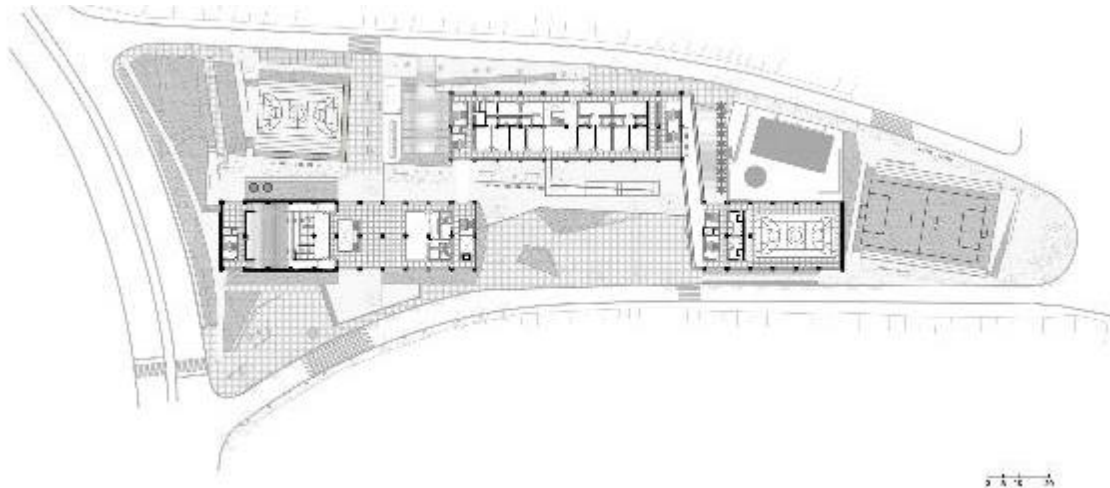


Figura 11: Planta geral - segundo pavimento. Fonte: SIAA + Helena Ayoub Silva & Arquitetos Associados, 2020.

Por meio desse atípico arranjo, não previsto pelas diversas possibilidades de arranjos aventadas pela equipe da SMDU e SP Urbanismo, criamos uma implantação capaz de se adaptar ao contexto específico desse sítio, permitindo que os diversos fluxos decorrentes dos caminhos existentes pudessem ter continuidade através dos vazios criados entre os blocos que, por sua vez, seguiam em continuidade pelas diversas pontes construídas em estrutura metálica especificamente projetadas para esse caso, contraponto aos volumes funcionais de pré-moldados de concreto padronizados e com funções específicas.

Cada um dos vazios propostos assumiu programas e desenhos específicos, relacionados ao caráter do bloco programático adjacente, permitindo continuidade interior *versus* exterior entre programas, mas também criando cruzamentos públicos através dos edifícios em espaços significativos como o *foyer* do teatro, equipamento que deveria ser compartilhado com a escola vizinha em frente.

A fluidez proposta para o conjunto, contudo, exigia desafios projetuais, como a criação de recintos mais reservados para a piscina ou para a creche, sem obstruir a desejável continuidade do tecido urbano, proposta que, infelizmente, não foi plenamente construída devido às mudanças de gestão empreendidas pelo novo prefeito a partir de 2017.



Figura 12: Vista exterior, conexões. Fonte: Pregolato & Kusuki, 2020.

A obra, que não havia sido concluída na gestão idealizadora do projeto, ficou paralisada por um longo período, sendo retomada posteriormente pelo novo prefeito e finalmente concluída no contexto da crise pandêmica que se estende até hoje, motivo pelo qual o equipamento segue sem utilização pela população local.

Além do projeto arquitetônico específico, a proposta do programa Território CEU, de modo geral, também previa um processo participativo com a comunidade e a criação de intervenções urbanísticas no bairro como um todo, articulando de fato esse novo equipamento de maior porte com os diversos edifícios públicos existentes como capilares de rede: postos de saúde, escolas, creches, bibliotecas, entre outros.

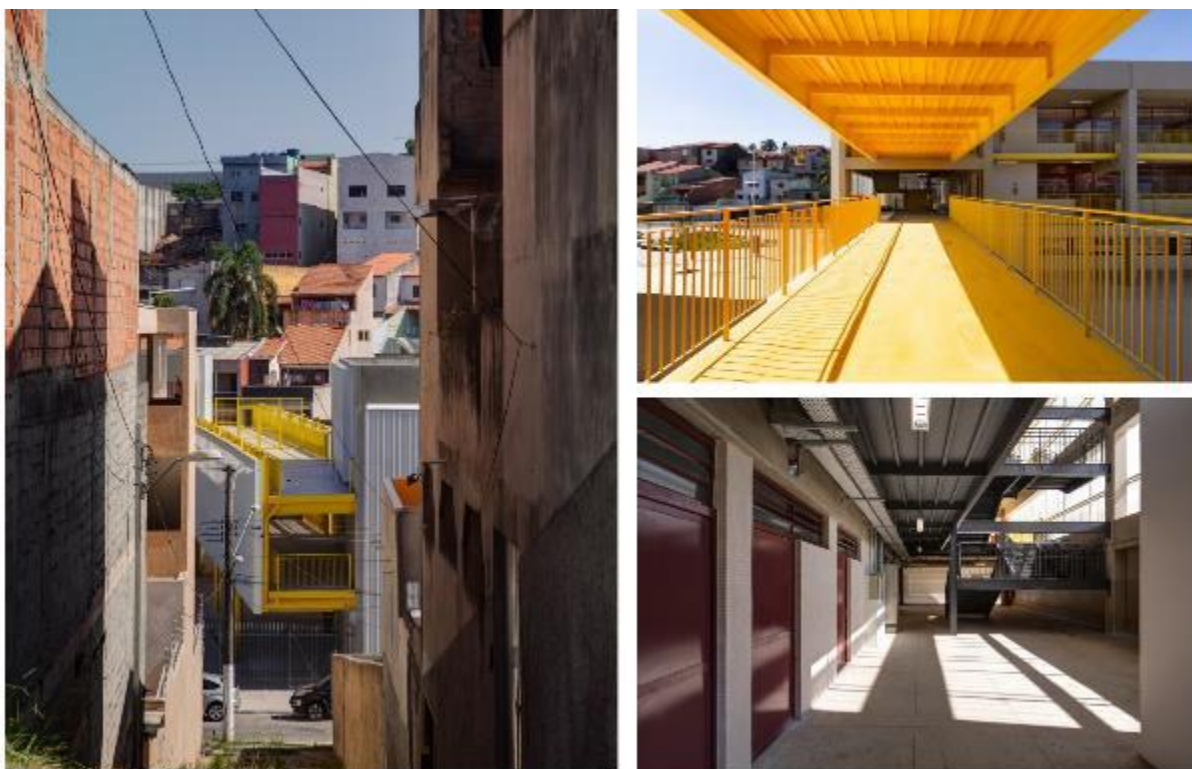


Figura 13, 14 e 15: (em sentido horário) Vista da fachada sul; Vista exterior versus interior, passarela; Vista interior, pátio coberto. Fonte: Pregolato & Kusuki, 2020.

Tal proposta de intervenção urbana, totalmente vinculada ao partido arquitetônico adotado para o Território CEU Parque do Carmo, no entanto, não foi desenvolvida e, portanto, nunca chegou a ser construída.

Apesar de tantas possibilidades urbanísticas e arquitetônicas terem sido abandonadas ou desfiguradas, o equipamento – em sua qualidade programática e técnica – será de grande importância para a comunidade do Parque do Carmo, no desenvolvimento de suas atividades ligadas à educação, ao esporte, à cultura e ao lazer.

Quem sabe, em um futuro não muito distante, alguém poderá ver as intenções urbanísticas cristalizadas por esse conjunto arquitetônico? Cansada de contornar a quadra de grandes dimensões, será que a população pedirá a retirada dos gradis buscando viabilizar os atalhos urbanos previstos por esse projeto?

A cidade informa o projeto, mas sua verdadeira concretização como obra arquitetônica somente se dá pelo uso. Quiçá esse uso possa requisitar, e reconquistar, sua vocação como espaço público.

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Programa Mais Educação: passo a passo*. Brasília: MEC, [s. d.].

TEIXEIRA, A. Um presságio de progresso. *Habitat*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 175-177, 1951.

